



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Redescoberta do convento de Santa Mónica de Évora – Proposta de salvaguarda e valorização do património conventual agostinho

Miriam Raquel Barbeiro Pombinho

Orientação: Prof.^a Dr.^a Antónia Fialho Conde

Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural

Área de especialização: Património Artístico e História de Arte

Dissertação

Évora, 2014



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**Redescoberta do convento de Santa Mónica de
Évora – Proposta de salvaguarda e valorização
do património conventual agostinho**

Miriam Raquel Barbeiro Pombinho

Orientação: Prof.^a Dr.^a Antónia Fialho Conde

**Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e
Cultural**

Área de especialização: Património Artístico e História de Arte

Dissertação

Évora, 2014

Aos meus pais e a minha irmã Ana Rita

Índice Geral

Agradecimentos	3
Abreviaturas	4
Resumo	5
Abstract	6
Introdução	7

Capítulo I – A Ordem dos eremitas de Santo Agostinho e o seu estabelecimento em Portugal

1. Os eremitas da Ordem de Santo Agostinho na Europa	13
1.1. O monaquismo feminino na Ordem de Santo Agostinho	20
1.2. A Ordem de Santo Agostinho em Portugal	22
1.2.1. A implantação das Casas agostinhas em Portugal	28
1.2.2. Conventos agostinhos no Sul de Portugal	33

Capítulo II – O Convento de Santa Mónica de Évora

1. A fundação do Convento de Santa Mónica de Évora	38
1.1. Mecenas e Patronos	44
1.2. Enquadramento do Convento na malha urbana da cidade	45
1.2.1. O crescimento da cidade e o contexto pós tridentino: a profusão de fundações femininas	50
2. A evolução do espaço construído do Convento de Santa Mónica: do período fundacional ao estado atual	58
2.1.1. Cozinha e Refeitório	59
2.1.2. A Igreja	60
2.1.3. O Dormitório	63
2.1.4. A Capela de Nossa Senhora do Rosário	67
2.1.5. A Capela do Jordão	67
2.1.6. A Cerca	67
2.2. Caracterização arquitetónica do espaço: estudo da Sala do Capítulo e do espaço Claustal existente	68
2.2.1. A Sala do Capítulo	69
2.2.2. O Claustro	70
3. Da exclausuração das freiras à adaptação do edifício para novas funções	74
3.1. A dispersão do património móvel do Convento	76
3.2. Estado atual do edifício	78

Capítulo III – Proposta de Salvaguarda e Valorização do Convento de Santa Mónica, enquanto espaço agostinho

1. Contextualização teórica: a salvaguarda e a valorização do património conventual (nacional e internacional)	80
2. Propriedade e tutela do edifício	82

3. A salvaguarda e a valorização de espaços com funções religiosas iniciais: apresentação de alguns exemplos	83
4. Proposta para o Convento de Santa Mónica de Évora	84
4.1. Roteiro do património móvel do convento: revisitar documentação escrita, iconográfica e artística do convento	85
4.2. O Centro de Interpretação e Documentação (CID/CISM)	95
Considerações finais	101
Fontes	104
Bibliografia	106

Índice de Imagens

Fig. 1 <i>Santo Agostinho</i> , Sandro Boticelli, 1490-1492	13
Fig. 2 Os diferentes dos ramos da família Agostiniana	19
Fig. 3 Igreja do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra	30
Fig. 4 Igreja e o convento de Nossa Senhora da Graça de Évora	33
Fig. 5 Fachada principal do mosteiro de Santa Cruz e Luz de Vila Viçosa	35
Fig. 6 A Pousada instalada na antiga instalação do convento de Nossa Senhora da Graça	35
Fig. 7 Ruínas do convento de Nossa Senhora da Graça de Loulé	36
Fig. 8 <i>D. Catarina de Bragança</i> , Peter Lely, 1663-1665	44
Fig. 9 Convento de S. Mamede: o espaço claustal e a antiga Cerca	47
Fig. 10 A muralha fernandina junto à Cerca do convento de Santa Mónica	47
Fig. 11 Pano de muralha da R. José Estêvão Cordovil	48
Fig. 12 Porta do Moinho de Vento	49
Fig. 13 Convento de Santa Mónica na malha urbana	50
Fig. 14 Casas religiosas femininas no recinto amuralhado da cidade de Évora	51
Fig. 15 A fachada do convento de Sta. Clara	52
Fig. 16 O convento de Nossa Senhora do Paraíso (anterior a 1900)	53
Fig. 17 O convento de Sta. Catarina de Sena já extinto	54
Fig. 18 A Igreja do convento do Salvador do Mundo	55
Fig. 19 A fachada do convento de Sta. Helena do Monte do Calvário	56
Fig. 20 A fachada do convento Novo de Sta. Teresa de Jesus ou de S. José	58
Fig. 21 A varanda retangular do antigo convento de Santa Mónica	59
Fig. 22 Corte transversal do refeitório do convento de Santa Mónica	60
Fig. 23 Autor Desconhecido, Igreja do convento de Santa Mónica, século XIX	62
Fig. 24 José António Barbosa, Demolição da Igreja do convento de Santa Mónica, 1916	62
Fig. 25 A ala do dormitório do antigo convento	63
Fig. 26 O antigo dormitório voltado para o Largo Evaristo Cutileiro	64
Fig. 27 Portal de acesso à Escola Primária de S. Mamede, rés-do-chão do antigo convento de Santa Mónica	65
Fig. 28 Arco de volta perfeita em granito. No lado esquerdo, o arco que dava acesso à igreja	65
Fig. 29 Vista do exterior da ala nascente do Claustro e do antigo dormitório do convento	66
Fig. 30 Vista do exterior do corpo do antigo dormitório e da Escola Primária de S. Mamede	66

Fig. 31 Portão que dá acesso para a Cerca do antigo convento	68
Fig. 32 Uma cisterna no interior da antiga Cerca	68
Fig. 33 A antiga Sala do Capítulo de Santa Mónica	69
Fig. 34 O lanço Sul do Claustro	70
Fig. 35 O lanço mais antigo do Claustro	71
Fig. 36 As abóbadas do lanço mais antigo do Claustro	71
Fig. 37 O lanço Sul com abóbadas de cruzamento ogival no seu interior	72
Fig. 38 Lanço Norte do Claustro	72
Fig. 39 O lanço Norte com abóbada artesoadada (semelhante à da Casa do Capítulo, hoje ocultas)	73
Fig. 40 Pormenor da abóbada do lanço Norte do Claustro.	73
Fig. 41 Escola do Magistério Primário nas antigas instalações do convento de Santa Mónica	75
Fig. 42 Autor desconhecido, Demolição do claustro superior do convento de Santa Mónica, 1890-1925.	76
Fig. 43 Roteiro dos Bens Imóveis do antigo convento de Santa Mónica	88
Fig. 44 Localização espacial das duas salas do antigo convento de Santa Mónica.	100

Agradecimentos

Em primeiro lugar quero agradecer à minha orientadora, a Professora Doutora Antónia Fialho Conde, que me acompanhou durante o percurso académico, e que me ajudou a “limar” os resultados destas investigações, para conseguir alcançar os objetivos definidos para esta Dissertação.

Quero também agradecer, à equipa da Biblioteca da Universidade de Évora e da Biblioteca Pública de Évora, com especial destaque para o Doutor José Chitas, pela facilitação de acesso de toda a documentação manuscrita relacionada com o tema.

Para a realização desta investigação, também contribuíram os amigos e os familiares.

Quero agradecer à Cláudia Parraça, à Ana Malveiro, ao Paulo Amaro, à Ana Cintra e à Joana Olivença, pela presença, e pela ajuda, e pela partilha de ideias. A todos os restantes dos amigos e companheiros de longa data, que contribuíram também de forma indireta.

Finalmente, quero agradecer aos meus pais, pois sem a presença deles, a realização desta Dissertação seria impossível de concretizar-se, e à minha irmã Ana Rita, por estar sempre presente.

Abreviaturas

A.D.E. – Arquivo Distrital de Évora

A.N.T.T – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

B.U.E. – Biblioteca da Universidade de Évora

B.P.E. – Biblioteca Pública de Évora

cf. – comparar com

coord. de – coordenação de

dir. de direção de

fl./ fls. – fólio/fólios

nº - número

op. cit – obra citada

p./pp. – página/ páginas

Vol./Vols. – Volume/ Volumes

Redescoberta do Convento de Santa Mónica de Évora – Proposta de salvaguarda e valorização do património conventual agostinho

Resumo

O convento de Santa Mónica de Évora foi a primeira casa feminina da Ordem de Santo Agostinho a surgir em Portugal. Em 1380 fundou-se um recolhimento com as *Beatas Pobres*, que viria a ser transformado em espaço conventual, dependente do Ordinário local, aquando da finalização das obras da igreja em 1421.

A presente Dissertação assenta na história do convento desde a sua fundação à sua extinção e na relação que manteve com as outras casas conventuais e com a malha urbana envolvente. Partiu-se depois para a redescoberta do antigo espaço conventual a partir dos espaços que subsistem do antigo cenóbio, procurando entender as profundas alterações na traça original mercê das significativas e diversas adaptações que o edifício conheceu até aos dias de hoje.

A partir da “Redescoberta do convento de Santa Mónica” surgiram duas propostas de valorização: a primeira aposta na criação de um Roteiro, elaborado de molde a visitar na cidade parte do espólio do antigo convento, disperso por várias instituições estatais e religiosas da cidade; a segunda assenta no reaproveitamento de duas salas do rés-do-chão do antigo convento para a criação de um Centro de Interpretação e Documentação, dedicado à história do espaço e da Ordem agostinha em Portugal.

Palavras-Chave: Ordem de Santo Agostinho; património conventual; proposta de salvaguarda e valorização; Santa Mónica de Évora

Rediscovery of the Convent of Santa Monica, Evora –Bid of protection and appreciation to convent Augustine heritage

Abstract

The convent of Santa Monica's in Evora was the first house for Sisters of the Saint Augustine's order, to arise in Portugal. In 1380, founded the shelter with *Poor Sisters*, that would be converted into the convent area as part of the main Bishop, by the time of the reconstruction's completion of the church in 1421.

This thesis is based on the history of the convent since its founding to its extinction and the connexion it kept with other conventual houses and with the envolving urban web. It started then to the rediscovery of the old conventual area based on the spaces that subsist from the old hermitage, looking to understand the deep modifications in the original web subjected to the significant and various adaptations that the building knew till nowadays.

Since the "Rediscovery of the convent of Santa Monica", two valorization offers have emerged: the first bid in the creation of an itinerary, elaborated aiming to visit in the city part of the assets of the old convent scattered among various state and religious institutions; the second bid is based on the reuse of two rooms of the ground floor of the old convent for the creation of a Center of Interpretation and Documentation, dedicated to the history of the space and of the Agostinha's order in Portugal.

Key-Words: Order of Saint Augustine; conventual heritage; proposal of protection and appreciation; Santa Monica in Evora

Introdução

A estrutura conventual das agostinhas eborenses situa-se no Largo de S. Mamede, protegida pela muralha fernandina, e é hoje um espaço partilhado pela Universidade de Évora, pela Escola Primária de S. Mamede e por um condomínio privado (Cerca).

Com a extinção do convento, aquando da morte da última religiosa em 1881, esta Casa conventual feminina, a exemplo de outras na cidade de Évora (convento do Paraíso, convento de Sta. Catarina de Sena, tendo estes últimos desaparecido por completo mercê das exigências urbanísticas da cidade) acabou por ser esquecida, não conseguindo transmitir às gerações futuras o seu verdadeiro significado e a sua função original. Assim, no âmbito do mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural surgiu a oportunidade de estudar mais aprofundadamente o antigo convento de Santa Mónica ou do Menino Jesus, já que existem poucos estudos referentes a este tema e, a partir dessa investigação, apresentar algumas Propostas no sentido da salvaguarda e valorização deste antigo espaço conventual, principal objetivo da presente Dissertação.

No que respeita ao *Estado da Arte*, pareceu-nos essencial a contextualização da Ordem agostinha, da sua história e introdução em Portugal. O *Dicionário de História Religiosa de Portugal* coordenado por Carlos Alberto Moreira Azevedo revelou-se essencial, onde Carlos Alonso publicou um Capítulo dedicado aos Agostinhos¹. Destacamos ainda a pertinência dos trabalhos de Carlos Moreira de Azevedo em *Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal (1256-1834) – Edição da Coleção de Memórias de Fr. Domingos Vieira*². Também Avelino de Jesus da Costa, no *Dicionário de História de Portugal* (dir. de Joel Serrão) apresenta uma síntese essencial para a

¹ Carlos Alonso (2006), “Agostinhos”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. de Carlos Moreira Azevedo, Lisboa: Temas e Debates, Vol. I, pp. 27-33.

² Carlos Alberto Moreira Azevedo (2011), *Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal (1256-1834) – Edição da Coleção de Memórias de Fr. Domingos Vieira*, OESA, Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa/ Universidade Católica Portuguesa, Vol. VIII.

história da Ordem desde a sua fundação até ao seu desmembramento em diversos ramos³.

Destacamos ainda o *Dicionário Histórico das Ordens* (dir. de José Eduardo Franco), que descreve de forma exaustiva os Agostinhos em Portugal, dividindo o tema em sete partes mas destacamos a origem da Ordem, sua organização e textos normativos; a presença dos Agostinhos em Portugal, das origens à reforma do século XVI; a ação dos Padres Frei Francisco de Villafranca e Frei Luís de Montoya (1535-1539); os últimos séculos da província (1630-1834); a supressão da Província e o destino de alguns dos conventos da Ordem e o regresso dos Agostinhos a Portugal⁴. Para o Capítulo inicial da tese sublinhamos ainda a importância de duas Dissertações: a primeira de Severino Emanuel Cruz da Silva intitulada “O Convento de São João Novo dos Eremitas de Santo Agostinho, Instituição, Património e Arte na cidade do Porto, apresentada à faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2003, e a segunda de Aires Gomes Fernandes com o título “Os Cónegos regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média: Dos alvares de Trezentos à Congregação de Santa Cruz” apresentada à faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 2011⁵. O primeiro estudo contribuiu de forma indireta para a história da Ordem de Santo Agostinho em Portugal, tendo em conta que o tema principal incide num estudo de caso: o Convento de S. João Novo do Porto, enquanto que o segundo, enfatiza os cónegos regrantes da Ordem, descrevendo-os da seguinte forma: “*Os regrantes, apesar da vivência e valorização do recolhimento, da intensa componente votiva a que se dedicavam, da glorificação do canto, da dedicação ao ofício divino, e de seguirem os princípios da humildade, da pobreza e da castidade, tinham uma acção virada para a sociedade, e é aí que reside a sua grande força inovadora.*”⁶.

Para o estudo do antigo convento, desde a sua fundação à sua extinção, registamos a existência de poucos trabalhos, dado que os estudos existentes se baseiam

³ Avelino de Jesus da Costa (1981), “Agostinho, Ordem de Santo”, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, Porto: Livraria Figueirinhas, Vol. I, pp 59-60.

⁴ AA.VV (2010), “Agostinhos”, in *Dicionário Histórico das Ordens – Institutos Religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal*, dir. de José Eduardo Franco, Lisboa: Gradiva Publicações, 1ª edição, pp. 39-47.

⁵ Aires Gomes Fernandes (2003), *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média: dos alvares de trezentos à congregação de Santa Cruz*, Dissertação de Doutoramento em Letras pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: Coimbra.

⁶ Severino Emanuel Cruz da Silva (2003), *O convento de São João Novo dos Eremitas de Santo Agostinho, Instituição, Património e Arte na cidade do Porto*, Dissertação de Mestrado em História Moderna à Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto, p. 5.

nas mesmas fontes manuscritas. Neste domínio, há dois estudiosos que se destacam: Túlio Espanca⁷ e Gabriel Pereira⁸. Estes dois autores foram os que mais contribuíram em estudos tanto sobre a história do convento de Santa Mónica de Évora como na descrição arquitetónica do primitivo edifício.

Túlio Espanca no *Inventário Artístico de Portugal* realizado em 1966⁹, fez uma breve abordagem sobre a fundação do cenóbio. Segundo Espanca, o convento foi a primeira Casa religiosa feminina da Ordem de Santo Agostinho a surgir em Portugal. As suas origens remontam aos finais do século XIV, e a sua fundação dá-se precisamente com duas damas eborenses, D. Constança Xira e D. Maria Fernandes, que instituíram um beatério onde praticavam atos de virtude e religião¹⁰. Nos cadernos de *História de Arte Eborense*¹¹, Túlio Espanca refere, no ano de 1541, o incidente provocado pelo provincial Frei André Pernes, que deu origem a que a corporação passasse para a administração da Mitra, que aí fez cumprir, pouco tempo depois, as exigências do Concílio de Trento¹².

Entretanto, Túlio Espanca e Gabriel Pereira fazem abordagens diferenciadas da estrutura conventual. Enquanto Túlio Espanca faz uma descrição detalhada de cada um dos compartimentos (dormitório das freiras, dormitório, igreja, coro de baixo, coro de cima, Claustro, capelas e Sala do Capítulo)¹³, Gabriel Pereira faz a descrição do espólio integrado no antigo edifício Claustal: “No côro de baixo há uma verdadeira colecção de oratórios, dez ou doze, alguns de fino trabalho em talha, e vi dois muito bonitos no côro de cima, é talvez uma especialidade artística do mosteiro, porque são de bom labor e alguns de gracioso desenho.”¹⁴.

⁷ Ao seu trabalho de pesquisa se devem os primeiros estudos baseados em recolha sistemática de informação documental sobre o património cultural português, com carácter de inventário dos distritos de Évora e Beja. A sua obra *Inventário Artístico* continua a ser, atualmente, uma obra de referência.

⁸ Uma das suas obras mais conhecidas *Estudos Eborenses* constitui uma importante referência para a história da cidade de Évora.

⁹ Túlio Espanca (1966), “Convento de Santa Mónica (Escola do Magistério Primário)”, in *Inventário Artístico de Portugal – Concelho de Évora*, Lisboa: Academia de Belas-Artes, Tomo VII, Vol. I.

¹⁰ *Idem*, p. 270.

¹¹ Túlio Espanca, (1974), “Destroçar do Mosteiro de Santa Mónica”, in *Cadernos de História de Arte Eborense – Destroçar do Mosteiro de Santa Mónica de Évora, a Comenda de Vera Cruz de Marmelar, Real Convento de S. Francisco em Estremoz, Figuras Gradadas e Casario Antigo do Arruamento de Vila Viçosa*, Évora: Livraria Nazareth.

¹² *Idem*, p. 3.

¹³ Túlio Espanca (1966), “Convento de Santa Mónica (Escola do Magistério Primário)”, in *Inventário Artístico de Portugal – Concelho de Évora*, Lisboa: Academia de Belas-Artes, Tomo VII, Vol. I, pp. 270-271.

¹⁴ Gabriel Pereira (18/02/1881), “Convento de Santa Mónica de Évora”, in *Manuelinho de Évora*.

Também o autor Fialho d'Almeida contribuiu para a descrição do antigo espaço religioso: “*No século XVII com o indianismo transfiltrado na arte nacional pelos despojos da conquista, os azulejos portugueses, passam da Renascença atica, italiana ou flamenga, á polychronia exótica das loiças de Malaba e Martabão, cheia de folhagens e monstros impossíveis. São d’este cyclo os da entrada da Casa Pia, os d’uma capella da igreja de S. Francisco, e ainda de capellas situadas nas igrejas de S. Vicente, de Santo Antão, e claustro de Santa Monica.*”¹⁵”.

José Manuel Queimado, na sua obra *Évora suas Ruas e seus Conventos*, refere que as fundadoras tinham o título de *Beatas Pobres*, e foi em 1380 que se fundou o recolhimento que se manteve com este título até 1391, tendo como recolhidas, vinte religiosas¹⁶.

Neste domínio, foi imperiosa a consulta das fontes primárias, de que destacamos, além da cronística da Ordem, particularmente Frei António da Purificação e a *Chronica da Antiquissima Provincia de Portugal, da Ordem dos Eremitas de S. Agostinho Bispo de Hippônia, e principal Doutor da Igreja*, as obras do Padre António Franco, *Évora Illustrada* extraída da obra do Padre Manuel Fialho, também ela consultada, bem como a obra do Padre Francisco da Fonseca, *Evora Glorioza*. O Padre António Fialho, ao referir-se à fundação dada por D. Constança Xira e Maria Fernandes, colocou-se a dúvida se estas partilhavam o grau de parentesco de irmãs. Não seriam efetivamente irmãs, dada a diferença nos apelidos¹⁷.

Para a apresentação da Proposta de salvaguarda e valorização, além da legislação no domínio, atendemos às diversas dissertações, especialmente as realizadas no âmbito do mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural da Universidade de Évora e que também apresentam propostas de valorização no domínio do património monástico-conventual. Destacamos a dissertação de Beatriz Dinis, intitulada de “Convento de Santo António de Portalegre – Uma Proposta de Valorização”, cuja Proposta consiste essencialmente na criação de um Centro de Estudos Franciscanos, no desenvolvimento de um conjunto de serviços a pensar não só

¹⁵ Fialho d'Almeida (1924), “Em Evora”, in *Estancias d’Arte e de Saudade*, Lisboa: Livraria Clássica Editora, Vol I, p. 164.

¹⁶ José Manuel Queimado (1975), “O Convento de Santa Mónica”, in *Évora suas ruas e seus conventos – Uma achega para a História de Évora*, Edição de Autor, pp. 139-140.

¹⁷ Padre António Franco (1945), “Convento de Santa Mónica chamado de Menino Jesus, de Freiras de Santo Agostinho, fundado no ano de 1421”, in *Évora Illustrada – Extraída da obra do mesmo nome do Padre Manuel Fialho*, Évora: Edições Nazareth, p. 314.

nos utilizadores do centro de estudos mas de toda a população; na recuperação da cerca de acordo com a documentação recolhida e na criação de três roteiros baseados no documento recolhido relativo à Arquiconfraria da Conceição¹⁸.

Também o autor Narciso Serra, contribuiu com a dissertação intitulada de “O Mosteiro de S. Fins. Classificar para Valorizar? Estudo de Caso” pretendo analisar comparativamente o mosteiro de S. Fins com outros conjuntos monásticos da Ribeira Minho, e a partir daí traçar as evoluções registadas no campo de intervenções de restauro e nos conceitos de Classificação, Património e Valorização, propondo, por último, uma solução de restauro e valorização para o edifício monástico e para a sua envolvimento¹⁹.

No que respeita à metodologia utilizada para a realização desta Dissertação, apostámos na investigação de fontes manuscritas e fontes impressas na Biblioteca Pública de Évora, no Arquivo Distrital de Évora e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Complementámos com a consulta a obras de referência, artigos de revistas, periódicos (Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca Municipal do Palácio das Galveias, Centro de Documentação da Câmara Municipal de Évora e Biblioteca do Instituto Superior de Teologia de Évora), Dissertações realizadas em outras instituições universitárias (Biblioteca da Universidade de Évora, Biblioteca da Faculdade de Letras e da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, Biblioteca da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), repositórios académicos (repositório digital da Universidade de Coimbra, repositório aberto da Universidade do Porto e o Sistema Integrado de Bibliotecas, Repositório da Universidade de Lisboa), *websites* e relatórios de trabalhos arqueológicos conseguidos na Direção Regional da Cultura do Alentejo. Para complementar a investigação, registámos fotograficamente o conjunto, e, adicionalmente, foram utilizadas algumas das fotografias disponíveis digitalmente no *website* do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (Forte de Sacavém) e no Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora.

A Dissertação está estruturada em três partes:

¹⁸ Beatriz Susana Baptista Dinis (2012), *Convento de Santo António de Portalegre – Uma Proposta de Valorização*, Dissertação de Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural apresentada à Universidade de Évora, Évora.

¹⁹ Narciso Luís Esteves Serra (2011), *O mosteiro de S. Fins. Classificar para Valorizar? Estudo de Caso*, Dissertação de Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural apresentada à Universidade de Évora, Évora, 2 Vols.

O primeiro Capítulo – *A Ordem dos eremitas de Santo Agostinho e o seu estabelecimento em Portugal*: fala do surgimento dos eremitas da Ordem de Santo Agostinho na Europa. De seguida parte-se desta análise, para um maior aprofundamento da Ordem de Santo Agostinho e da implantação das casas religiosas em território português.

O segundo Capítulo - *O convento de Santa Mónica de Évora: história do espaço conventual*: trata do estudo do antigo convento, desde a sua fundação à sua extinção. Neste ponto também se fez o enquadramento na malha urbana da cidade, e a sua relação com os outros espaços monástico-conventuais de religiosas já existentes em Évora. Também se aborda a evolução e adaptações do espaço construído desde o período fundacional até ao estado atual.

Quanto ao último Capítulo – *Proposta de Salvaguarda e Valorização do Convento de Santa Mónica enquanto espaço agostinho*, a partir das análises realizadas nos Capítulos anteriores, pretendemos apresentar Propostas fundamentadas de salvaguarda e valorização do espaço existente e do património móvel dele originário e hoje disperso, procurando precisamente através do Roteiro criar de novo uma ligação entre esses objetos; a criação do Centro de Interpretação e Documentação aposta na existência de um espaço dinâmico e de partilha de informações, para públicos distintos, convidando ao entendimento do convento na história da cidade e na história da Ordem de Santo Agostinho em Portugal.

Capítulo I – A Ordem dos eremitas de Santo Agostinho e o seu estabelecimento em Portugal

1. Os eremitas da Ordem de Santo Agostinho na Europa

Santo Agostinho (*Aurelius Augustinus*), Bispo de Hipona²⁰, um dos Doutores da Igreja, não foi uma figura como S. Bento e S. Francisco, cujas *Regras* inspiraram o surgir de diversas Ordens religiosas que se multiplicariam em inúmeros mosteiros e conventos, mas contribuiu muito para o desenvolvimento da vida monástica, tanto pelo regulamento dado ao clero, como pela sua doutrina, presente em especial em 500 *Sermões*, 276 *Cartas* e 113 *Tratados*. No Norte de África, em Tagaste, fundou uma comunidade semimonástica, numa casa de campo, onde se praticava a vida ascética, a oração e a contemplação, mas também estudavam a reflexão filosófica e a teológica. Os membros desta comunidade não usavam um hábito particular, nem estavam sujeitos à obediência de Superior Hierárquico. Assim, esta primeira comunidade semimonástica foi formada de acordo com o que se entendia ser o movimento espiritual e que serviu de inspiração para futuras gerações de cristãos.



Fig.1 *Santo Agostinho*, Sandro Botticelli, 1490-1492.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_pinturas_de_Sandro_Botticelli (Novembro de 2013)

Alguns dos irmãos da comunidade foram ordenados Bispos e levaram o monacato de Santo Agostinho a outras igrejas locais, existindo no século V

²⁰ “ (...) Este doutor é sem dúvida o mais marcante de todos. A sua obra atravessou os séculos. Nascido em Tagasto, na Numídia, em 354, provinha de uma família desunida pela religião: o seu pai só se converteu tardiamente, a sua mãe, Mónica, hoje canonizada, era uma cristã devota. Depois de ter ensinado no seu burgo natal, alcançou Cartago e, dali dirigiu-se a Roma em 383. No ano seguinte, obteve uma cátedra de retórica em Milão. Pode então seguir as pregações de Ambrósio que provocaram a sua conversão em 386. Baptizado em 387 por este bispo, perdeu a mãe no mesmo ano. Regressado ao seu país de origem, foi ordenado sacerdote, depois aceitou ao episcopado de Hipona (próximo da actual Bona) em 396. Desenvolveu até à sua morte, em 430, uma pastoral que excedeu em muito os limites da sua diocese e ocupou um lugar de destaque em todas as grandes questões da sua época. (...) ” – Phillippe Tourault (1996), “A época áurea dos padres da Igreja”, in *História Concisa da Igreja*, Mem Martins: Publicações Europa-América, pp. 61-63.

aproximadamente 35 mosteiros de inspiração agostiniana no Norte de África. Devido à invasão dos povos Vândalos, os agostinianos emigraram para a Europa, levando consigo os restos mortais do “Santo Pai e Fundador”, a sua rica coleção doutrinária e o seu estilo de vida religioso, implantando-o na Itália, na Sardenha, na Hispânia e na Gália.

Quanto à obra do Santo fundador, nos *Sermões* os especialistas destacam os números 81, 105, 113 e 296 que tinham como principal objetivo instruir o povo e os grandes pensadores do mundo romano. Entre as 276 *Cartas* que se mantiveram conservadas, destaca-se a *Carta CCXI*. Esta *Carta* foi dirigida à sua irmã Perpétua, que quando ficou viúva se tornou Superiora de um mosteiro de agostinhas em Tagaste. Mais tarde, essa *Carta* terá sido chamada de *Regula ad Servus Dei*, que continha os princípios gerais da orientação prática da *Regra de Santo Agostinho*. Nesta *Regra*, a primeira exigência era a de uma perfeita comunhão espiritual e de bens, à maneira das primitivas comunidades cristãs de Jerusalém, seguindo o exemplo dos apóstolos; a segunda era que, entre as virtudes que os cónegos teriam de cultivar, eram indispensáveis a obediência, a humildade e a caridade²¹.

Os *Tratados* debruçaram-se sobretudo nas três heresias da época: o *maniqueísmo*, de que o próprio Santo Agostinho foi simpatizante durante nove anos, em que o Bem e o Mal eram concebidos como dois princípios dualistas e em que a matéria má era a responsável de todas as misérias e do cativo das almas; o *donatismo*, que afirmava que a Igreja deveria permanecer santa e que a validade dos sacramentos dependia do merecimento do Sacerdote ou do Bispo que o administravam; e o *pelagianismo* que ensinava a pessoa a dar os primeiros passos da sua salvação pelos seus próprios esforços e sem a graça divina, baseando-se no ideário do monge bretão Pelágio, que dava prioridade ao livre arbítrio. Este acreditava que o pecado original não existia e que a facilidade de pecar derivava do hábito adquirido²². Em contrapartida, Santo Agostinho escreveu cerca de 15 obras contra esta heresia, entre as quais os

²¹ Francisco da Gama Caeiro (1973), “A assistência em Portugal no século XIII e os Cónegos regrantes de Santo Agostinho”, in *A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, Actas das 1.^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, Lisboa, pp. 221-222.

²² “ (...) A doutrina católica foi formulada pelo concílio II de Orange – não ecuménico – e confirmada pelo papa Bonifácio II. O concílio declarou a incapacidade do homem para operar, pelas suas próprias forças, o bem sobrenatural; mas rejeitou-se a doutrina da Vontade salvífica particular de Deus e condenou-se abertamente a chamada “predestinação ao mal (...)”. – José Orlandis (1993), “Capítulo X – O Cristianismo e os Povos Bárbaros”, in *História Breve do Cristianismo*, Lisboa: Rei dos Livros, 2.^a edição, p. 60.

Tratados da Natureza e da Graça. Em simultâneo, no *Tratado a Cidade de Deus*²³ esforçou-se por demonstrar aos pagãos que o Cristianismo podia sustentar um mundo novo. Além disso, respondia ao impacto causado pela tomada de Roma pelos Visigodos em 410, estabelecendo as bases da interpretação ocidental das relações entre o mundo terreno e o Reino de Deus. Por outro lado, em 429 os Vândalos invadiram o território Norte africano, destruindo e incendiando muitos dos mosteiros aí fundados por Santo Agostinho. A cidade de Hipona foi cercada pelos Vândalos, e um ano depois o Santo Padre faleceu aos 76 anos de idade.

Mais tarde, e após o Concílio de Latrão de 1059, houve uma divisão entre Religiosos (Cónegos) e os Padres (Diocesanos). Foi a partir daqui que surgiu a primeira Congregação: a dos Cónegos Regrantes da Ordem de Santo Agostinho. À volta desta opção canonical compreendeu-se o surgimento de duas vias principais. A primeira era mais rigorosa e severa, e apostava numa vida claustral reforçada pelo jejum, pela castidade, pelo silêncio, pelo trabalho manual e pelo serviço coral e divino. Esta via centralizou-se em torno da cidade de Prémontré e foi protagonizada por S. Norberto de Xanten. A outra era mais tolerante e aberta; aceitava o consumo de carne em determinadas circunstâncias, não impunha o trabalho manual, defendia a pobreza e a partilha de todos os bens pela comunidade. Instalou-se nas cidades ou nas imediações mais próximas, desempenhando uma tarefa pastoral junto do povo. Este modelo de vida canonical inspirou-se em S. Rufo de Avinhão²⁴, instalando-se em Portugal, nos séculos X, XI e XII.

Assim, os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho assumiram um papel importante de dedicação aos mais necessitados (viajantes, peregrinos, pobres, doentes, órfãos e viúvas), entregando-se a uma especialização simultaneamente pastoral e assistencial, rompendo assim, com modelos tradicionais monásticos-conventuais,

²³ “ (...) *O seu longo tratado, iniciado em 413 e terminado em 427, três anos antes da sua morte, em vinte e dois livros, de conteúdos variados e, muitas vezes, ingénuos, pode ser dividido em duas partes bem distintas. Nos primeiros dez livros, Agostinho tenta traçar uma história racional do nascimento e do desenvolvimento do poder romano, em relação ao qual não esconde a própria admiração. (...) A estes dados sobrepõe-se, nos doze livros seguintes, uma concepção de história que prescinde da existência de Roma e do seu império, para assumir o aspecto de um dualismo cosmogónico e moral abstracto, fruto da interpretação da natureza e da vida, que Agostinho fizera no longo decénio da sua experiência maniqueísta.* (...) ” – Ambrogio Donini (1980), “As duas cidades de Santo Agostinho”, in *História do Cristianismo – Das Origens a Justiniano*, Lisboa: Edições 70, Vol. I, pp. 252-253.

²⁴ “ São Rufo de Avinhão também era conhecido por Rufos de Tebas e era um dos Setenta Discípulos. Foi um bispo da cidade de Tebas, na Grécia, e é citado no Novo Testamento em “*Saudi a Rufo, escolhido no Senhor, e a sua Mãe e minha (Romanos 16:13) (...)*.” – http://pt.wikipedia.org/wiki/Rufo_de_Tebas, (acesso a 2 de Dezembro de 2012).

apresentados até ao século XII, assentes na contemplação espiritual e na clausura²⁵. A maioria das suas Casas, construídas junto às muralhas citadinas possuíam hospitais, albergarias, enfermarias e escolas. Os hospitais, termo que não tinha a significação restrita que se lhe dá atualmente, destinava-se a receber de forma fixa pobres, viúvas, órfãos e doentes ou apenas recebiam pobres que quisessem pernoitar. As albergarias acolhiam os peregrinos que se deslocavam a santuários em peregrinação. As enfermarias davam assistência a doentes, a peregrinos e a mendigos, tratando os doentes com remédios feitos à base de ervas medicinais. E por fim, as escolas eram abertas a toda a comunidade, vestindo, alimentando e educando todos os que ingressassem na instituição.

Só alguns séculos mais tarde é que surgiu a Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho (*Ordo Sanctii Augustini*) da união de numerosos grupos de eremitas que viviam isolados em lugares desabitados na região da Itália, conhecidos como *ermos*²⁶, levando cada um deles um estilo diferente de vida. Entretanto, os *ermos* foram aumentando rapidamente em número, até que os próprios eremitas tomaram a iniciativa de se unirem por um vínculo comum. Com este propósito, enviaram quatro delegados a Roma, e o Papa Inocêncio IV aceitou o seu pedido, dando-lhes a *Regra de Santo Agostinho*. Assim, pelas Bulas *Incumbit Nobis* e *Praesentium Vobis*, de 1243, o Papa Inocêncio IV decretou a união de todas as comunidades de eremitas presentes na Toscana, à exceção dos Guilhermitas. A Bula *Incumbit Nobis* foi a carta de fundação da Ordem e a Bula *Praesentium Vobis* regulou a forma como se devia fazer a união dos Eremitas Calçados Agostinianos. Finalmente, em Março de 1244 celebrou-se, em Roma, o primeiro Capítulo Geral da Ordem de Santo Agostinho, sob a presidência do Cardeal Riccardo degli Annibaldi. Um conjunto de Bulas emitidas pelo futuro Papa Alexandre IV, entre Março de 1244 e Setembro de 1245, traçou a fisionomia da Ordem, destacando-se, a *Carta Religiosam Vitam*, de 26 de Abril de 1244. Esta *Carta* foi uma confirmação do Instituto, em que o Papa Inocêncio IV recebia sob a sua proteção as Casas da nova Ordem.

²⁵ Aires Gomes Fernandes (2011), *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média: dos alvares de trezentos à congregação de Santa Cruz*, Dissertação de Doutoramento em Letras pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: Coimbra, p. 15.

²⁶ “ (...) ermo, s.m. lugar despovoado; deserto, solidão; retiro; (...)” – AA.VV (2005), *Dicionário Básico da Língua Portuguesa*, Porto: Porto Editora, p. 217.

No entanto, persistiu uma certa desorganização do movimento eremítico que levou o Papa Alexandre IV, a 9 de Abril de 1256, pela Bula *Licet Ecclesiae Catholicae*, a agrupá-lo numa Grande União, sob a autoridade de um Prior Geral²⁷, facto que sucedeu numa assembleia²⁸ no convento de Santa Maria del Pópulo em Roma; o objetivo era a ampliação da Ordem tanto em número como em extensão, acabando por aplicar às restantes famílias de eremitas a forma de vida anteriormente imposta aos eremitas da Toscana. No dia 13 de Junho de 1257, a Ordem recebeu a isenção da jurisdição episcopal, dependendo apenas da autoridade do Papa. Seriam também convocados os Guilhermitas, pela bula *Cum Quaedam Salubria* e a estes, também viriam a juntar-se os eremitas do Frei João Bom, os de Monte Favale e os de Brettino.

A Ordem foi dividida em quatro Províncias e organizada segundo o modelo das Ordens Mendicantes, embora o estatuto de mendicante só lhe tenha sido concedido em 1567 pelo Papa Pio V, com o aparecimento de dois ramos: os Eremitas Descalços e os Eremitas Recoletos da Ordem de Santo Agostinho, que iremos falar mais adiante neste Capítulo. A direção do governo central elegeu para cada uma das quatro províncias um Prior Provincial (Itália, Alemanha, França e Espanha).

Os agostinhos propagaram-se rapidamente, e no século XVI, possuíam cerca de 2000 mosteiros e 300 conventos com 30.000 religiosos, destacando-se as figuras de S. Nicolau Tolentino e Sta. Rita de Cássia.

A Ordem conheceu, porém, algumas contrariedades, de que salientamos na Europa do século XIV o grande surto de Peste, que, em relação aos religiosos agostinhos, vitimaria em 1346 mais de 5000. Esta praga contribuiu também para o abrandamento da disciplina, pois para evitar o contágio permitiu-se que os religiosos ficassem em Casas particulares. Assim, como solução para a proteção e para a sobrevivência, começaram a existir, a partir de 1387, as Congregações Autónomas da Observância que acabaram por agrupar as Casas que seguiam a *Regra de Santo Agostinho* e as *Constituições*. Como consequência, e para evitar conflitos entre

²⁷ “ (...) Os motivos para a Grande União aparecem na Bula de 1256: 1) evitar a confusão entre diferentes grupos na Igreja (os agora unidos com os franciscanos) 2) dar força ao conjunto, qual “*exército*” sob um prior geral. (...) ” – Carlos Alberto Moreira de Azevedo (2011), “As origens da Ordem”, in *Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal (1256-1834)* – Edição da Coleção de Memórias de Fr. Domingos Vieira, OESA, Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, p. 6.

²⁸ “ (...) Esta assembleia, que reunia diversas sensibilidades e grupos, conduziu à escolha de um Geral para toda a nova Ordem. O P. Lanfranco de Milano, da Congregação do Beato João Bom foi o preferido. (...) ”- *Ibidem*.

observantes e conventuais²⁹ da Ordem de Santo Agostinho, subtraiu-se a autoridade do Prior Provincial e colocou-se as Casas da Ordem sob a jurisdição de um Prior Geral ou de um Vigário. Essas Congregações alastraram-se pela Lombardia, Calábria, Úmbria, Hungria, Alemanha e Castela³⁰.

Por outro lado, da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, após o Concílio de Trento (1545-1563) surgiram as duas Congregações Mendicantes da Ordem: Os Eremitas Descalços da Ordem de Santo Agostinho (*Ordo Fratrum Eremitarum Discalceatorum Sanct Augustin*) e os Eremitas Recoletos da Ordem de Santo Agostinho.

A Congregação dos Eremitas Descalços da Ordem de Santo Agostinho surgiu em 1588, durante o pontificado do Papa Sisto V, que aprovou as novas regras dentro de um espírito de reação católica no resgate à disciplina regular e, na observância estrita dos votos de pobreza, obediência e castidade. Os membros da Congregação dos Eremitas Descalços, tiveram que adotar o uso de sandálias como sinal extremo de desprendimento, de penitência e de entrega total à Divina Providência. Esta convocação foi reverenciada em Nápoles, onde alguns Eremitas Descalços constituíram a primeira comunidade no convento de Santa Maria dell'Olivella.

A Ordem de Santo Agostinho, com o apoio do Papa Clemente VIII, criou a Província Religiosa Recoleta dentro da Ordem Agostiniana. Tal foi a vitalidade do movimento que, em 1605, aprovou a ida dos primeiros missionários recoletos para as Filipinas. Os desacordos com os restantes da Ordem eram cada vez mais intensos, até que se conseguiu a supressão da Província, que contava já com 23 casas monástico-

²⁹ “Os freis agostinianos que se comprometeram com o entusiasmo da observância da vida religiosa mantinham uma fidelidade perfeita com a Regra de Santo Agostinho e as Constituições da Ordem. Na prática, eles não admitiam nenhum abuso ou oportunidade de trair tal compromisso. Eles foram autorizados a viver em comunidades especificamente designadas como “observantes”: comunidades sob a autoridade imediata do Prior Provincial. Durante esse período, 11 Congregações com mosteiros de observância se formaram. Quanto aos conventuais vivam enclausurados e tinham regras de acordo com o seu modo de vida. Estes normalmente dependiam do(a) Superior(a) ou do(a) Abade(ssa).” – <http://www.agostinianos.org.br> (acesso a 11 de Novembro de 2013).

³⁰ “Congregação de Leceto, 1385, Hungria; Congregação do S. João de “Carbone”; Congregação da Perugia, 1419; Congregação da Lombardia, 1430-1438; Congregação de Nossa Senhora da Consolação, 1470-1473, Génova; Congregação que engloba os mosteiros de Muriano próximos de Veneza, o de Sta. Maria do Campo Santo e o de Monte Ortono, 1436; Congregação que engloba os mosteiros da Baviera, da Nuremberga e de Colmar; Congregação “Della Clastra”, 1505, Castela – mais tarde foi dividida em quatro províncias: Toledo, Salamanca, Burgos e Sevilha; Congregação da Calábria, 1503; Congregação de “Colorites”, 1530, Morano; Congregação da Dalmácia, 1511; Congregação de S. Guilherme – os pequenos agostinhos de Paris e os agostinhos da Rainha Margarida de Valois, França.” – <http://www.agostinianos.org.br> (acesso a 11 de Novembro de 2013).

conventuais, sendo mais tarde reabilitada, em 1606. Em 1621, o Papa Gregório XV, erigiu novamente a Congregação dos Frades Recoletos em Espanha e nas Filipinas, subdividindo-a em quatro Províncias e mantendo-a ligada à obediência do Superior Geral, governada porém, diretamente por um Vigário. As quatro províncias da Congregação eram a de Santo Agostinho de Castela, a de Nossa Senhora do Pilar de Aragão, a do Beato Tomás de Vilanova de Andaluzia e a de S. Nicolau de Tolentino das Filipinas.

Para Luc Verheijen³¹ não existia uma *Regra Agostinha* propriamente dita, mas um conjunto de textos. O primeiro texto, o *Praeceptum*, datado de 397, que continha uma série de conselhos gerais inspirados no estilo de vida primitivo que se destinaram a uma comunidade de homens e a um mosteiro de freiras fundados por Santo Agostinho na cidade de Hipona³². O segundo, o *Ordo monasterii*, escrito por volta de 395 por Alípio, amigo do Santo fundador, era um texto que dava especial ênfase às regras da vida quotidiana, como as horas da oração e do trabalho, que os membros das comunidades monásticas deveriam cumprir:

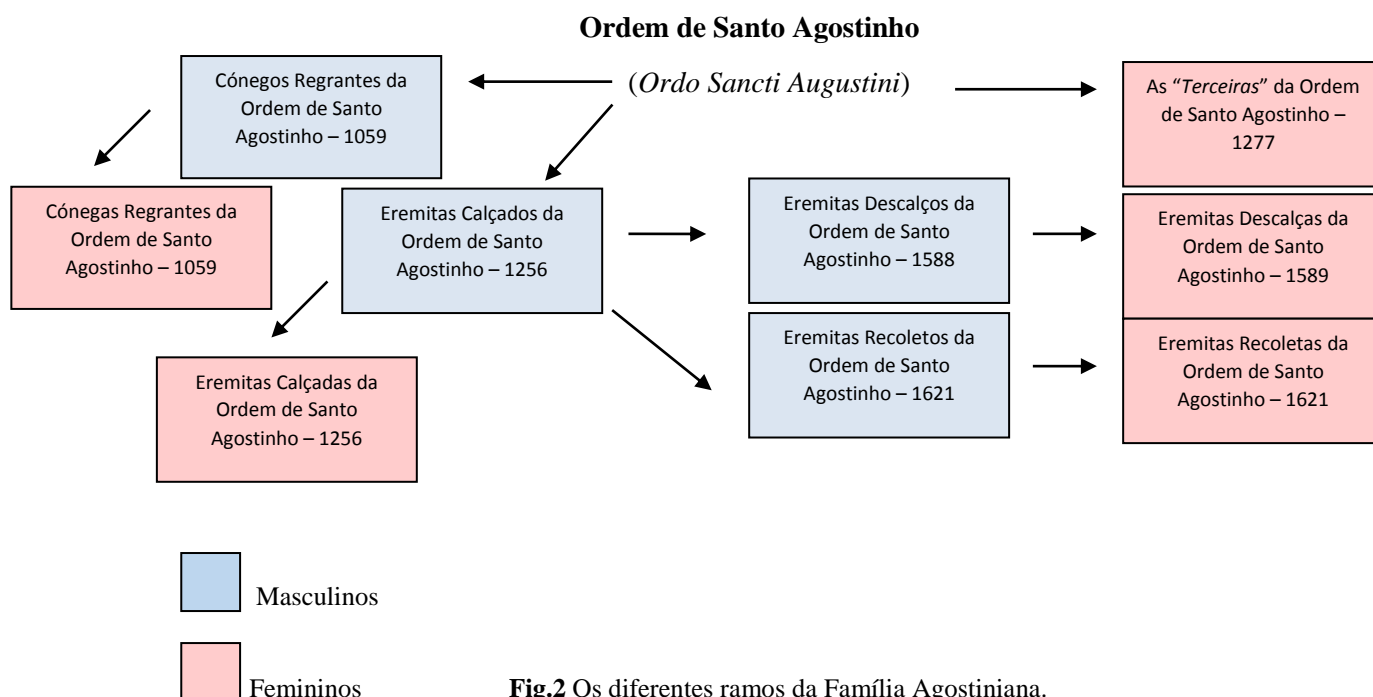


Fig.2 Os diferentes ramos da Família Agostiniana.
 Fonte: elaboração própria (Novembro de 2014)

³¹ Luc Verheijen (1967), *La Règle de St. Augustin – Tradition manuscrite*, Paris : Études Augustines Vol. I, pp. 49-66.

³² “ (...) Este texto, provavelmente teria merecido aplicação feminina, é breve e gozou de enorme celebridade como Regra dos cónegos regrantes e de grande parte das Ordens e congregações modernas, a partir do IV Concílio de Latrão de 1215. (...) ” - Carlos Alberto Moreira de Azevedo, *op. cit*, p. 7.

1.1. O monaquismo feminino na Ordem de Santo Agostinho

As primeiras referências ao monaquismo³³ feminino datam do século IV, em que viúvas e donzelas virgens se comprometiam a guardar castidade, passando a viver em comunidade³⁴. Por exemplo, entre as várias comunidades fundadas por mulheres de alta sociedade na cidade de Roma destaca-se o caso das matronas Paula e Marcela, no mesmo século, incentivadas por S. Jerónimo a estudar as Sagradas Escrituras. Entretanto, ainda no século IV, fazem-se as primeiras referências às religiosas agostinhas, através de Perpétua, irmã de Santo Agostinho, que deu origem à primeira comunidade religiosa de mulheres em África.

Para que uma comunidade feminina pertencesse à Ordem de Santo Agostinho, não bastava adotar a *Regra*, mas observar os pontos essenciais das *Constituições* da Ordem de Santo Agostinho (*Instituta Ordinis, Ordinationis Ordinis, Observantia regularis fratrum Ordinis*): usar o hábito próprio, entregar a cura pastoral aos membros da Ordem, aceitação da jurisdição episcopal, governo ou proteção de um provincial e ter consciência de pertencer à Ordem. Quando uma freira professava os votos solenes de obediência à *Regra*, concordava em submeter-se às autoridades eclesiásticas. Nesse voto entendia-se que a religiosa nunca violaria a clausura, quer saindo do convento, quer acolhendo estranhos dentro da casa conventual. Se violassem a *Regra*, as autoridades eclesiásticas tinham de intervir, castigando-as.

Por sua vez, pertencendo à “Ordem Terceira” de Santo Agostinho, extinta durante a vaga de invasões bárbaras no século VI, muitas religiosas ao fugir da perseguição dos bárbaros refugiaram-se em pequenas grutas isoladas em montanhas. No ano de 1227, com a Bula do Papa Gregório IX, a “Ordem Terceira” ressurgiu novamente, a partir das casas monástico-conventuais das Irmãs Penitentes. Estas

³³ “ (...) monástica (de monges monachos em grego, significando aquele se retiram do mundo para viverem sozinhos) é a de grupos de homens e mulheres que adoptaram, a partir do século IV, uma forma religiosa de vida comunitária, isolando-se do mundo para se dedicarem a práticas de ascese e oração.(...) ” – Carlos Verdete (2010), “Imitação de Cristo: ascetismo e monaquismo”, in *História da Igreja – Das origens até o Cisma do Oriente* (1054), Lisboa: Paulus, Vol. I, p. 166.

³⁴ “ (...) A ideologia da clausura recomendava que as mulheres fossem encerradas na casa do pai, do marido ou num convento e era promovida por homens da classe dominante, numa tentativa de proteger a honra das famílias de escândalo que se podia associar a uma mulher que aparecesse em público. Uma mulher que se passeasse livremente pela cidade tornava-se vulnerável a ser molestada por um qualquer vilão ou, de forma igualmente ofensiva, convidava à especulação sobre a sua própria virtude: talvez procurasse uma ligação romântica ilícita que, se encontrada, mancharia a reputação da sua família e arruinaria as oportunidades de casamento. (...) ” – Luís Urbano (2007), “A propósito de Évora: Ideologia religiosa e arquitectura nos conventos femininos”, in *Monumentos*, Lisboa: DGEMN, nº 26, p. 38.

religiosas, também eram conhecidas como Irmãs Penitentes de Sta. Madalena e as suas casas foram construídas especificamente para acolherem jovens mulheres que levavam uma vida desorganizada, e ao ingressar comprometiam-se a fazer votos solenes sob a *Regra* de Santo Agostinho. Porém, estas comunidades de religiosas estavam sujeitas ao Provincial da Ordem das Penitentes Sta. Madalena³⁵.

Até 1581, não se introduziu qualquer legislação respeitante às freiras agostinianas nas *Constituições* que já existiam. Deste modo, as comunidades femininas da Ordem de Santo Agostinho seguiram as *Constituições* do ramo masculino, adaptadas às circunstâncias de cada uma das comunidades. Embora partilhassem o mesmo estatuto de vida, freiras e monges identificavam-se com dois diferentes modos de vida cristã – uma *marital*, o outro *militar*³⁶.

O V Concílio de Latrão (1512-1517) marcou o início da Reforma Protestante, em que foi determinante a ação de Martinho Lutero, monge agostinho, retirando às comunidades femininas alguns privilégios e as fraternidades agostinianas, que congregavam fiéis de ambos os sexos, foram gradualmente perdendo a vitalidade e força apostólica. Após a Reforma Protestante, surgiu o Concílio de Trento (1545-1563) por iniciativa do Papado que condenava as diretrizes da doutrina Protestante. Portanto, a assembleia funcionou como Contra-Reforma. Os Bispos, como representantes da Sede Apostólica, foram encarregues de vigiar as casas monástico-conventuais e os próprios religiosos, que inúmeras vezes abandonavam a observância das suas *Regras*. Também receberam a obrigação de visitar todos os anos as igrejas da sua área religiosa, devendo cada diocese ser percorrida pelo menos de dois em dois anos.

Neste contexto religioso, e tal como o ramo masculino dos Mendicantes da Ordem, surgiram as Agostinhas Recoletas e as Agostinhas Descalças. Tanto a Congregação das Agostinhas Descalças como a Congregação das Agostinhas Recoletas foram instituídas primeiramente em Espanha pela iniciativa da Madre Maria de Jesus e solicitada ao Rei D. Filipe II, no Capítulo agostiniano de Toledo. As religiosas Prudência Grillo e Mariana Manzaneda, pelos anos 1589 e 1616, seguiram a iniciativa

³⁵ R.P Hélyot, Tome Premier, “AUGUSTIN (TIERS-ORDRE DE SAINT-)”, in *Dictionnaire des Ordres Religieux où Histoire Des Ordres Monastiques Religieux et Militaires*, Paris: J.P. Migne Editeur, pp. 311-312.

³⁶ As freiras ao ingressarem numa Casa religiosa, casavam-se com Cristo, enquanto que os monges para além de prestarem os serviços religiosos, também em época de guerra defendiam o recinto da cerca com as suas próprias armas.

da Madre de Jesus ao estabelecer as primeiras Casas religiosas destas Congregações em Espanha.

O século XVIII foi caracterizado pelo início da supressão das Ordens religiosas na Europa, prolongando-se no século seguinte. Das Casas monástico-conventuais masculinas e femininas da Ordem de Santo Agostinho na Itália foram extintas cerca 27 e na França 40. Das Casas da Espanha só restou o Convento de Nossa Senhora da Assunção em Valladolid (1550), por ser considerado um colégio de missionários para as colónias³⁷.

Na atualidade existem em 27 Províncias agostinhas e cerca de 100 Casas da Ordem de Santo Agostinho, em quase todos os continentes, exceto na Oceânia.

1.2. A Ordem de Santo Agostinho em Portugal³⁸

Nos primeiros séculos da sua existência pouco se sabe acerca destes religiosos no Norte da Península Ibérica, já que o Condado Portucalense só se formaria nos primórdios do século XII. É possível que Paulo Orósio, uma figura de grande prestígio cultural, quando fugia da perseguição dos Suevos em 413, e ao encontrar-se com Santo Agostinho no Norte de África, tenha ficado impressionado com a florescência da vida religiosa, e no regresso à Lusitânia tivesse fundado Casas da Ordem, mas ainda não assente na *Regra* propriamente dita, visto que os Cónegos Regrantes da Ordem de Santo Agostinho só viessem a surgir em meados do século XI.

Não está documentada a afirmação de que S. Profuturo³⁹, o Abade S. Nunto e S. Martinho de Dume fossem os introdutores da Ordem de Santo Agostinho na Península Ibérica. No entanto, Frei António da Purificação na sua obra *Chronica da Antiquissima Provincia de Portugal* de 1642⁴⁰ defendeu que S. Profuturo, Arcebispo de Braga, terá

³⁷ Hipólito Martínez (1978), “Primeira Parte – Os Agostinhos no Mundo depois da Grande União”, in *Resenha Histórica – A Ordem dos Agostinhos em Portugal e no Mundo*, Guarda: O.S.A, p. 16.

³⁸ Cf. Anexo 2 – Documento 1 – A Ordem de Santo Agostinho em Portugal, p. ix.

³⁹ “ (...) O padre João Bautista de Castro, na sua obra diz-nos que querem os Cronistas desta Religião, que S. Profuturo Arcebispo de Braga, e discípulo de Santo Agostinho introduzisse esta Ordem em Portugal pelos anos 393, pouco depois de a ter fundado em Tagaste o mesmo Santo Doutor (...).” – Severino Emanuel Cruz da Silva (2003), *O convento de São João Novo dos Eremitas de Santo Agostinho*, Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Universidade do Porto: Faculdade de Letras: Porto, p. 34.

⁴⁰ Frei António da Purificação (1642), *Chronica da Antiquissima Provincia de Portugal, da Ordem dos Eremitas de S. Agostinho Bispo de Hippônia, e principal Doutor da Igreja*, Officina de Domingos Lopes Rosa, Parte Primeira, fl. 14.v – fl. 18.

sido o introdutor da Ordem de Santo Agostinho no ano de 393⁴¹. Também identificou a *Regra de Santo Agostinho* em todos os cenóbios que existiam neste território desde os séculos IV e V. José Mattoso, na obra *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, afirma que S. Frutuoso, Bispo de Dume, tinha os seus próprios costumes monásticos e por volta de 640 criou a *Regula Communis*. Os elementos caracterizadores desta *Regra* foram o pacto entre os abades e os monges, o espírito expresso na Congregação ou *Sancta Communis regula*, o papel atribuído ao Bispo de Dume a *Episcopus Sub Regula*, a admissão nos mosteiros de *Traditi* de ambos os sexos (dúpliques) em conexão com a comunidade, e a rejeição dos mosteiros familiares⁴². No entanto, só a partir do século XII é que os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho se afirmariam em Portugal. O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, o mosteiro de S. Vicente de Fora, o mosteiro de S. Jorge de Coimbra e até mesmo o mosteiro de S. Martinho de Mancelos tinham hospitais. Neste último caso, era pertença do mosteiro, mas não funcionava nas suas instalações nem nas suas imediações. Quanto às enfermarias, elas existiam particularmente em quase todas as casas monacais e conventuais, destacando-se os casos do mosteiro de S. Salvador de Moreira de Maia, do mosteiro de Sta. Maria de Oliveira, do mosteiro de Sta. Maria de Cárquere e do mosteiro de S. Salvador de Souto. As albergarias, que prestavam assistência aos peregrinos, destacavam-se pela ação desenvolvida nesse domínio. O mosteiro de S. Salvador de Moreira foi uma instituição religiosa que teve albergaria, pois localizava-se num dos mais importantes itinerários de peregrinação à Catedral de Santiago de Compostela. Nas escolas, evidencia-se particularmente a escola do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que foi uma das melhores instituições de ensino no território português durante a Idade Média, notabilizando-se pela sua enorme biblioteca e pelo seu ativo *scriptorium*.

O primeiro Capítulo provincial a realizar-se em território português terá tido lugar na cidade Porto em 1229. Este primeiro Capítulo incidiu principalmente na renovação ao apelo do cumprimento das *Constituições letbertianas* (privilegiando o ideal de liberdade) oriundas de S. Rufo de Avinhão. Os Decretos Capitulares impunham a celebração trienal do Capítulo provincial, a nomeação de visitantes com funções de

⁴¹ “ (...) que a nossa Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho entrou neste Reyno pelos annos de 393, que são 37 antes da morte de Nosso Padre, e 134 antes do nascimento de S. Bento, e 174 antes deste S. Patriarcha escrever a sua Regra no monte Cassino(...)” - *Idem*, fl.14.v.

⁴² José Mattoso (1982), “Sobrevivência do Monaquismo Frutuosiano em Portugal durante a Reconquista”, in *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 11-28.

vigilância junto das casas monástico-conventuais, a regulamentação das saídas e das autorizações de ausência de Cónegos, o apaziguamento do regime de jejuns e de abstinência de carnes, a uniformização do vestuário canonical, a generalização da oração diária, a normalização das horas canónicas de todos os mosteiros e conventos e, finalmente, o aperfeiçoamento do sistema de ensino e dos conteúdos pedagógicos teológico-morais ministrados pelos regentes das aulas claustrais⁴³.

A Ordem dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho surgiu no Reino Português, mais propriamente em Lisboa, a 25 de Outubro de 1147, no mesmo ano em que D. Afonso Henriques conquistou a cidade aos Mouros. Os eremitas de S. Gens, ali instalados com a autorização do Bispo D. Gilberto de Lisboa, como não gozavam do direito de isenção, deviam-lhe obediência. Só a 21 de Janeiro de 1298, através da Bula *Sacer Ordo*, o Papa Bonifácio VIII os isentou da obediência direta do Bispo de Lisboa. Inicialmente a Ordem dos eremitas foi repartida em duas Casas: uma fora das muralhas de Lisboa, no monte de S. Gens, e a outra dentro do recinto amuralhado, a partir de 1271, dedicada a Santo Agostinho, e mais tarde passou a ser designada de convento de Nossa Senhora da Graça⁴⁴.

No entanto, a Ordem dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho em Portugal esteve, até 1387, ligada à Província de Castela. A separação das Casas monástico-conventuais portuguesas da Província Castelhana deveu-se a uma série de fatores, entre eles destacam-se as guerras com Castela e a subida ao trono de D. João I⁴⁵. No entanto, o Prior-Geral da Ordem de Santo Agostinho, não considerou que os poucos conventos e mosteiros que existiam em território português (existiam seis Casas monástico-conventuais: cinco de religiosos e uma de religiosas⁴⁶) justificassem a separação da

⁴³ Saul António Gomes (2000), “A religião dos Clérigos: vivências espirituais, elaboração doutrinal e transmissão cultural. Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho”, in *História Religiosa de Portugal*, dir. de Carlos Moreira Azevedo, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Vol. I, pp. 365-366.

⁴⁴ Severino Emanuel Cruz da Silva, *op. cit.*, pp. 32-33.

⁴⁵ “ (...) D. Fernando morreu em 1383, deixando como herdeira do trono a infanta D. Beatriz, casada poucos meses antes com o rei de Castela. O respectivo contrato de casamento previa que Leonor Teles conservasse a regência até que D. Beatriz tivesse filho varão, maior de 14 anos. Seria esse o herdeiro da Coroa portuguesa, mas não de Castela, visto que o rei D. João de Castela. Tal situação provocou reacções: os povos e alguns nobres aceitaram mal a aclamação de D. Beatriz como rainha; consideravam que o trono devia pertencer a um irmão de D. Fernando, o infante D. João, filho de D. Pedro I e Inês de Castro. As burguesias das cidades (especialmente em Lisboa) reagem contra a regência de Leonor Teles, que significava a continuação da orientação política do reinado anterior.(...) ” – José Hermano Saraiva (2004), *História de Portugal*, Mem Martins: Publicações Europa-América, 7.^a edição, p. 124.

⁴⁶ “ (...) Os conventos masculinos eram o convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa, o convento de Santo Agostinho de Torres Vedras, o convento de Nossa Senhora da Assunção de Penafirme, o convento

Província Castelhana. Mesmo assim, em 1387 as diversas casas da Ordem que tinham sido fundadas no Reino de Portugal foram organizadas em forma de Vicariato⁴⁷, sob as ordens do Prior-Geral de Roma.

Só em meados do século XV se criou a Província Portuguesa, sob a regência de D. Pedro, Duque de Coimbra, não se sabendo ao certo o ano exato da sua criação. Fortunato de Almeida aponta o ano de 1447 para a constituição da Província Portuguesa da Ordem de Santo Agostinho⁴⁸. No entanto, autores como Hipólito Martínez⁴⁹, Avelino de Jesus da Costa⁵⁰, Carlos Alonso⁵¹, David Gutiérrez⁵² e Frei António do Rosário⁵³, apontam para um período mais tardio, entre 1476 e 1478⁵⁴.

Entretanto, a partir de 1535 iniciou-se a reforma dos Agostinhos⁵⁵, por ação do Rei D. João III⁵⁶, seu grande benfeitor. Autorizado pela Santa Sé, o Rei escreveu uma

de Santo Agostinho de Santarém e o convento de Santo Agostinho de Vila Viçosa. O único convento feminino que existia era o convento de Santa Mónica de Évora.(...)” – António de Sousa Araújo (2006), “Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho”, in *Ordens Religiosas em Portugal – Das Origens a Trento – Guia Histórico*, dir. de Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa: Livro Horizonte, p. 422.

⁴⁷ “ (...) os vicariatos (...) são territórios que ainda não foram erigidos em dioceses e que são administrados, em nome do Sumo Pontífice, por prelados escolhidos pela Santa Sé.(...) ” – AA.VV “Vicariato”, in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada, Vol. XXXV, p. 81.

⁴⁸ António de Sousa Araújo, *op. cit.*, p. 421.

⁴⁹ “ (...) Por fim, em 1447, formou-se juridicamente a Província portuguesa (...).” – Hipólito Martínez (1981), “Agostinhos: 1. Eremitas de Santo Agostinho”, in *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, dir. por António Alberto Banha de Andrade, Lisboa: Editorial Presença, Vol. I, p. 70.

⁵⁰ “ (...) No século XIV havia cinco mosteiros de religiosos e um de religiosas, que dependiam da província espanhola, da qual se separaram no tempo de D. João I, ficando então a ser governados por um prior-geral português, numa espécie de distrito autónomo, que foi elevado a província em 1476. (...) ” – Avelino de Jesus Costa (1963), “Agostinho, Ordem de Santo”, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, Porto: Livraria Figueirinhas, Vol. I, p. 59.

⁵¹ “ (...) Como já foi dito, em 1387 o prior-geral dos Agostinhos assumiu sob sua directa dependência o vicariato dos conventos de Portugal (...). – Carlos Alonso (2000), “Agostinhos”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. por Carlos Moreira de Azevedo, Lisboa: Temas e Debates, Vol. I, p. 28.

⁵² David Guiterrez (1982), “La reforma de la provincia agustiniana de Portugal en los años 1535-1540”, in *Archivo Agustiniiano*, Valladolid, nº 60, pp. 3-40.

⁵³ António do Rosário, Carlos Alonso (1979), “Actas inéditas de diez capítulos generales [1419-1460]”, in *Anacleta Agustiniiana*, Roma, nº 42, pp. 5-133.

⁵⁴ António de Sousa Araújo (2006), “Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho”, in *Ordens Religiosas em Portugal – Das Origens a Trento – Guia Histórico*, dir. por Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa: Livro Horizonte, p. 42.

⁵⁵ “ (...) E se as questões económicas eram um forte entrave à boa gestão e funcionamento das instituições monásticas, muitos outros problemas as afectavam, sobretudo as questões de cariz espiritual e disciplinar, o que motivava a intervenção dos superiores das comunidades, dos bispos e até do próprio pontífice. (...) ” – Aires Gomes Fernandes (2011), *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média: dos alvares de trezentos à congregação de Santa Cruz*, Dissertação de Doutoramento em Letras pela Faculdade de Letras de Coimbra, p. 30.

⁵⁶ “ (...) Também os eremitas calçados de Santo Agostinho foram reformados por ordem régia. A tarefa iniciou-se em 1535 no convento de Nossa Senhora da Graça, em Lisboa e foi levada a cabo por agostinhos castelhanos, Francisco de Villafranca e Luís de Montoya.(...)” – Paulo Drumond Braga (2002), “II -Reformar Antes Que fosse Tarde”, in *D. João III*, Lisboa: Hugin Editores, p. 129.

carta ao Padre Gabriel Veneto, Prior-Geral da Ordem em Castela, pedindo para lhe enviar dois Padres desta Província, Frei Francisco de Villafranca e Frei Luís de Montoya, com a função de reformar as Congregações dos Agostinhos na Província de Portugal. Apesar não ter sido bem vista aos olhos do Cardeal D. Henrique⁵⁷ a presença destes dois Padres Castelhanos, a ação desenvolvida por eles fez sucesso através dos seguintes princípios reformadores: a normalização, formação e renovação espiritual e cultural dos religiosos; a vigilância sobre a admissão e formação dos candidatos à Ordem; a realização regular de visitas canónicas aos diversos mosteiros e conventos; a escolha dos Piores e outros religiosos para cargos de direção e governo das Casas; a promoção de um correta gestão dos bens; e a própria realização de obras com vista à adequação das estruturas das Casas religiosas às necessidades das próprias comunidades. Também da obra destes reformadores Castelhanos resultou o surgir de numerosos mosteiros, conventos e colégios, como por exemplo o colégio de Nossa Senhora da Graça em Coimbra (1543)⁵⁸ e, mais tarde, o convento do Pópulo em Braga (1595).

No Capítulo-Geral Romano de 1661, a Província Portuguesa foi elevada a Assistência-Geral, e a 9 de Abril de 1704 com a aprovação e a confirmação do Papa Clemente XI. Estabeleceram-se duas filiações: uma no convento de Nossa Senhora da Graça em Lisboa (1291), já anteriormente sede da Congregação dos Eremitas Calçados da Ordem de Santo Agostinho e a outra no convento de Nossa Senhora da Penha da França (1603) na mesma cidade⁵⁹.

Para além da Congregação dos Eremitas Calçados, fundou-se também a Congregação dos Eremitas Descalços da Ordem de Santo Agostinho, em 1555/1556,

⁵⁷ “ (...) *A posição de D. Henrique revelava a sua oposição à influência castelhana em Portugal (...)*.” – Carlos Margaça Veiga (2009), “De adjuvante de D. Catarina a regente do reino”, in *Dinastia de Avis: Cardeal D. Henrique – O Casto – 1578-1580*, coord. de Manuela Mendonça, Lisboa: Quidnovi, p. 55.

⁵⁸ “*Com o apoio do rei e dos priores-gerais conseguiram dar novo vigor à Ordem através do incremento da observância, do fomento dos estudos e de um grande aumento das vocações. Deste modo, e devido a estes dois santos homens, a ordem ganhou um tão grande prestígio que em 1543 o rei mandou que lhes fosse construído o colégio de Coimbra, onde ensinaram os seus melhores professores.*” – Severino Emanuel Cruz da Silva (2003) *O Convento de São João dos Eremitas de Santo Agostinho, Instituição, Património e Arte na cidade do Porto*, Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Universidade do Porto: Faculdade do Porto: Porto, p. 35.

⁵⁹ “ (...) *Neste triennio foi estabelecida a Alternativa, e confirmada em forma específica por Clemente 11 no dia 19 d’Abril de 1704. Dividia-se em duas Parcialidades ou Filiações chamadas, huma da Graça e outra da Penha de França; e assim divididos igualmente em duas Filiações todos os Religiosos da Província. (...)* ” – Carlos Alberto Moreira Azevedo (2011), “ Catálogo dos Piores Provinciales”, in *Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal (1256-1834)*, Lisboa: Universidade Católica/Centro de Estudos de História Religiosa, Vol. VIII, pp. 117-118.

por iniciativa do Frei Tomé de Jesus e aprovada num Capítulo celebrado em Toledo no ano de 1588⁶⁰. Em 1750, com a criação de novas Casas monástico-conventuais, o Papa Bento XIV dividiu a Congregação em duas filiações: uma no convento feminino de Nossa Senhora do Amparo ou do Grilo em Xabregas, em Lisboa (1780) e outra no convento masculino da Boa-Hora em Setúbal (1700). Entretanto, os missionários Agostinhos, primeiramente oriundos de Portugal, não só expandiram a sua fé no continente europeu, mas também no continente asiático sobretudo através das missões, onde, no fim do século XVI, formaram o Vicariato das Índias, estendendo também a sua evangelização na Arábia, na Arménia, no Ceilão, na Geórgia e na Pérsia.

Nos séculos XVI e XVII alguns conventos e mosteiros foram alvo de obras de restauro. Nestes melhoramentos destacam-se algumas Casas religiosas que pertenciam à Congregação dos Eremitas Calçados, como foi o caso do convento da Nossa Senhora da Graça em Lisboa, o de Vila Viçosa e particularmente o de Torres Vedras, onde se mantiveram as relíquias do Beato Gonçalo de Lagos. Estas remodelações deveram-se sobretudo a três figuras: Jerónimo Seripando, a Gregório Petrocchini e a Tadeu Perosino, Priores Gerais da Ordem de Santo Agostinho, que no decorrer do século XVI efetuaram visitas à Província Portuguesa, com o objetivo de vigiar e reformar a Ordem.

Nos dois últimos séculos da sua existência em Portugal, a Ordem de Santo Agostinho denotou uma quebra no seu crescimento. Apenas se criaram três novas Casas da Ordem e em simultâneo encerravam alguns conventos e mosteiros em território português e vários no continente asiático. Salientemos que os agostinhos portugueses não desapareceram por falta de fé, de vocações ou de força espiritual, até porque existe documentação da época que comprova que por volta do ano de 1763 a Ordem ainda possuía 21 Casas religiosas. O primeiro golpe arremessado às Ordens religiosas ocorreu em 1821, com um Decreto que proibia a entrada de noviços nas Ordens religiosas e militares. No ano seguinte, um novo Decreto reduzia o número de conventos e mosteiros, em todas as Ordens religiosas. Um outro Decreto emitido no dia 17 de Maio

⁶⁰ “ (...) Os Agostinhos Descalços adotaram o uso de sandálias como sinal extremo desprendimento e entrega total à Providência Divina. Enquanto que a designação de Agostinhos Calçados não é correcta, mas serve para distinguir dos Agostinhos Descalçados (...).”- Avelino de Jesus da Costa (1963), “Agostinho, Ordem de Santo”, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, Livraria Figueirinhas: Porto, Ed. 1992, Vol. I, p. 60.

de 1832 proibia de novo o ingresso de noviços em qualquer Ordem e suprimia diversos mosteiros e conventos⁶¹.

A supressão das Ordens religiosas masculinas e a nacionalização dos respetivos espólios, que ocorreu também noutros países, deveu-se em Portugal ao triunfo dos liberais, com o Rei D. Pedro IV, e ao Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, Joaquim António de Aguiar, que, por Decreto emitido no dia 28 de Maio de 1834, procedeu à extinção das Ordens religiosas masculinas em Portugal. Seguiu-se um longo tormento das Ordens religiosas femininas, que, proibidas de admitirem noviças, se extinguiram à data da morte da última religiosa.

1.2.1. A implantação das Casas agostinhas em Portugal⁶²

Tal como tínhamos referido anteriormente, a maioria das Casas dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho instalaram-se entre o Douro e o Minho, e alguns que se

⁶¹ “ (...) O decreto sobre os dízimos e outros rendimentos eclesiásticos de todos os lugares vagos (28 de Junho de 1821) tinham o mesmo objetivo financeiro, e criava um novo imposto, a décima, cobrada aos títulos de qualquer tipo de pensão ou sinecura, regular e secular com rendimentos anuais superiores a 600\$00 réis (considerável na época). Era uma forma indireta de atingir os estratos superiores e limitar o acesso ao clero sem funções pastorais, considerado ocioso. No mesmo sentido se orientava a proibição de entrada de noviços nas ordens religiosas, a suspensão dos votos monásticos, considerados também atentados à liberdade individual, e a contingência do número de mosteiros ou conventos de cada ordem religiosa. (...) Para isso abriu-se a possibilidade de acesso ao direito de propriedade (16 de dezembro de 1821) e previa-se um conjunto de medidas destinadas a permitir a sobrevivência dos frades, autorizando-os a desempenhar diferentes empregos do Estado (19 de agosto de 1822). Como nota Ana Mouta Faria, a secularização das ordens religiosas estavam no espírito de muitos. Embora não se desejasse concretizá-la de um só golpe, almejava-se obter a extinção do clero regular, (...). Com o regresso do absolutismo em 1823 e por cerca de uma década (joanino e miguelista) a legislação vintista foi suspensa. Os jesuítas foram readmitidos, mas sem restituição de bens e privilégios. A Inquisição contudo não foi resposta. O clero, juntamente com a grande nobreza titulada, foi um dos sólidos apoios do miguelismo. A maioria dos bispos apoiou D. Miguel em 1828, apenas dois anos não o fazem (Elvas, que se ausenta para Gibraltar e Funchal). Todos os outros mantêm até ao fim da guerra civil a sua posição, com exceção do patriarca de Lisboa que, prevendo a vitória liberal muda de atitude em julho de 1833. É neste contexto que se inserem as providências que abalam os alicerces da antiga base material do clero regular. A abolição dos dízimos suprimiu a fonte financeira fundamental do clero, seguindo-se-lhe a supressão dos bens da Coroa, transformados em bens nacionais, e em 1834 a extinção apenas das ordens religiosas regulares do sexo masculino e a sua expropriação. (...) Associados a essas leis estão também a proibição da profissão de frade e o fim dos noviciados que precederam a extinção das ordens. (...) Em 1848 serão suprimidas as colegiadas, e na década de 60 a desamortização atinge as ordens femininas, misericórdias, hospitais, irmandades, confrarias e outros estabelecimentos de assistência. ”Miriam Halpern Pereira (2012), “Estado liberal e Igreja Católica”, in *Do Estado Liberal ao Estado Providência: um século em Portugal*, São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado Coração, pp. 202-203.

⁶² Cf. Anexo 1 – Mapa 1 – Conventos e Mosteiros da Ordem de Santo Agostinho em território português; Anexo 1 – Tabela 1 – Lista dos Conventos e Mosteiros da Ordem de Santo Agostinho em território português, pp. i-ii.

construíram mais a Sul, como o mosteiro de Santa Cruz em Coimbra, que se tornou a Casa-Mãe da Congregação dos Cónegos Regrantes em Portugal.

O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (**Fig.3**) foi fundado por D. Telo, da Sé Catedral de Coimbra em 1132, num território doado pelo Rei D. Afonso Henriques, situado fora dos muros da cidade, num local denominado por “Banhos Reais” ou “Banhos da Rainha” e por umas hortas ao lado da Sé Catedral de Coimbra adquiridas por D. Telo⁶³. Quando assumiu o governo de Coimbra, D. Afonso Henriques tornou-se protetor de Santa Cruz, passando a buscar repouso e retiro espiritual no mosteiro, tal como os seus sucessores, que lhe conferiram inúmeras doações régias. Porém, quando o Rei faleceu em 1185, foi sepultado na igreja do mosteiro onde o túmulo e o do seu sucessor, D. Sancho I⁶⁴, persistem até aos dias de hoje⁶⁵. Em 1135 o Papa Inocêncio II colocou o mosteiro sob a alçada da Santa Sé, retirando-lhe a liberdade e a isenção que lhe faltava para poder progredir. Além disso, Santa Cruz de Coimbra foi visto como um dos mosteiros mais importantes e poderosos do reino, graças ao seu poder económico e à sua produção cultural⁶⁶.

⁶³ Fortunato de Almeida (1910), “Cónegos regrantes de Santo Agostinho”, in *História da Igreja em Portugal*, Coimbra: Imprensa Académica, Tomo I, p. 280.

⁶⁴ “ (...) *O seu corpo foi transportado até Coimbra, onde havia de ser sepultado ao lado do pai, no Mosteiro de Santa Cruz, em campa rasa, como o primeiro rei, num caixão de madeira e sem mais luxos, com uma boa cobertura a tapar a campa e, dentro de alguns anos, um letreiro a celebrar seus mais importantes feitos. (...)* ” – Maria João Violante Branco (2005), “Capítulo 2 – A morte do rei e rei morto: epílogo para um rei que já depois de morto ainda era tratado como se estivesse vivo – 2. Da confusão sobre o dia da morte às recomendações pontifícias ao rei morto”, in *D. Sancho I – O Filho do Fundador*, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Vol. II, p. 265.

⁶⁵ “ (...) *os túmulos de D. Afonso Henriques e D. Sancho I, que encerram também cofres com os restos mortais de D. Mafalda, mulher de D. Afonso Henriques e, no de D. Sancho os de sua mulher, D. Dulce, e de alguns de seus filhos.* ” – AA.VV, “COIMBRA/Mosteiro de Santa Cruz”, in *As Mais Belas Igrejas de Portugal*, Lisboa: Verbo/Rotas do Mundo, Vol. II, p. 252.

⁶⁶ Adriano Figueiredo (2006), “Igreja e Mosteiro de Santa Cruz”, in *Portugal Património – Aveiro, Coimbra, Leiria*, coord. por Duarte Álvaro de Almeida, Duarte Belo, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Vol. III, pp. 214-215.



Fig.3 Igreja do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.
Fonte: <http://www.jn.pt> (Abril de 2013)

Como produção documental desta Casa poderemos destacar a riquíssima documentação redigida em latim, sendo um dos mais importantes espólios documentais a vida de S. Teotónio. No entanto, a comunidade preocupou-se em reunir um bom espólio documental para formar uma biblioteca, onde se encontram não só livros que testemunham a tradição hispânica, mas também obras vindas de Além-Pirenéus⁶⁷. Numa primeira fase da construção do mosteiro, as obras terão sido dirigidas pelo Mestre Roberto, arquiteto de origem francesa que terá projetado as Sés de Lisboa e de Coimbra. Atualmente, o templo apresenta uma construção manuelina, iniciada no século XVI, em cujas obras participaram os melhores e mais ilustres artistas da época: Diogo de Boitaca, Diogo de Castilho, Filipe Hodart, Jacques Longuin, João de Ruão, Marco Pires, Nicolau Chanterene, entre outros. No entanto, o monumento foi reformado pelo Rei D. Manuel I, que mandou substituir o antigo cenóbio por um novo mosteiro e a criação de novas sepulturas para os fundadores do Reino. Numa última fase do reinado de D. João III, já em período renascentista, o mosteiro sofreu novas construções de beneficiação com a construção de dois colégios ladeando o mosteiro para os estudos universitários, obras que se prolongaram até ao século XVIII, coincidindo com o período Barroco⁶⁸.

A fraternidade dos frades “Crúzios” (cónegos de Santa Cruz) foi adotada por mais de vinte mosteiros e conventos sobretudo em zonas rurais, por filiação ou adesão, conservando a sua autonomia. Com estas comunidades de “Crúzios”, e após a reforma

⁶⁷ José Mattoso (2001), “Coimbra, novo centro do Condado Portucalense (1131)”, in *Memória de Portugal – O milénio português*, coord. por Roberto Carneiro, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, p. 72.

⁶⁸ Adriano Figueiredo, *op. cit.*, p. 215.

do Frei Brás de Barros⁶⁹, o Papa Paulo IV, formou em 1556, a Congregação de Santa Cruz de Coimbra⁷⁰, sendo aprovada onze anos mais tarde pelo Papa Pio IV.

Esta Congregação dos Cónegos Regrantos Portugueses era constituída por muitas Casas monástico-conventuais de que destacaremos apenas as mais significativas para a Ordem.

O mosteiro de S. Salvador de Moreira, na Maia (Porto) era um cenóbio masculino que terá sido fundado antes do ano de 1027. Foi sujeito à jurisdição do Bispo do Porto até ser unido, a 22 de Julho de 1562 à Congregação de Santa Cruz de Coimbra.

O mosteiro de Sta. Maria de Refóios de Lima (Ponte de Lima, Viana do Castelo) de raiz beneditina foi fundado em 1094 por Afonso Ansemondes, um rico senhor feudal. Ao longo dos séculos seguintes, a comunidade monástica que se instalou na Casa monástica obteve grandes privilégios, incluindo o de ser colocado fora da jurisdição episcopal portuguesa, fazendo-se imediato à Santa Sé, por decisão do Papa Adriano IV, confirmada pelo Papa Alexandre III. Só a 12 de Agosto de 1567 é que a Congregação de Santa Cruz tomou posse do mosteiro, embora a Bula Papal tenha sido só emitida em 1571. Atualmente, as antigas instalações do mosteiro são utilizadas pela Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viana do Castelo e classificadas como Imóvel de Interesse Público.

Um dos últimos mosteiros masculinos a ser unido à Congregação dos “Crúzios” foi o mosteiro de S. Salvador ou de Sta. Maria Virgem de Paderne (Viana do Castelo). Foi construído em 1033, sob proteção de D. Paterna, viúva do Conde Hermenegildo de Tui. Inicialmente, tratava-se de um mosteiro dúplice, ou seja recolhia homens e

⁶⁹ “Fr. Brás de Barros ou de Braga, autor destas Constituições, é um membro da Ordem de S. Jerónimo formado lá fora, em Paris e nos Países Baixos, que pôde, por conseguinte, respirar a fundo os ventos do humanismo europeu. Regressado a Portugal em 1525 é nomeado por alvará de 8 de Outubro de 1527 reformador do mosteiro de santa Cruz de Coimbra, de cónegos regrantos. Impunha-se realmente essa reforma, bem como a de outros mosteiros e dela foi incumbido Fr. Brás por mandado de Fr. António de Lisboa, seu Provincial, a pedido de D. João III.” – Cândido Augusto Dias dos Santos, *Estudantes e Constituições dos Colégios de Santa Cruz de Coimbra (1534-1540)*, Porto: Faculdade de Letras, 1974, p. 89.

⁷⁰ “ (...) Congregação formalmente instituída pelo papa Paulo IV em 1556, na linha da reforma dos cónegos regrantos portugueses iniciada por Frei Brás de Barros em 1527, que para os mesmos elaborara constituições próprias em 1539. Nesta Congregação se reuniram paulatinamente todas as canónicas portuguesas.(...) ” – João Luís Inglês Fontes; Joaquim Bastos Serra; Maria Filomena Andrade (2010), “Congregação de Santa Cruz de Coimbra”, in *Inventário dos Fundos Monástico-Conventuais da Biblioteca Pública de Évora*, Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS/UE, p. 289.

mulheres. Contudo, a adesão aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho deve ser anterior a 1225, porque é nesse ano que o Prior D. Tomé fez um contrato com o mosteiro de Fiães, deixando de ser dúplice, passando só a ingressar Cónegos Regrantes. Em 1594, por ordem do Rei D. Sebastião e pela Bula do Papa Clemente VIII foi unido ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

A Casa feminina de Sta. Maria de Chelas (Marvila, Lisboa) da Congregação de Santa Cruz, situava-se nos arredores de Lisboa, e esteve sujeito ao Bispo, D. Gilberto de Hastings e ao Cardeal Patriarca de Lisboa. Em 1154, com a aprovação régia de D. Afonso Henriques e de São Teotónio, Prior de Santa Cruz de Coimbra, D. João Peculiar, arcebispo de Braga, escolheu entre as residentes do mosteiro das Donas de S. João as primeiras quatro cónegas para habitarem no novo convento. A primeira Priora do convento foi D. Justa Rebaldes, irmã de D. João Peculiar. A partir da segunda metade do século XIV, passou a ser dirigido pelo Bispo de Lisboa, adotando a *Regra de Santo Agostinho*.

Com a expansão ultramarina, iniciada pelos portugueses em 1415, também houve a necessidade de expandir a fé para os novos territórios. A Ordem de Santo Agostinho destacou-se na Ásia com a construção de um elevado número de Casas monástico-conventuais. A primeira a ser construída foi o convento de Nossa Senhora da Graça, em 1599 na Velha Goa (Índia). Atualmente, o convento e a própria igreja encontram-se em ruínas, e constituem um conjunto arqueológico de grande dimensão e valor patrimonial classificado como Património da Humanidade em 1986.

Nove anos mais tarde, em 1424, na mesma cidade, construiu-se o convento de Santo Agostinho. Ainda na Índia, mas desta vez em Baçaim, construiu-se em 1630, o convento de Nossa Senhora do Bom Sucesso. O convento de Santa Mónica de Goa, datado de 1642, assumiu uma posição particular no contexto da arquitetura religiosa de Goa por ter sido o único convento feminino do território. O edifício, de grandes dimensões, localiza-se na encosta Norte do Monte Santo, no lado Ocidental da Velha Goa, perto do antigo convento de Nossa Senhora da Graça, e sobranceiro ao Rio Mandovi e à estrada que liga Pangim à velha cidade de Goa.

Em Macau, a fundação do convento de Santo Agostinho foi da responsabilidade de Padres Castelhana que pertenciam à Província Filipina. Esta Casa religiosa passou para a administração da Província Portuguesa logo em 1589, dado que o monarca

ibérico sempre desejou manter separados as jurisdições das suas coroas. E por fim, em Damão (Índia), em 1747, deu-se o início à construção do convento de Nossa Senhora da Graça.

1.2.2. Conventos agostinhos no Sul de Portugal

No decurso deste ponto, desenvolveremos particularmente a implantação dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho no Sul de Portugal, dado ser este o ramo a que pertenceu o convento em estudo, o convento feminino de Santa Mónica de Évora. Assim, iremos dar principal destaque ao convento de Nossa Senhora da Graça de Évora, ao mosteiro de Santa Cruz e Luz de Vila Viçosa, ao convento de Nossa Senhora da Luz de Arronches e por fim ao convento de Nossa Senhora da Graça de Loulé.

O convento de Nossa Senhora da Graça de Évora era masculino foi mandado construir pelo Rei D. João III em 1512 junto a uma pequena igreja já existente, dedicada a Nossa Senhora da Graça (**Fig.4**). Após dezoito anos, terá sido entregue aos Agostinhos Calçados por disposição de D. Afonso de Portugal, Bispo de Évora⁷¹. Nos primeiros anos da década de 1530, por ordem dos Condes do Vimioso, D. Francisco de Portugal e D. Joana de Vilhena, terão sido iniciadas as obras de ampliação do templo pelas mãos dos irmãos Miguel e Francisco de Arruda, arquitetos da Casa Real Portuguesa. Estes titulares tiveram jazida na capela-mor da Igreja do convento, em mausoléus lavrados pelo escultor francês Chanterene.



Fig. 4 Igreja e o convento de Nossa Senhora da Graça de Évora.

Fonte: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5852 (Abril de 2013)

⁷¹ Idem, p. 238.

Em 1663, durante as guerras da Restauração, o edifício sofreu bastante com os bombardeamentos da artilharia. Para além disso, a comunidade teve que alojar alguns membros do Exército Castelhana, que acabaram por furtar o espólio do próprio convento. Em 1834, com a extinção das Ordens religiosas masculinas, instalou-se na igreja do convento a Escola Primária Oficial, abandonada pouco antes de 1884 ano em que se perdeu a cobertura por desabamento. Recentemente, o edifício foi ocupado pela Brigada de Infantaria e nos seus anexos instalaram-se, sucessivamente, a Cooperativa dos Oficiais do Exército, o Posto de Rádio e a Farmácia Militar⁷².

Em 1525 foi fundado o mosteiro feminino de Santa Cruz e Luz de Vila Viçosa (**Fig.5**) pela Madre Sórora Margarida de Jesus, tal como refere o Padre Manuel Fialho na *Évora Illustrada*: “virem lho fundadoras de fora, ou insctructoras, nem havia de donde pudessem vir, (...), elas mesmas se souberam adiantar tanto na virtude, e religiam que foram dellas escolhidas muito singular muito per irem a fundar e instroir a outras, como foi a Veneravel Madre Margarida de Jehsu...⁷³”. O mosteiro foi construído em instalações doadas pelo Padre Mendo Rodrigues de Vasconcelos, Capelão do Duque D. Jaime de Bragança. As primeiras religiosas, provenientes do convento de Santa Mónica de Évora, ficaram temporariamente instaladas no convento das Chagas, até à sua transferência em 1530 para as novas instalações. Ao longo dos séculos, o mosteiro sofreu várias modificações e aditamentos, e a sua extinção ocorreu após a morte da última monja em 1883. Desde 1966 até à atualidade, a igreja do antigo mosteiro tem servido de estabelecimento para o Museu de Arte Sacra D. Manuel Mendes da Conceição Santos⁷⁴:

⁷² Túlio Espanca (1966), “Convento de N.ª S.ª da Graça (Monumento Nacional)”, in *Inventário Artístico de Portugal – Concelho de Évora*, Lisboa: Academia de Belas-Artes, Vol. I, p. 164.

⁷³ Biblioteca Pública de Évora, Códice CXXX/1-11 - Padre Manuel Fialho, *Évora Illustrada, com noticias antigas e modernas sagradas e profanas. Manuscrito, contem e dá as noticias de todos Conventos de Relegiozas e Religiozos, Recolhimntos Collegios e Communidades de Molheres, Meninas e Meninos. Ajuntase a Sancta Caza da Caza da Mizericordia, e os Hospitaes, Freguesias e Hermidas, que há na Cidade e seu Termo*, Tomo IV, fls. 42 v. 43.

⁷⁴ Adriano Figueiredo (2006), “Igreja e Convento de Santa Cruz / Museu de Arte Sacra”, in *Portugal Património – Portalegre, Évora*, coord. por Álvaro Duarte de Almeida, Duarte Belo, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Vol. VIII, p. 205.



Fig.5 Fachada principal do mosteiro de Santa Cruz e Luz de Vila Viçosa.
Fonte: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4383 (Abril de 2013)

Mais a Sul, mas desta vez em território algarvio, o convento de Nossa Senhora da Graça de Tavira (**Fig.6**) foi mandado construir em 1542 pelo Frei Pedro de Vila Viçosa, embora a construção do convento só se tenha iniciado em 1569, no local da antiga judiaria da cidade. As obras foram iniciadas tardiamente, provavelmente pela dificuldade em reunir meios para a sua construção. A sinagoga foi transformada em convento, como muitas outras espalhadas pelo reino, que terão sido convertidas em edifícios de outras funcionalidades. Cinco anos após a sua extinção (1834), o Ministério da Guerra adquiriu o edifício para aí instalar o quartel do Batalhão de Caçadores nº 5, e anos mais tarde, foi transformado numa Pousada.



Fig.6 A Pousada instalada na antiga instalação do convento de Nossa Senhora da Graça de Tavira.
Fonte: <http://www.cm-tavira.pt/site/content/igrejas> (Abril de 2013)

Por último, e ainda em território algarvio, surgiu o convento de Nossa Senhora da Graça de Loulé (**Fig.7**) construído em 1328, é o mais antigo convento da cidade:



Fig. 7 Ruínas do convento de Nossa Senhora da Graça de Loulé.
Fonte: <http://www.activityalgarve.com/flights.htm> (Abril de 2013)

Primeiramente, o convento pertenceu à Ordem de S. Francisco e em 1580, ano em que Portugal estava sob o domínio Filipino, os frades franciscanos saem do convento e o edifício é entregue aos Eremitas Calçados da Ordem de Santo Agostinho⁷⁵. O avançado estado de degradação em que hoje se encontra deveu-se sobretudo a dois acontecimentos: ao terramoto de 1755 e à extinção das Ordens religiosas. No entanto, o convento de Nossa Senhora da Graça passou por vários titulares, sofreu a construção de pequenas habitações particulares utilizando como base as capelas laterais e deixando algumas lajes antigas que serviram de campas mortuárias como outros testemunhos decorativos do convento. Estas pequenas habitações transformaram o convento numa rua e a capela-mor foi demolida para urbanizar a área.

Todas estas Casas religiosas dos Eremitas Calçados da Ordem de Santo Agostinho dependiam do convento masculino de Nossa Senhora da Graça de Lisboa. Em 1291, os Eremitas de Santo Agostinho fixaram-se no convento, que na época, se designava de Santo Agostinho, tomando em 1305 o nome de Nossa Senhora da Graça.

⁷⁵ Adriano Figueiredo (2006), “Igreja e Convento da Graça (primeiro de franciscanos, depois de agostinhos)”, in *Portugal Património – Beja, Faro*, coord. de Álvaro Duarte de Almeida, Duarte Belo, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Vol. IX, p. 315.

Em 1556 o convento encontrava-se arruinado, iniciando-se a reconstrução com o arquiteto Custódio Vieira. Destas obras pouco ficou de pé após o grande terramoto de 1755, e em 1777 nova reedificação se iniciou, agora sob o projeto do arquiteto Caetano Tomás de Sousa. Contudo, as obras cessaram por escassez de recursos, sendo mais tarde retomadas com o apoio de D. José e D. Maria I. Com a extinção das Ordens religiosas em 1834, a igreja passou a paroquial e o convento foi adaptado a Quartel Militar.

Capítulo II – O Convento de Santa Mónica de Évora: história do espaço conventual

1. A fundação do Convento de Santa Mónica de Évora

O Padre Mestre Frei Francisco de S. Mário, lente de Prima e Regente dos Estudos do convento de Nossa Senhora da Graça de Évora, viu no cartório deste convento, também da Ordem de Santo Agostinho, um testamento de Sanches Anes assinado a 20 de Maio de 1371. Neste testamento dizia que Sanches Anes⁷⁶ deixou um legado de 20 *soldos* às Beatas que viviam em S. Mamede. No entanto, no cartório do convento de Santa Mónica existiu uma escritura de doação na qual Margarida Martins deixou à sua filha D. Constança Xira, umas casas junto ao átrio da igreja de S. Mamede, com a condição de viver nelas toda a sua vida, juntamente com D. Maria Fernandes⁷⁷.

Muitos autores⁷⁸ apontam o ano de 1380⁷⁹ (reinado de D. Fernando) para a fundação do recolhimento – Casa das Beatas de D. Beatriz de Melo⁸⁰ –, próximo da igreja paroquial de S. Mamede, que acolheu as duas fundadoras, D. Constança Xira (ou Xiraz)

⁷⁶ Provavelmente residia no Convento de Santa Maria de Chelas, em Lisboa.

⁷⁷ “ (...) *Nam eram ellas pobres por falta de patrimonio, fizeram-se per affecto e em effeito: consta, que repartiram liberalmente com os pobres de que lhe ficou de seos nobres e ricos pays, reservando só, o que julgáram preciso, per se sustentarem honestamente. Resolveramse a confesar a Deos sua pureza virginal e viver solitarias em sua casa, sem della sairem mais que a ouvir missa, e a gozar e aproveitarse dos sacramentos o que faziam com frequencia, na freguesia de Sam Mamede a que moravaõ as vezinhas davam se muitas á oraçaõ, e exercitavamse em silencio (...).*” – Padre Manuel Fialho, *Évora Illustrada, com notícias antigas e modernas sagradas e profanas. Manuscrito, Contem e dá as notitias de todos Conventos de Relegiozas e Relegiozos, Recolhiemntos Collegios e Communidades de Molheres. Meninas e Meninos. Ajuntase a Sancta Caza da Mizericordia, e os Hospitaes, Freguezias e Hermidas, que ha na Cidade e seu Termo*, Tomo IV, ou – 01 (2) MF04_código CXXX/1-11, fl. 40.

⁷⁸ Antónia Fialho Conde, “Convento de Santa Mónica – De Cerca a Edifício de Santo Agostinho”, in *REVUE*, Évora: Universidade de Évora, Ano IV, nº 7, p. 58; Elsa Caeiro, *Os Conventos do Termo de Évora*, Dissertação de Doutoramento em Arquitetura apresentada à Universidade de Sevilha: Escola Técnica Superior de Arquitetura: Sevilha, p. 151; José Manuel Queimado, “O Convento de Santa Mónica”, in *Evora suas Ruas e seus Conventos - Uma achega para a História de Évora*, Évora: Edição de Autor, p. 139; Túlio Espanca (1966), “Convento de Santa Mónica (Escola do Magistério Primário)”, in *Inventário Artístico de Portugal – Concelho de Évora*, Lisboa: Academia de Belas Artes, Vol. I, p. 270.

⁷⁹ “*Pellos annos de 1386 principiou a fundação do Mosteiro de Santa Monica da Cidade de Evora, naõ como de Religiosas profeças, mas sim como de Beatas virtuosas, e recolhidas, sendo suas fundadoras D. Constança Xira, e D. Maria Fernandes, a estas se agregaraõ muitas de iguais virtudes, e qualidades, cem recolhimento e clausura prezistiraõ de baixo da regra de Santo Agostinho sujeitandose ao Provincial da mesma ordem (...).*” Biblioteca Pública de Évora, Código CXXXII/nº13, *Convento de Santa Mónica – Séculos XVII-XVIII*.

⁸⁰ Elsa Caeiro (2005), *Os Conventos do Termo de Évora*, Dissertação do Doutoramento em Arquitetura apresentada à Universidade Sevilha: Escola Técnica Superior de Arquitetura, Vol. I, p. 151.

e D. Maria Fernandes, também conhecidas como *Beatas Pobres*⁸¹ ou *Emparadadas*⁸². O recolhimento manteve-se com este título até ao ano de 1421, e persistiu subordinado à *Regra de Santo Agostinho*, sujeitando-se ao Provincial da mesma Ordem, o Padre Frei João de Famon, tendo já como recolhidas vinte donzelas eborenses. A instituição continuou com o carácter de recolhimento, e portanto não houve propriamente uma clausura oficialmente religiosa, não tiveram votos, nem profissão de fé nem igreja para as *Beatas* rezarem, nem para sepultarem D. Constança Xira⁸³, que faleceu nessa época e que o corpo teve que ser sepultado junto à pia batismal da Sé Catedral de Évora⁸⁴.

Sem igreja no convento, as *Beatas Pobres* podiam sair para ouvir missa e confessar-se na igreja vizinha dedicada a S. Mamede⁸⁵. O Padre Manuel Fialho na *Évora Ilustrada* relata o seguinte: “ (...) *Saíram a ouvir Missa em S. Mamede, com parte dellas ia per a Madre Constança, e depois que estas se recolhiam, iam as mais com Madre Maria: era por em todas tal a composição e modesta, com que iam estavaõ na Igreja assistiam aos officios divinos e voltavam per sua casa, que já lhe não sabiam outro nome, que o de freyras, e beatas pobres: (...)* ”⁸⁶. Para além da igreja de S. Mamede, as religiosas

⁸¹ “ (...) *prevaleceu o título de pobres, que naquelles tempos era comum a todas as que se recolhiam a Deos (...)*.” Biblioteca Pública de Évora, Códice CXXX/1-11 - Padre Manuel Fialho, *Évora Ilustrada, com noticias antigas e modernas sagradas e profanas. Manuscrito, Contem e dá as notitias de todos Conventos de Religiozas e Religiozos, Recolhiemntos Collegios e Comunidades de Molheres, Meninas e Meninos. Ajuntase a Sancta Caza da Mizericordia, e os Hospitaes, Freguesias e Hermidas, que há na Cidade e seu Termo*, Tomo IV, fl. 40.

⁸² Carlos Alberto Moreira Azevedo (2011), “Convento de Santa Mónica”, in *Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal (1256-1834) – Edição de Memórias de Fr. Domingos Vieira, OESA*, Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa/ Universidade Católica Portuguesa, Vol. VIII, p. 190.

⁸³ Na Europa, os sepultamentos dentro das igrejas eram comuns até o momento da peste negra, quando as igrejas não suportavam mais corpos, além do risco de contaminação, quando os enterros foram instituídos. As pessoas hierarquicamente mais importantes eram sepultadas no altar da igreja.

⁸⁴ “*A ven. Constança Xira, principal fundadora, e que morreo antes de se acabar a Igreja do Convento foi sepultada na Sé, -“ à pia de Bautizar, ãos dous esteyos e as pedras de cima tem cruces.” A Vem. Maria Fernandes jaz na Igreja do Convento debaixo do Altar-Mor, para onde se trasladaraõ os ossos da Companheira.*” Carlos Alberto Moreira Azevedo (2011), *op. cit.*, p. 191.

⁸⁵ “ (...) *Igreja paroquial com existência assinalada em 1302, segundo documento do Arquivo Capitular da Catedral, sofreu completa transformação arquitectónica nos meados do século XVI, que refundiu a nave e capelas laterais, complemento do coro e pórtico. O altar-mor é de 2.º quartel de setecentos. Foram grandes benfeitores da freguesia os esposos fidalgos D. Catarina Borges de Macedo e Gaspar e Sequeira, fundadores da Capela da Piedade em 1546; D. Brites Valadares, que instituiu uma capelania em 156 confirmar se está assim, com licença do arcebispo D. João de Melo, e os membros dirigentes da Confraria do S. Sacramento, que nela existia desde c.ª de 1564, muito a melhoraram e enriqueceram de esmolas e obras pias.(...)* ” – Túlio Espanca (1966), “Igreja de S. Mamede”, in *Inventário Artístico de Portugal – Concelho de Évora*, Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, Tomo VII, Vol. I, p. 241.

⁸⁶ Padre Francisco da Fonseca (1728), “Evora Gloriosa parte quarta. Évora Religiosa. Conventos de Evora suas fundações e progressos: Varões ilustres que nelles florecerão. Mosteyro de S. Monica”, in *Evora Gloriosa – Epilogo dos quatro Tomos de Evora Ilustrada que compoz R.P.M Manoel Fialho da Companhia de JESU*, Roma: Officina Komaekiana, fl. 42.

também se deslocavam à igreja vizinha do convento de Nossa Senhora do Paraíso e à igreja do convento de Nossa Senhora da Graça⁸⁷.

Finalmente foi construída uma pequena igreja no convento, e em 1421 estabeleceu-se então a clausura perpétua. Foi nesta altura que D. Maria Fernandes faleceu e foi sepultada na igreja do convento, sendo os restos mortais de D. Constança Xira transferidos para junto da sua companheira. Assim, surgiu o primeiro convento feminino da *Regra de Santo Agostinho* em Portugal, dedicado a Santa Mónica, mãe do fundador da Ordem⁸⁸.

Em 1540, um incidente⁸⁹ provocado pelo provincial Frei André Torneiro, deu origem a que a comunidade passasse para a direta administração do Cardeal D. Henrique, Arcebispo de Évora que lhe introduziu, pouco tempo depois, os ditames derivados do Concílio de Trento. No ano de 1585⁹⁰, as freiras do convento pediram novamente, o governo dos frades. Desta vez, o Arcebispo D. Teotónio de Bragança foi mais severo, castigando algumas delas e expulsando outras do convento, impondo como Priora a Madre Ana de Santa Maria, uma freira dominicana do convento vizinho de Nossa Senhora do Paraíso⁹¹.

A partir de 1671 o convento das agostinhas passou a ser conhecido também como convento do Menino Jesus, tal como o Padre Manuel Fialho descreve num excerto da sua obra *Évora Ilustrada*: “*Pelo estupendo milagre que o Menino Jesus, que*

⁸⁷ José Manuel Queimado (1975), “O Convento de Santa Mónica”, in *Évora Suas e Seus Conventos – Uma Achega para a História de Évora*, Évora: Edição de Autor, p. 140.

⁸⁸ Gabriel Pereira (18/02/1881), “O Convento de Santa Mónica”, in *Manuelinho de Évora*.

⁸⁹ “No ano de 1540, visitando-o o Santo varão Frei André, Provincial, êste convento, como ordenasse cousas necessárias para a observância, obedecendo as mais, uma não podendo dobrar o Provincial para o isentar, tomou tanta raiva contra êle que lhe levantou um horrendo falso testemunho. Ela o fêz em forma, que El-Rei D. João terceiro, que tinha sua côrte em Évora, estando já o Provincial em Lisboa, o mandou prender no cárcere do Limoeiro, enquanto o caso se apurava, Vendo-se nesta infâmia, depois de seis meses, tomou por advogados seus a muitos Santos, que padeceram falsos testemunhos. Começou a novena em dia de Cinza de 1541. No fim dela a Freira em Évora obrigada de sua consciênciã, se desdisse públicamente. Logo El-Rei mandou soltar o santo, achando ter procedido em o negócio com aceleração prudente. Sabendo tudo o Geral da Ordem, mandou desistir do governo do convento, que por esta ocasião passou a ser governado pelos Arcebispos.”- Padre António Franco (1945), “Capítulo II – Convento de Santa Mónica, chamado do Menino Jesus, de Freiras de Santo Agostinho, fundado no ano de 1421”, in *Évora Ilustrada – Extraída da obra do mesmo nome do Padre Manuel Fialho*, Évora: Edições Nazareth., pp. 314-315.

⁹⁰ “Introduzida no Convento a Observância Regular creceraõ tanto nas virtudes as nossas Beatas, que em 1527, a Madre Margarida de JESU com outras Companheyras fundou o convento de Vila Viçosa; e em 1586 As Madres Isabel de Noronha, Jeronyma de Menezes, e Margarida da Sylva, o de S. Monica de Lisboa (...).” – Padre Francisco da Fonseca (1728), “Evora Gloriosa parte quarta. Evora Religiosa. Convento de Evora suas fundações e progressos: Varões ilustres, que nelles florecerão. Mosteiro de S. Monica”, in *Evora Gloriosa – Epilogo dos quatro Tomos de Evora Illustrada, que compoz o R.P.M. Manoel Fialho da Companhia de JESU*, Roma: Officina Komarekiana, p. 385.

⁹¹ Gabriel Pereira, “Convento de Santa Mónica”, in *Manuelinho de Évora*.

deixou ao Convento a abadessa Catarina de Sousa⁹², obrou em 1671 em sua sobrinha Maria Cerveira de muitos anos parálitica, e muitos outros semelhantes, perdeu o convento o nome de Santa Mónica e adquiriu o de Menino Jesus. (...) ⁹³.” Contudo, a imagem Menino Jesus também foi objeto de devoção por parte do Rei D. Sebastião. Enquanto preparava a sua deslocação a Alcácer Quibir, D. Sebastião deslocou-se a Évora, dirigindo-se ao convento para ser benzido pela imagem miraculosa do Menino Jesus⁹⁴.

Em 1583, D. Filipe I ordenou que se fizesse cumprir uma das determinações que D. Catarina de Habsburgo, avó do Rei D. Sebastião, deixou num dos seus testamentos: ordenou que dos seus rendimentos fossem sustentadas vinte freiras, dispersas por vários conventos e mosteiros espalhados pelo país e a cada uma destas instituições que as recebessem era doado o valor de trinta mil réis por ano. Algumas condições eram exigidas: as religiosas deviam ser filhas de matrimónio legítimo, filhas de cristãos-velhos sem sangue judeu ou mouro, terem entre os 12 e os 40 anos, serem de boa vida e fama, discretas, sendo privilegiadas as mais pobres; levariam enxoval (2 camas de roupa, uma para o dormitório e outra para a enfermaria), 10.000 réis de jantar e 5.000 de cera, além do vestido. Se depois de professa lhe coubessem bens por herança ou doação, deviam reverter para o convento. O cenóbio que as recebesse deveria colocar uma pedra na parede do claustro com a indicação da instituição, para memória futura, sendo os monarcas protetores e padroeiros dos conventos e mosteiros: “ (...) *Dom Phelippe per graça de deus Rey de Portugal e dos Algarves da quem e dalem mar em Africa Senhor de Guiné, e da conquista, navegação, e comercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da Judia etc faça saber aos que esta minha Carta virem, que por parte dos tistamenteiros da Rainha donna Catherina minha Senhora que Sancta Gloria aja me foi apresentada hua carta do Senhor Rey Dom Henrique meu tio que deus tem, per elle assinada, e passada por sua chancellaria de Confirmação e aprovação do compromisso que a dita Senhora Rainha deixou ordenado em seu testamento sobre as vinte freiras que ordenou que ouvesse em alguns Mosteiros destes Regnos, e dote dellas, da qual carta o traslado he o*

⁹² “Catarina de Sousa, que depois se chamou Jesus, que foi Abadessa perpétua (assim as nomeavam então), tinha em seu oratório uma imagem do Menino Jesus, a quem tinha especial devoção, e de quem recebeu muitos mimos do Céu.” – Padre António Franco (1945), “Capítulo II – Convento de Santa Mónica, chamado do Menino Jesus, de Freiras de Santo Agostinho, fundado no ano de 1421”, in *Évora Ilustrada – Extraída da obra do mesmo nome do Padre Manuel Fialho*, Évora: Edições Nazareth, p. 317.

⁹³ Padre Francisco da Fonseca, (1728), *Evora Gloriosa – Epilogo dos quatro Tomos da Evora Ilustrada, que compoz o R.P.M Manoel Fialho da Companhia de JESU*, Roma: Officina Komarekiana, p. 386.

⁹⁴ Antónia Fialho Conde (2007), “Convento de Santa Mónica – De Cerca a Edifício de Santo Agostinho”, in *REVUE*, Évora: Universidade de Évora, Ano IV, n.º 7, p. 59.

seguinte. E Dom Henrique per graça de deus Rey de Portugal e dos Algarves da quem e dalem Mar em Africa senhor de Guiné, e da conquista navegação e comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da India Etc. faço saber aos esta minha carta de confirmação e a provação de compromisso. Virem que a Senhora Rainha Dona Catherina minha Jrmã que Sancta Gloria aja deixou ordenado em seu testamento que de seiscentos mil reis de Juro perpetuo que separa, e dismembrara do Juro de seu dote fossem dotodas, e sustentadas para sempre vinte freiras, dandosse para sustentação de cada huã a razão de trinta mil reis em cada hum anno aos mosteiros onde fossem recebidas E para execução do que assy tinha ordenado mandou fazer hum regimento estatutos pellas pessoas que deixou por seus testamenteiros, e em seu testamento lhes deu tambem poder para a fazerem e elles o fizerão, e ordenarão na maneira seguinte: Capittulo Primeiro de Juro que hade aver cada hum dos mosteiros em que as freiras foram recebidas. Primeiramente os moesteiros em que as vinte freiras desta instituição forem recebidas averão do juro para ellas aplicado o que cada hum pertencer conforme ao numero de freiras que nelle receberem, a razão de trinta mil reis em cada em cada hum ano por cada huma das ditas freiras, com as condições neste compromisso, e no Contratto que com os ditos moesteiros se fizer, declaradas. E arrecadação da ditto contia de Juro pertencera aos ditos moesteiros, e as preladas e officiaes delles que hora são, ou pello tempo forem, a quem pertence arrecadação da fazenda dos ditos moesteiros. E para effecto do sobredito terá cada hum dos ditos moesteiros o Padrão da contia da que lhe pertencer do dito juro com esta carta de compromisso no seu cartorio. O qual juro he perpetuo, sem pacto de retro, e assentado na Renda da sisa da casa das Carnes de Lisboa.”⁹⁵.

A partir deste testamento, deu-se a entrada de D. Margarida de Mendonça no convento de Santa Mónica⁹⁶, umas das vinte raparigas nomeadas pela Rainha D. Catarina: “ (...) dito Compromisso se declara, e dos rendimentos dos ditos trinta mil reis de juro poderão as ditas Senhoras Prioressa, e mais Relligiozas dispor, como das mais remdas do dito Moesteyro, comprindo inteiramente a obriguação da sustentação da dita Dona Marguarida, e das que apoz ella vierem juntamente, como as Religiozas em modo que sejam bem providas, e socorridas com suas necessidades, e enfermidades

⁹⁵ Biblioteca Pública de Évora, Fundo Manizola, *Cartas Régias*, códice CCCXVII, nº 24, fl. 1.

⁹⁶ Dois anos antes (1581), tinha dado a entrada no convento de Santa Mónica, Públia Hortênsia de Castro, umas das mais notáveis e célebres figuras do Humanismo português. Faleceu em 1595, neste convento, com 47 anos de idade. Está sepultada no convento da Graça de Évora, também agostinho.

com amor, e caridade dando a cada huma dellas em cada hum anno os vinte cruzados atras declarados, pera seu vestido, e calçado, guardandose nisto a ordem, e modo, que conforme a sua Relligião costumão guardar como as mais Relligiozas, (...) ⁹⁷”.

Entre 1790 e 1792 houve novamente uma agitação interna, que na história monástica ficou conhecida como *As Caudas das Freiras*. Provocada pelas cerimónias eleitorais das Prioras D. Paula Casimira Evangelho e D. Mariana Eugénia do Sacramento, em desacordo com a preferência do Prelado D. Frei Joaquim Xavier Botelho de Lima, que, coagido pela Câmara Eclesiástica, escolheu a sua favorita, D. Catarina Xavier. Tal foi o escândalo, que o Ministro do Rei D. João VI, José Seabra da Silva, enviou um despacho do Palácio de Queluz ao Arcebispo de Évora, D. Joaquim Xavier Botelho de Lima, ordenando que a comunidade de agostinhas seguisse as regras da nova Priora, D. Catarina Xavier⁹⁸.

Durante as invasões francesas em Portugal (1807-1811), o noviciado e o dormitório do convento, foram requisitados pelo General Loison, apelidado de “Maneta”⁹⁹, para alojar o seu exército, pelo que a portaria se encontrava sempre vigiada, não se registando quaisquer saques ao convento¹⁰⁰.

⁹⁷ Cf. Anexo 4, Documento 2 – Carta Régia, p. xiii.

⁹⁸ “ (...) No dia seguinte, 16 de Agosto de 1792, no paço de Queluz, José de Seabra da Silva, apresentava ao príncipe regente uma carta de aviso ao arcebispo de Évora em termos enérgicos. Dizia-lhe até que: se informara bem de tudo, averiguando que Sua excelência fôra iludido, que era notória a vida regular das Mónicas; e que se deixasse de impertinências acidentais de caudas, etc...que só serviam para perturbar e vexar a vida religiosa. Ao mesmo tempo mandara escrever às freiras intimando-as a que se deixassem de surriadas, de repiques, e de ouvir conselhos de doutores imprudentes. (...) ” – Gabriel Pereira (1934), “As Caudas das Freiras”, in *Estudos Diversos – Arqueologia, História, Arte, Etnografia*, Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 309.

⁹⁹ “A expressão “Ir para o Maneta” ficou no vocabulário português. Significa que qualquer coisa está destinada à destruição, por referência ao General francês que perdurou na memória colectiva como símbolo de extrema violência. Durante o assalto a Évora, as perdas conjunturas de portugueses e espanhóis elevam-se a 8000 mortos e feridos bem como 4000 prisioneiros, contra 200 feridos do lado francês.” – Tereza Caillaux de Almeida (2010), “Capítulo I – Os Factos Históricos – 1.2.1 El Rei Junot”, in *Memória das ‘Invasões Francesas’ em Portugal (1807-1811) – Uma perspectiva inovadora no bicentenário da Guerra Peninsular*, Lisboa: Ésquilo, p. 22, ou Vasco Pulido Valente (2007) *Ir prò Maneta – A Revolta contra os Franceses* (1808), Lisboa: Aletheia Editores.

¹⁰⁰ Túlio Espanca (1974), “Destroçar do Mosteiro de Santa Mónica”, in *Cadernos de História de Arte Eborense – Destroçar do Mosteiro de Santa Mónica de Évora de Évora, a Comenda de Vera Cruz de Marmelar, Real Convento de S. Francisco de Estremoz, Figuras Gradadas, Casario Antigo do Arruamento de Vila Viçosa*, Évora: Livraria Nazareth, Vol. XXIX, pp. 3-4.

1.1. Mecenas e Patronos

Além das fundadoras, e do apoio de D. Catarina de Habsburgo, o convento de Santa Mónica de Évora recebeu a proteção da Rainha D. Catarina de Bragança (**Fig.8**), quando esta doou dinheiro e outros bens às Ordens religiosas presentes em Portugal, inclusive ao ramo feminino da Ordem de Santo Agostinho.



Fig. 8 D. Catarina de Bragança, Peter Lely, 1663-1665.

Fonte: <http://aps-ruasdelisboacomhstria.blogspot.pt/2013/04/rua-de-dona-estefania-xv.html>

(Novembro de 2013)

D. Catarina nasceu em Vila Viçosa a 25 de Novembro de 1638 no dia de Sta. Catarina, quando reinava em Portugal o Rei espanhol D. Filipe III da Casa dos Habsburgos. Era filha do Duque D. João II de Bragança, futuro Rei D. João VI e da Rainha espanhola D. Luísa de Gusmão. Foi educada no convento de Alcântara onde aprendeu a rezar, a bordar, a ouvir, aprender música e algumas generalidades da História. Quando atingiu a maioridade, a Princesa D. Catarina foi enviada para a Inglaterra para casar com o Rei inglês Carlos II, para reforçar a Velha Aliança que Portugal mantinha com a Inglaterra. Tendo em conta que os Reis portugueses eram Católicos, a Inglaterra tinha toda a autoridade da Igreja depositada no Rei, ou seja não dependiam da autoridade Papal (Igreja Anglicana). Portanto, surgiram alguns desacatos por parte da sociedade inglesa, que não via com bons olhos a presença de uma Rainha Católica no trono inglês.

Depois do falecimento do Rei D. Carlos a 16 de Fevereiro de 1685, D. Catarina, sem descendência, permaneceu em Inglaterra durante o Reinado de D. Jaime II, e só regressou a Portugal durante os Reinados de Guilherme III e Maria II, mandando

construir o Palácio da Bemposta, em Lisboa. Em 1699, seis anos antes da sua morte, D. Catarina escreveu um testamento (escrito a 14 de Fevereiro de 1699), onde declarou que a maior parte dos seus bens, fossem adquiridos pelas Ordens religiosas instaladas em Portugal. Neste testamento, também fez questão de ordenar que, quando morresse, o seu corpo fosse sepultado no mosteiro dos Jerónimos junto à sepultura do irmão D. Teodósio, e mais tarde, que fosse trasladado juntamente com o do seu irmão, para a capela-mor da igreja do mosteiro de S. Vicente de Fora. Além disso, deixou ainda em testamento, vinte mil cruzados para a despesa das suas cerimónias fúnebres, e o que sobrasse era repartido pelas casas religiosas femininas e masculinas de Vila Viçosa. Ordenou que aos três dias após a sua morte fossem celebradas nos conventos, mosteiros e paróquias de todo o reino dez mil missas, com a doação de mil cruzados. Para a ingresso nas Casas religiosas, o testamento dispunha ainda que fossem eleitas seis donzelas que desejassem ingressar na vida religiosa, e a cada uma delas foi dado dois mil cruzados como dote. No entanto, se alguma noviça falecesse, ou se não quisesse continuar a professar, o dote que lhes pertencia era entregue a outra donzela que seria escolhida para o mesmo fim¹⁰¹.

1.2. Enquadramento do Convento na malha urbana da cidade

A urbanização da cidade de Évora correspondeu à modernização da vida na *urbe* e à reforma das instituições iniciadas por D. Afonso V e prosseguidas por D. João II e D. Manuel I a partir de meados do século XV. A sua expressão urbana irá verificar-se através da construção de casas da Câmara, ou Paços do Concelho, de Misericórdias, hospitais, albergarias, da ampliação e da construção de novas igrejas e instituições conventuais e da reforma dos espaços públicos que lhes eram contíguos. As praças, como a Praça de Giraldo, lugares nobres na nova conceção do espaço urbano, eram o tipo de espaços com os quais aqueles edifícios eram geralmente associados. Também nas cidades, como é o caso dos bairros da judiaria e da mouraria de Évora, que têm um maior crescimento neste período, se adotam traçados geométricos nalgumas das suas novas expansões. O desenvolvimento urbano do século XV, é também expresso pela

¹⁰¹ Vírginia Rau (1941), *D. Catarina de Bragança – Rainha de Inglaterra*, Coimbra: Tipografia Coimbra Editora Limitada, Vol. XCVIII, pp. 336-339.

construção de Ruas Novas, caracterizadas pela sua linearidade, maior largura e ordenamento¹⁰².

Nos princípios do século XVIII, Évora chegou a albergar dentro do seu perímetro amuralhado e dos limites concelhios 28 Casas religiosas claustrais de comunidades filiadas ou de dependentes, entre outras, das Ordens cisterciense, franciscana, dominicana, jerónima, paulista, de St. Elói, carmelita, agostiniana, jesuíta, cartuxa, capucha e por breves anos as maltesas de S. João de Jerusalém, que o Infante D. Luís transferiu em 1530 para Estremoz¹⁰³.

O convento agostiniano de Santa Mónica localiza-se no arrabalde¹⁰⁴ de S. Mamede (**Fig.9**). No período muçulmano (quando só ainda existia a Cerca Velha), este arrabalde, que albergava a comunidade moçárabe, era um dos centros organizadores mais importantes de povoamento intramuros da cidade, e que a breve trecho, após a reconquista cristã da cidade aos muçulmanos por Geraldo Sem Pavor em 1165, se converteria na mouraria da cidade:

¹⁰² Margarida Valla, (1999), “O Urbanismo Medieval, Séculos XIII e XIV. As cidades medievais planeadas. A regularidade dos traçados”, in *O Urbanismo Português – Séculos XIII-XVIII Portugal – Brasil*, dir. de Manuel C. Teixeira, Lisboa: Livros Horizonte, pp. 27-30.

¹⁰³ Túlio Espanca (1993), “Mosteiros, conventos e outras casas religiosas”, in *Cidades e Vilas de Portugal*, dir. por Raquel Henriques da Silva, Lisboa: Editorial Presença, p. 75.

¹⁰⁴ Palavra de origem árabe, *ar-rabd*, que significa local ou localidade que fica nas cercanias de uma povoação.



Fig. 9 Convento de Santa Mónica: o espaço claustral e a antiga Cerca.
Fonte: <http://masp.google.pt> (Fevereiro de 2014)

Quanto à muralha fernandina (Cerca Nova), que circundava e em simultâneo protegia a cerca do convento de Santa Mónica, permanecem os dois panos de muralha¹⁰⁵: uma acompanha a Rua José Estevão Cordovil (**Fig.11**) e outro o Largo dos Colegiais (**Fig.10**):



Fig.10 A muralha fernandina junto à Cerca do convento de Santa Mónica.
Fonte: elaboração própria (Novembro de 2013)

¹⁰⁵ “As construções conventuais ocorrem com frequência no limite da aglomeração muralhada, por vezes mesmo junto ao muro, da parte de dentro, aproveitando aquela parede.” – Jorge Gaspar (2002), “Os espaços conventuais e o metabolismo da cidade”, in *Conversa à volta dos conventos*, coord. de Virgínia Fróis, Évora: Casa do Sul Editora, p. 91.



Fig. 11 Pano de muralha da R. José Estêvão Cordovil.
Fonte: elaboração própria (Novembro de 2013)

Esta muralha, construída no Reinado de D. Afonso IV¹⁰⁶ e concluída no Reinado de D. Fernando (daí ser designada de muralha fernandina), foi concebida para proteger o aglomerado urbano que havia crescido fora do primeiro perímetro amuralhado (Cerca Velha¹⁰⁷). O circuito da muralha era irregular, tinha 10 portas (hoje ainda persistem cinco: Porta do Rossio; Porta da Lagoa, Porta de Avis, Porta da Mesquita e a Porta de Alconchel) e cerca de 40 torreões. Para além disso, era envolvida por uma barbacã¹⁰⁸ toda coroada por ameias retangulares. A cintura de muralha que alberga o perímetro urbano era encerrada pela Porta do Moinho de Vento (**Fig.12**) de onde segue a Cerca Velha, acompanhando o desnível do terreno, onde hoje se encontra o Jardim do Palácio de Cadaval, na direção de nordeste, com adarve e ameias, em troços rematados por repregas que permitiram a defesa do flanco de cortina seguinte¹⁰⁹:

¹⁰⁶ “ (...) Embora não existam provas documentais da data precisa do seu início, é geralmente aceite que a sua fundação se terá dado durante o reinado de D. Afonso IV (...)” – Miguel Pedrosa de Lima (1996), *O Recinto Amuralhado de Évora*, Évora/ Lisboa: Estar Editora, p. 39.

¹⁰⁷ “Da Cerca Velha, que abraçava a acrópole da urbe, subsistem ainda vestígios importantes, não obstante as demolições ordenadas por D. Fernando para obtenção de pedraria para a edificação das muralhas tardo-medievais e de muitas outras destruições posteriores, ditadas pela própria expansão da cidade. As estruturas mais antigas ainda subsistentes são as duas torres que foram posteriormente integradas no Convento do Salvador e no de São Paulo, e a antiga porta conhecida por «Arco de D. Isabel».” – Fernando Mota de Matos (2010), “Muralhas e fortificações de Évora”, in *Portugal Património – Portalegre, Évora*, coord. Álvaro Duarte de Almeida, Duarte Belo, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Vol. VIII, p. 262.

¹⁰⁸ Deste muro mais baixo e anteposto à muralha fernandina já não existem vestígios.

¹⁰⁹ Miguel Pedrosa Lima (1996), “A Cerca Nova – A Porta do Moinho de Vento”, in *O Recinto Amuralhado de Évora*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico pela Universidade de Évora, Lisboa: Estar Editora, p. 41.



Fig. 12 Porta do Moinho de Vento.
Fonte: elaboração própria (Novembro de 2013)

A implantação do convento de Santa Mónica num ponto alto da cidade era excelente ponto de observação através de um mirante, que ocupava um dos cunhais da igreja, permitindo às freiras controlar numa panorâmica de 360° tanto o espaço urbano como o rural¹¹⁰. Porém, lembremos que Leon Battista Alberti, na obra *De Re Aedificatoria*, defendeu o encarceramento das casas femininas, resguardando-as¹¹¹. Ou seja, para além da muralha fernandina, a cerca do convento resguardava a comunidade feminina do contato com o exterior, garantia a clausura e prevenia o contágio de doenças e dos ataques dos inimigos:

¹¹⁰ Luís Urbano (2007), “A propósito de Évora: Ideologia religiosa e arquitectura nos conventos femininos”, in *Monumentos*, Lisboa: DGEMN, nº 26, pp. 39-40.

¹¹¹ “ (...) Não deve estar tão fortificado como um acampamento militar, com a sua paliçada e dique, quanto devem ser fechados os limites dessas construções através de muros altos, maciços, nem sequer perfurados por uma simples abertura por onde se possam introduzir; não apenas os assaltantes da castidade, mas as tentações e os encantos do olhar e da língua (...)”, in Leon Battista Alberti (1991), “*De Re Aedificatoria*, Cap. V, Madrid: Akal, Vol. V.



Fig. 13 Convento de Santa Mónica na malha urbana.

Fonte: Miguel Pedrosa de Lima (1996), *O Recinto Amuralhado de Évora*, Lisboa: Estar Editora, p. 38.

Legenda:	—	A Cerca Velha	1. Porta do Moinho de Vento	3. Porta da Lagoa
	—	A Cerca Nova	2. Porta de Avis	4. Porta de Alconchel
	—	A Fortificação Moderna		
	●	Cerca do convento de Santa Mónica		

1.2.1. O crescimento da cidade e o contexto pós-tridentino: a profusão de fundações femininas

O convento de Santa Mónica foi o primeiro convento feminino a surgir dentro do recinto amuralhado da cidade de Évora, e o primeiro de eremitas agostinhas calçadas a surgir em Portugal¹¹². Depois da fundação do convento de Santa Mónica, houve uma profusão de mais três fundações de Casas femininas na cidade: o convento de Sta. Clara, o convento de Nossa Senhora do Paraíso e o recolhimento de Sta. Marta.

¹¹² A cerca de 2 km fora do recinto amuralhado já existia o mosteiro de S. Bento de Cástris, da Ordem de Cister desde a segunda metade do século XIII. Cf. Maria Antónia Marques Fialho Costa Conde (2004), *Cister a Sul do Tejo: o mosteiro de S. Bento de Cástris e a Congregação Autónoma de Alcobaça (1567-1776)*, Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Universidade de Évora, Évora.

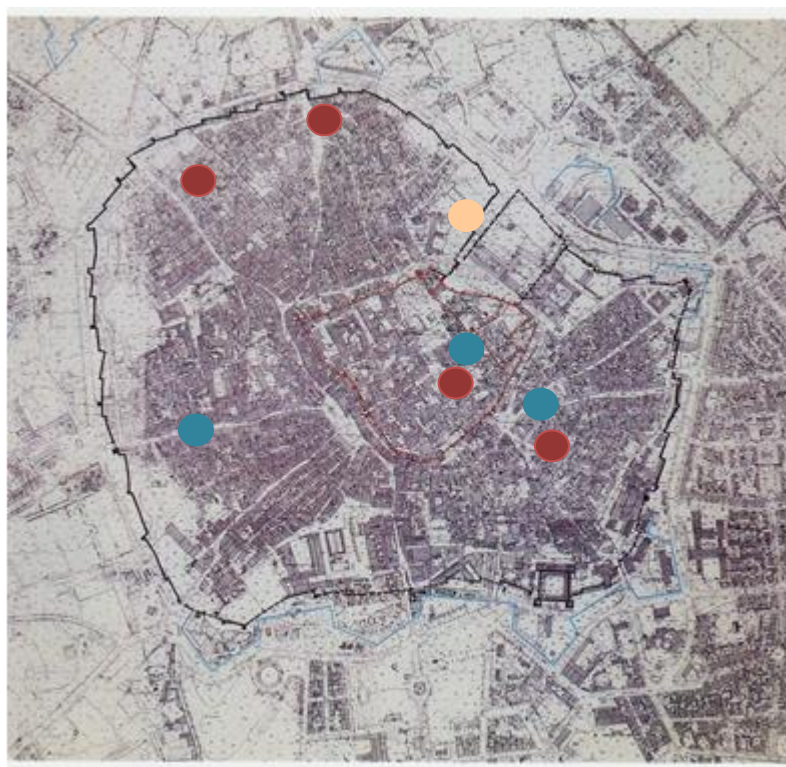


Fig.14 Casas religiosas femininas no recinto amuralhado da cidade de Évora.

Fonte: Miguel Pedroso de Lima (1996), *O Recinto Amuralhado de Évora*, Lisboa: Estar Editora, p. 38.

Legenda:

- | | | | |
|---|--|---|--|
| ● | Cerca do convento de Santa Mónica | ● | Cercas de outros conventos femininos construídos após o convento de Santa Mónica |
| ● | Cercas de outros conventos femininos que foram construídos após o Concílio de Trento | | |

Os religiosos da Ordem de S. Francisco estabeleceram-se cedo em Évora, ainda no século XIII, mas o ramo feminino de Sta. Clara de Assis só surgiu entre 1452 e 1459, sob a proteção do Bispo de Évora D. Vasco Perdigão. O convento de Sta. Clara (Fig.15) foi fundado em 1458 por este Bispo, e inicialmente instalou-se no Paço dos Falcões que o Bispo havia adquirido para esse propósito. As obras da sua igreja foram concluídas em finais do século XV¹¹³. Nele esteve algum tempo recolhida a Princesa D. Joana de Castela¹¹⁴, noiva do Rei D. Afonso V.

¹¹³ Fernando Mota de Matos (2010), “Igreja e Convento de Santa Clara”, in *Portugal Património – Portalegre, Évora*, coord. de Álvaro Duarte de Almeida, Duarte Belo, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Vol. VIII, p. 279.

¹¹⁴ “O monarca português D. Afonso V, desejando fazer valer os direitos da sua sobrinha, decidiu-se casar-se com ela e invadir o reino de Castela. No entanto, D. Afonso V não conseguiu vencer a Batalha de Toro, em 1476, e a infanta D. Isabel foi reconhecida com rainha de Castela. Entretanto, D. Joana recolheu-se em Portugal, onde passou a ser conhecida por Excelente Senhora. Em 1479 a paz das Alcáçovas determinou que D. Joana se casasse com o infante D. João de Castela. No entanto, ela recusou, e recolheu-se no Convento de Santa Clara. Por decisão de D. João II, seu primo, deixou a clausura, vindo a falecer no Paço de Alcáçova, em Lisboa, em 1530.” – www.infopédia.pt acesso na Infopédia – Enciclopédia e Dicionários Porto Editora – D. Afonso V a 2 de Janeiro de 2014.



Fig.15 A fachada do convento de Sta. Clara.
Fonte: www.monumentos.pt (Dezembro de 2013)

Entretanto, no século XV, três irmãs nobres (conhece-se apenas dois nomes: Brites Galvão e Inês Galvão) fundaram o convento de Nossa Senhora do Paraíso (**Fig.16**). Antes de edificarem a casa religiosa, estas três irmãs juntamente com outras damas, viviam numas casas, onde mais tarde terá sido, então, construído o convento. Estas religiosas viviam num sistema de emparedamento debaixo da regência do Padre Baptista, da Congregação de S. João Evangelista (Lóios). Dezoito anos mais tarde, passou para a Ordem de S. Domingos (Primeira Ordem de S. Domingos), debaixo da assistência da professa Joana Vaz, natural de Montemor-o-Novo. Em 1574, o convento recebeu o título de Nossa Senhora do Paraíso, data da oferta de uma preciosa escultura da “Virgem em Majestade”¹¹⁵, doada por uma nobre dama eborense, Isabel Afonso, vizinha do convento, que a havia recebido de dois desconhecidos peregrinos. Através da Lei de Maio de 1834, o convento do Paraíso foi um dos últimos conventos femininos a ser extinto. Por morte da última religiosa, a Madre Priora Soror Maria Isabel do Coração de Jesus, ocorrida no dia 18 de Novembro de 1897, o convento encerrou as suas portas e três anos mais tarde, as suas instalações foram demolidas¹¹⁶.

¹¹⁵ Esta escultura encontra-se no Museu de Arte Sacra de Évora.

¹¹⁶ Túlio Espanca (1973), “O Convento de Nossa Senhora do Paraíso de Évora”, in *Cadernos de História e Arte Eborense*, Évora: Livraria Nazareth, Vol. XXVIII, pp. 3-4; AA.VV (2007), *Évora Desaparecida – Fotografia e Património 1839...1919*, Évora: Câmara Municipal de Évora/ CIDEHUS/ Centro de História de Arte, p. 58 e p. 170.



Fig. 16 O convento de Nossa Senhora do Paraíso (anterior a 1900).
Fonte: Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora

Em 1400, ergue-se o recolhimento de Sta. Marta em casas doadas por cinco irmãs da família dos Estaços, que acabaram por dar nome ao sítio, ficando o espaço também conhecido como a “Casa dos Estaços”. Com o crescimento da comunidade, o recolhimento começou a deixar de ter condições de habitação. Assim, a Madre Priora, Soror Joana de Cristo, viu a necessidade de procurar um novo espaço com mais largueza para acolher as religiosas.

Por esta altura, D. Francisco de Portugal, Conde do Vimioso, tinha um local na cidade com espaço suficiente para edificar um bom convento, sítio no qual já existia uma ermida com a invocação de Sta. Catarina de Sena. Aproveitando, a passagem do Provincial por Évora, fizeram-lhe as religiosas o pedido para a construção de um convento. Obtido, então o consentimento de D. Francisco de Portugal, a Priora do recolhimento, para que a construção tivesse as condições necessárias para acolher as religiosas, comprou uma casa grande próxima do terreno pelo valor de mil cruzados. A 24 de Abril de 1547, deu-se o acolhimento das 24 religiosas que deixaram o recolhimento de Sta. Marta e em procissão solene entraram no convento de Sta. Catarina de Sena da Ordem Terceira de S. Domingos (**Fig.17**). Contudo, como as obras ainda não estavam terminadas (uma das dependências era o dormitório), durante a noite as religiosas colaboravam com a edificação, transportando os materiais necessários à construção, de modo a que no dia seguinte, os trabalhadores, já os tivessem juntos aos

pés. Desta forma, em Agosto de 1547, com todas as dependências do convento construídas, as religiosas do recolhimento puderam entrar em procissão nos dormitórios do convento. Soror Joana de Cristo foi a responsável pela orientação da comunidade do convento de Sta. Catarina de Sena até 1567. A partir desse ano, terminou o governo desta Casa religiosa por ordem do Mestre Geral Justiniano que em 1566 visitou a Província e certamente o convento¹¹⁷:



Fig. 17 O convento de Sta. Catarina de Sena já extinto.
Fonte: Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora

A última Casa religiosa de Évora a ser construída antes do Concílio de Trento foi o convento do Salvador do Mundo (**Fig.18**), em 1550, inicialmente no terreiro do Colégio da Companhia de Jesus. No entanto, o crescimento desta comunidade feminina franciscana depressa se tornou exíguo, pelo que nos primeiros anos do século XVII a segunda Abadessa, D. Joana da Gama, adquiriu parte do Paço dos Condes de Sortelha, incluindo uma imponente torre da cerca medieval, para aí se estabelecer o novo cenóbio. As obras iniciaram-se em 1607 com a construção do novo convento e só mais tarde, no início do século XVIII, se procedeu à reconversão e ampliação do Paço dos Condes de Sortelha, ao qual se anexaram os dormitórios conventuais. O altar do Senhor Jesus das Misericórdias do oratório foi erguido nas primeiras décadas do século XVIII por devoção de Soror Cristina dos Santos Coelho, dedicado à Venerável Madre Mariana do Rosário, que morreu no dia 16 de Outubro de 1649, com fama de santidade, e que foi sepultada numa campa epigrafada nesse altar. A sepultura foi aberta no dia 27 de

¹¹⁷ Frei Luís de Sousa (1977), “A fundação do mosteiro de Santa Catarina de Sena”, in *História São Domingos*, Porto: Lello Editores, Vol. II, pp. 228-230.

Fevereiro de 1729, na presença da Rainha D. Mariana de Áustria¹¹⁸ esposa do Rei D. João V.



Fig. 18 A Igreja do convento do Salvador do Mundo.

Fonte: <http://fotos.sapo.pt/josebotelho/fotos/?uid=rzcG4fMIIdgBpIuCoBdsd> (Dezembro de 2013)

Após a extinção das Ordens religiosas, o convento exerceu as funções de Quartel e de Escola Industrial e Comercial. Mais tarde foi também neste edifício que se instalou a Repartição do Sul da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais que manteve as suas instalações até aos nossos dias¹¹⁹.

No período sucedâneo ao Concílio de Trento (1545-1563)¹²⁰ foram edificadas mais duas Casas religiosas femininas e um recolhimento: o convento de Sta. Helena do

¹¹⁸ “ (...) Mas mesmo fora da época da Quaresma as visitas da rainha às igrejas eram constantes: *Madre de Deus, Esperança, São Roque, contam-se entre as mais visitadas e, como alemã que era, comparecia também à festa de São Bartolomeu na Igreja de São Julião, organizada pela comunidade de (?) Lisboa. Além disso, visitava com frequência as igrejas das várias ordens religiosas, masculinas e femininas, (...). O quotidiano de D. Maria Ana de Áustria é mais frequentemente mencionado na Gazeta de Lisboa do que o de D. João V, não só no que se refere aos seus actos devotos visitando igrejas e conventos, mas também em relação a seus divertimentos.*” – Maria Beatriz Nizza da Silva (2006), “A rainha e sua casa – Práticas devotas e divertimentos”, in *D. João V, colecção Reis de Portugal*, dir. por Roberto Carneiro, Casais Mem Martins, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Vol. XXIV, p. 33.

¹¹⁹ Fernando Mota de Matos (2010), “Igreja e Convento do Salvador (ou Salvador do Mundo) / Torre do Salvador”, in *Portugal Património – Portalegre, Évora*, coord. de Álvaro Duarte de Almeida, Duarte Belo, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Vol. VIII, p. 281.

¹²⁰ “ (...) Um concílio, reunido por iniciativa do papado, trouxe uma resposta solene ao protestantismo, cuja doutrina condenou. A assembleia funcionou, portanto, como contra-reforma. E reforma católica também, pois definiu com maior precisão do que anteriormente um certo número de dogmas, ao mesmo tempo que alertava o clero para uma maior vigilância pastoral a fim de assegurar uma vida religiosa mais intensa. (...) ” – Philippe, Tourault (1996), “A resposta oficial da Igreja Católica: a obra do Concílio

Monte de Calvário, o convento Novo de Sta. Teresa ou de S. José e o Recolhimento da Piedade.

O convento de Sta. Helena do Monte do Calvário (**Fig.19**) foi a primeira Casa religiosa feminina a surgir em Évora após o Concílio Tridentino. Foi fundado em Outubro de 1574 pela Infanta D. Maria de Portugal Duquesa de Viseu, filha do Rei D. Manuel e de D. Leonor de Áustria, obtendo através do Arcebispo D. João de Melo e Castro e do seu tio, o Cardeal D. Henrique (diploma de 29 de Maio de 1565) as casas do cura do donato franciscano Domingos e os terrenos patrimoniais da Câmara junto às muralhas das Portas da Lagoa para a construção do convento da Ordem de S. Francisco (Clarissas). A construção do convento começou em 1569 sob a traça do Arquitecto-mor da comarca do Alentejo, Afonso Álvares e direção do Mestre de pedraria Mateus Neto, e terminou no dia 23 de Outubro de 1574 sob vedoria do Capelão do Infante D. Henrique, Domingos Rodrigues.



Fig. 19 A fachada do convento de Sta. Helena do Monte do Calvário.
Fonte: www.monumentos.pt (Dezembro de 2013)

Importa salientar, que o edifício apresentava na sua construção um estilo não clássico, mas barroquista¹²¹, vigente após as Atas do Concílio de Trento. Contudo, no

de Trento (1545-1563) ”, in *História Concisa da Igreja*, Mem Martins: Publicações Europa:América, p. 215.

¹²¹ “Para o Portugal dos séculos XVII e XVIII, no que diz respeito à arquitectura religiosa, parecem definir-se dois perfis generalistas: a encomenda da Igreja, ainda assim não unitária, pois pode resultar de uma encomenda conventual, de um bispo, de uma Irmandade, de uma Misericórdia ou de uma Ordem Terceira; e a encomenda régia. No primeiro caso, são menores as exigências de uma arquitectura-arquitectura, e as construções sem grandes ambições de erudição parecem ser feitas apenas para

contexto das Guerras da Restauração o edifício foi abandonado entre os meses de Maio e Junho de 1663 por estar sujeito a bombardeamentos da praça militar, acabando por sofrer um desabamento. No dia 7 de Setembro de 1889, quando a última religiosa, D. Maria José faleceu, o Estado secularizou o edifício, mas autorizou que nele permanecessem algumas recolhidas sem votos, que aprendiam a ler e a realizar trabalhos manuais. Daí as instalações do antigo convento também serem reconhecidas como Casa de Trabalho. Entretanto, o antigo convento foi restaurado pela Direção dos Monumentos Nacionais e nele se instalou a Casa de Regeneração Infantil dirigida pelas Religiosas Adoradoras Escravas do Santíssimo Sacramento e da Caridade¹²²; atualmente não está ocupado em permanência, ocorrendo cerimónias culturais esporadicamente. Deste convento saíram as religiosas fundadoras do convento do Santíssimo Sacramento do Lourçal (Pombal).

A última Casa religiosa a surgir em Évora foi o convento Novo de Sta. Teresa de Jesus ou de S. José (**Fig.20**). Este convento deveu-se a uma nobre dama, D. Eugénia da Silva, que em 1679 doou a sua casa e os terrenos anexos à Ordem dos Carmelitas Descalças¹²³. Dois anos depois, após a conclusão das obras necessárias de adaptação do edifício, deu-se o início à clausura com sete religiosas oriundas dos mosteiros de Carnide e de St. Alberto de Lisboa. Entre 1691 e 1729, foram realizadas várias obras que reformaram o convento primitivo, datando deste período o dormitório, a portaria, a Sala do Capítulo e a igreja. Em 1886, o convento foi extinto, com a morte da última freira, e as suas dependências foram doadas à Casa Pia de Évora¹²⁴, sendo ocupado em 1940 pelas religiosas da Ordem Salesiana que o abandonaram em 2008:

receberem as extraordinárias obras decorativas do interior. No segundo caso, sobretudo com D. João V, o grande construtor da época, as obras têm em geral um perfil erudito, com grandes proximidades com a tradição clássica europeia, conhecida em Portugal, essencialmente por via da Tradística.” – José Fernandes Pereira (2009), “1 – Os encomendadores e os artistas – Estética Barroca I: Arquitectura e Escultura”, in *Arte Portuguesa – Da Pré-História ao Século XX*, coord. de Dalila Rodrigues, Lisboa: Fubu Editores, p. 11.

¹²² Túlio Espanca (1966), “Convento de Santa Helena do Monte Calvário (*Monumento Nacional*)”, in *Inventário Artístico de Portugal – Concelho de Évora*, Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, Tomo VII, Vol. I, p. 241.

¹²³ Maria Lucília Teixeira (2009), *O Convento de S. José da Esperança – Évora. Proposta de valorização histórico-arquitectónica*, Dissertação de Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural, Universidade de Évora, Évora.

¹²⁴ Fernando Mota de Matos (2010), “Convento Novo de Santa Teresa de Jesus (ou Mosteiro de São José ou da Esperança)”, in *Portugal Património – Portalegre, Évora*, coord. de Álvaro Duarte de Almeida, Duarte Belo, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Vol. VIII, p. 263.



Fig. 20 A fachada do Convento Novo de Sta. Teresa de Jesus ou de S. José.
Fonte: <http://www.adevesa.org/noticia.php?codigo=677> (Dezembro de 2013)

Finalmente, o Hospício e Irmandade de Nossa Senhora da Piedade instituído em Évora, pelo Arcebispo D. Teotónio de Bragança, em 1587, cujas instalações tinham sido utilizadas para um albergue para mendigos e vagabundos. Neste Hospício, os pobres recebiam abrigo em troca da doutrinação, mudança de vida e obrigatoriedade de trabalharem. Se recusassem ou se subvertessem as regras, eram imediatamente expulsos do Hospício. Na segunda metade do século XVII, o Hospício da Piedade converteu-se em recolhimento feminino, exclusivamente dedicado às raparigas de poucos recursos económicos que ali aguardavam por um casamento ou por um trabalho¹²⁵.

2. A evolução do espaço construído do Convento de Santa Mónica: do período fundacional ao estado atual

O convento de Santa Mónica era um edifício de planta irregular, e, como as outras Casas religiosas, era constituído por várias dependências, que se desenvolviam em dois pisos, à volta de um Claustro.

No piso superior, situava-se o coro alto da igreja, o dormitório e as celas privadas das religiosas. Foi neste piso que existiu uma varanda retangular constituída por bancos em alvenaria. Parte dessa estrutura antiga ainda persiste junto ao Serviço de Computação e Informática da Universidade de Évora, servindo hoje, como mirante para vista do espaço rural do perímetro da cidade (**Fig.21**). Debaixo dessa antiga varanda, no

¹²⁵ Laurinda Abreu, “O Hospício e Irmandade de Nossa Senhora da Piedade em Évora: uma experiência de reclusão de pobres em Portugal”, <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4877.pdf>> (acesso Janeiro 2014).

piso térreo, encontrava-se a Casa do Capítulo, e anexado a esta, estava a capela da Nossa Senhora do Rosário.



Fig. 21 A varanda retangular do antigo convento de Santa Mónica.
Fonte: elaboração própria (Novembro de 2013)

O Claustro, uma das repartições mais importantes de um edifício monástico-conventual, permitia que as salas dispostas em seu redor comunicassem com o exterior, tornando-se o espaço central do conjunto conventual. Esta centralização permitiu um vínculo social da comunidade feminina, como também uma maior vivência com a Natureza (normalmente no centro do claustro situava-se um poço, plantas e pomares).

2.1.1. Cozinha e Refeitório

Da cozinha e do refeitório (**Fig.22**) do convento apenas sabemos que ficavam situados numas das alas do claustro do convento. Acerca dos seus pormenores, não chegou até aos nossos dias a descrição da traça original destas duas dependências, embora saibamos que essas antigas instalações foram reaproveitadas para salas de aula da Escola Primária de S. Mamede:

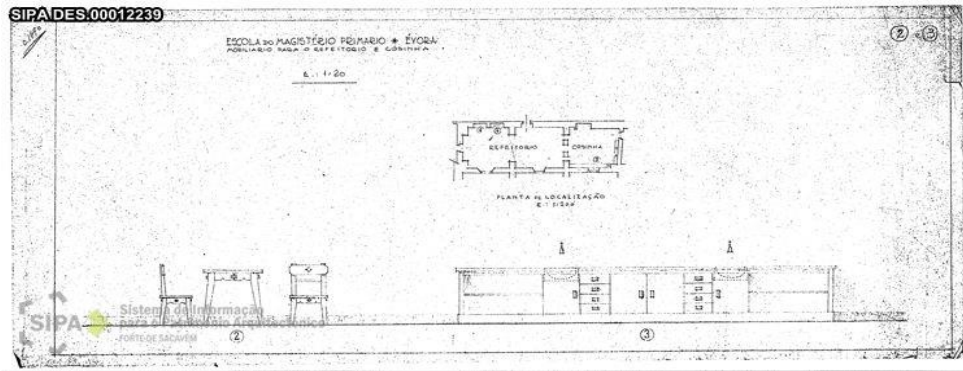


Fig. 22 Corte transversal do refeitório do convento de Santa Mónica.

Fonte: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1 (Janeiro de 2014)

No Gabriel Pereira relata, em 1881, o espólio que presenciou no refeitório: “ (...) duas pinturas em madeira que merecem atenção, Santo Agostinho e S. Nicolau Tolentino. Vi ainda outro quadro do século XVI que seria mais notável se estivesse conservado; infelizmente está muito deteriorado; todavia, deve guardar-se: há nêle uma cabeça (creio que de S. Tiago) que é de boa pintura e desenho puro e correcto. (...)”¹²⁶. Infelizmente, não se sabe a localização dessas três pinturas. Porém, ainda se conserva o Tríptico de *Nossa Senhora das Cerejas*, no Museu Regional de Évora, que se localizava no refeitório do antigo convento.

2.1.2. A igreja

A igreja do convento de Santa Mónica era orientada para nascente, com a fachada voltada para o átrio de S. Mamede; tinha uma porta lateral, à maneira das igrejas dos cenóbios femininas (**Fig. 23**), correspondendo esta última à entrada dos atuais Serviços Académicos da Universidade de Évora, e que o edifício conservara quando aí funcionou a Escola do Magistério Primário.

Templo de uma só nave, tinha coro alto e coro baixo, e tinha cobertura de quatro águas. De estilo manuelino (tardo-gótico) ou manuelino-mudéjar, tinha vários elementos que o definiam como tal, os contrafortes¹²⁷ cilíndricos e os coruchéus cónicos semelhantes aos que se encontram na igreja de S. Brás em Évora (século XV), na igreja

¹²⁶ Gabriel Pereira (18/02/1881), “O convento de Santa Mónica”, in *Manuelinho de Évora*

¹²⁷ “Pilastra adossada a uma parede para lhe dar maior solidez e aumentar a estabilidade, suportando em pontos determinados as pressões de arcos ou vigas dirigidas para o exterior.” – Maria João Madeira Rodrigues, Pedro Fialho de Sousa, Horácio Manuel Pereira Bonifácio (1990), *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*, Coimbra: Quimera Editores, p. 90.

Matriz de Nossa Senhora da Assunção de Viana do Alentejo (século XVI) e na igreja de Nossa Senhora da Conceição de Beja (na década de 60 do século XV)¹²⁸. A igreja tinha um campanário com dois sinos, e era uma estrutura alta (mirante) que servia de visibilidade para as religiosas, marcando assim a verticalidade do edifício.

Quanto a este templo, Gabriel Pereira faz referência, numa notícia publicada em 1881 no jornal *Manuelinho de Évora*, que: “ (...) *Mais antiga decerto é a igreja e muito provavelmente do começo do século XVI, pelo jôgo da abóbada e gosto de florões (...)* ”¹²⁹.

Também Túlio Espanca faz uma breve descrição da igreja: “*O templo de Santa Mónica era um curioso exemplar de arquitectura dos começos do século XVI, e embora a frontaria com suas agulhas envolvidas de ameias e a torre mirante de grelhas e tijolos, do coro alto que possuía, além de bom cadeirado de alto espaldares, um investimento pictórico de frescos na cobertura e interessante colecção de 12 oratórios de talha caprichosamente esculpidos. (...)* ”¹³⁰.

A igreja foi demolida em 1916 (**Fig.24**), e a estrutura foi completamente destruída, restando apenas o recheio de objetos sagrados e de mobiliário que foram vendidos ou doados a outras instituições, aquando da secularização do convento. Foi no interior da igreja, mais propriamente num sacrário dourado no coro alto, que esteve a famosa imagem milagrosa do *Menino Jesus Sorridente*.

Tal como acima referimos, o Rei D. Sebastião tinha grande devoção pela imagem, oferecendo-lhe uma “ (...) *cruz na qual estas seis esmeraldas finas estão em huma meadinha de duas voltas tambem de ouro que tudo lhe deu Rei Dom Sebastião, e esta lansado ao pescoso do sagrado minino Jesus.* ”¹³¹

¹²⁸ Cf. Anexo 7 – Fig.1, Fig.2, Fig.3, p. xxvi.

¹²⁹ Gabriel Pereira (18/02/1881), “O convento de Santa Mónica”, in *Manuelinho de Évora*.

¹³⁰ Túlio Espanca, *op. cit.*, p.5.

¹³¹ Biblioteca Pública de Évora, Fundo do Convento de Santa Mónica - *Livro das obrigações deste convento de Sancta Monica desta cidade de Evora, inventario das pessas da sanchristia do mesmo reformado em nove de Novembro de 1652 Annos*, nº 48, fl. 33.



Fig. 23 Autor Desconhecido, Igreja do convento de Santa Mónica, século XIX.
Fonte: Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora



Fig. 24 José António Barbosa, Demolição da Igreja do convento de Santa Mónica, 1916
Fonte: Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora

No *Manuelinho de Évora*, Gabriel Pereira refere que no coro baixo da igreja se encontrava uma campa de mármore identificada com o nome D. Catarina de Sousa, religiosa do convento que deixou a imagem do Menino Jesus. Era também no coro de baixo que havia uma moldura entalhada e uma lâmpada de latão muito rara, que provavelmente seria dos séculos XVI ou XVII¹³².

¹³² Gabriel Pereira, (18/02/1881), “O convento de Santa Mónica”, in *Manuelinho de Évora*.

Recentemente, em escavações arqueológicas, as equipas de arqueólogos tentaram identificar possíveis vestígios da igreja manuelina, bem como dos enterramentos da época¹³³.

2.1.3. O Dormitório

Em relação ao dormitório do convento, destacamos uma descrição importante relativamente à sua construção, que remota ao século XVII:

*“Saibao quantos este documento de contracto e obra da empreitada ou como em direito para mais valler chamar se possa e obrigação virem que no anno do nascimento de nosso Senhor Jessus Christo de mil e seiscentos e sincoenta e hum annos aos vinte e quatro dias do mes de majo do ditto ano (...) em presença de mim taballião e testemunhas ao diante nomeadas assinadas que assim era verdade e nella passava e que elle e Dava contratado com a dita madre Prioressa e discretas do dito convento de Santa monica para effeito de lhe fazer o acrescentamento do durmitorio do dito convento (...).”*¹³⁴

Exteriormente, as paredes do antigo dormitório são suportadas por oito contrafortes de granito, que lhe dá um aspeto robusto e compacto (**Figuras 25 e 26**):



Fig. 25 A ala do dormitório do antigo convento.
Fonte: elaboração própria (Novembro de 2013)

¹³³ *Cerca de Santa Mónica – Évora*, Câmara Municipal de Évora/ Ministério da Cultura/ Instituto Português do Património Arquitectónico/ Direcção Regional de Évora, Vol. I.

¹³⁴ Arquivo Distrital de Évora, *Manuscrito do cartório notarial de Évora*, fl.2.



Fig. 26 O antigo dormitório voltado para o Largo Evaristo Cutileiro.
Fonte: elaboração própria (Novembro de 2013)

É pelo rés-do-chão deste corpo que temos acesso à Escola Primária e ao antigo claustro através de um portal de mármore branco, com moldura simples e dintel ornamentado por volutas floridas sobrepujada por uma elegante vieira, com a inscrição “*ANNO 1726*”¹³⁵ (**Fig. 27**):

¹³⁵ Túlio Espanca (1966), “Convento de Santa Mónica (Escola do Magistério Primário)”, in *Inventário Artístico de Portugal – Concelho de Évora*, Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, Tomo VII, Vol. I, p. 271.



Fig. 27 Portal de acesso à Escola Primária de S. Mamede, rés-do-chão do antigo convento de Santa Mónica.

Fonte: elaboração própria (Novembro de 2013)

O acesso ao antigo dormitório faz-se pela escadaria dos Serviços Académicos da Universidade de Évora. À entrada deste, encontra-se um pequeno átrio com um arco de volta perfeita em granito. O arco que se desenvolveu à esquerda dá acesso ao Claustro, e a zona constituiria o corpo da igreja do convento (**Fig.28**).



Fig. 28 Arco de volta perfeita em granito. No lado esquerdo o arco que dava acesso à igreja.

Fonte: elaboração própria (Novembro de 2013)

Atualmente, as instalações do antigo dormitório correspondem a parte dos Serviços Académicos da Universidade de Évora.



Fig. 29 Vista do exterior da ala nascente do Claustro e do antigo dormitório do convento.
Fonte: elaboração própria (Novembro de 2013)



Fig. 30 Vista do exterior do corpo do antigo dormitório e da Escola Primária de S. Mamede.
Fonte: elaboração própria (Novembro de 2013)

2.1.4. A Capela de Nossa Senhora do Rosário

A capela de Nossa Senhora do Rosário, ficava numa das alas do Claustro, junto à Sala do Capítulo. Esta capela tinha as paredes revestidas de azulejos do século XVIII e o altar constituído por talha dourada. Para além disso, as paredes eram cobertas por uma série de quadrinhos em esmalte polícromo com cenas sagradas, que não se sabe ao certo onde se encontram atualmente. No entanto, Gabriel Pereira afirmou que a coleção destes quadrinhos pertenciam a uma alta personagem¹³⁶.

2.1.5. A Capela do Jordão

As instalações da capela do Jordão¹³⁷ que se encontravam situadas no extremo Norte da cerca do convento foram parcialmente demolidas. Durante as escavações arqueológicas realizadas na cerca do convento fez-se a limpeza e o levantamento fotográfico do que restava da capela, localizada a Sudoeste da nora¹³⁸. No interior, era revestida com azulejaria barroca, e tinha uma pintura em óleo sobre madeira, onde era representada a *Anunciação*, da autoria de Grão Vasco. Para além disso, a capela tinha uma escultura de trabalho inferior do *Batismo de Jesus*, que foi transferida para a capela Batismal ou Batistério do antigo convento de S. Francisco de Évora¹³⁹. Esta antiga capela tumular dos fidalgos Freire de Andrade, era denominada de capela da Piedade. Foi transformada em Batistério após a transferência da sede paroquial da freguesia de S. Pedro para a igreja de S. Francisco em 1840.

2.1.6. A Cerca

A Cerca conventual, relativamente grande para Cerca monástica dentro do espaço urbano, era limitada a Norte-Oriente pela horta dos Duques de Cadaval e pela Fábrica de Sola de Joaquim José de Soure de Ramalho e de António Manuel Gançozo. Nela ficavam as oficinas, a horta, o pomar, o tanque de rega e a nora. Anexados à Cerca encontrava-se dois quintais com árvores. Atualmente, a Sul continua a ser limitada pelo

¹³⁶ Gabriel Pereira (18/02/1881) “O convento de Santa Mónica”, in *Manuelinho de Évora*.

¹³⁷ Refere-se ao Rio Jordão, fronteira natural de Israel com a Jordânia, e considerado um dos rios mais sagrados do Mundo. Na Bíblia constitui o cenário de diversos milagres: segundo os Evangelhos, terá tido nas suas margens que Jesus Cristo foi batizado por S. João Batista e que Naaman terá sido curado da lepra após ter mergulhado no Jordão sete vezes.

¹³⁸ *Cerca de Santa Mónica – Évora*, Évora: Câmara Municipal de Évora/Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico/ Direcção Regional de Évora, Vol. I.

¹³⁹ Antónia Fialho Conde (2007), “Convento de Santa Mónica – De Cerca a Edifício de Santo Agostinho”, in *REVUE*, Évora: Universidade de Évora, Ano IV, nº 7, p. 60.

Largo dos Colegiais, a Este pela Muralha Fernandina e a Oeste pelo Largo de S. Mamede¹⁴⁰:



Fig. 31 Portão que dá acesso para a Cerca do antigo convento.
Fonte: elaboração própria (Novembro de 2013)



Fig. 32 Uma cisterna no interior da antiga Cerca.
Fonte: elaboração própria (Novembro de 2013)

2.2. Caracterização arquitetónica do espaço: estudo da Sala do Capítulo e do espaço Claustal existente

Em termos artístico-arquitetónicos, a Sala do Capítulo e o Claustro são as partições do convento que nos oferecem mais vestígios, embora atualmente sejam

¹⁴⁰ Cf. Anexo 8 – Fig. 4, p. xxvii.

quase nulos, daí a nossa aposta na opção documental para uma melhor perceção do espaço, e que acaba por nos oferecer uma descrição enriquecedora desses espaços.

2.2.1. A Sala do Capítulo

Nas Casas monástico-conventuais a Sala ou Casa do Capítulo (**Fig. 33**), um salão onde era realizado o Capítulo, ou seja as reuniões da comunidade religiosa, era normalmente de arquitetura nobre, e encontrava-se numa das alas do Claustro. Segundo a descrição de Gabriel Pereira, a Sala Capitular do convento de Santa Mónica tinha uma abóbada artesoadada, de aresta viva e continha vestígios de frescos do século XVI. Entretanto, a abóbada manteve os seus traços, sendo que os frescos estão cobertos por cal¹⁴¹, apresentando atualmente teto falso:



Fig. 33 A antiga Sala do Capítulo de Santa Mónica.
Fonte: elaboração própria (Novembro de 2013)

Esta Sala é de planta retangular e era dividida em sete tramos. A porta que dava acesso a esta Sala tinha jambas de granito e na piadeira conservava as iniciais A.G.L.D.F.E.¹⁴². Atualmente é repartida por duas salas de aula.

¹⁴¹ Gabriel Pereira (18/02/1881), “O convento de Santa Mónica”, in *Manuelinho de Évora*.

¹⁴² Túlio Espanca (1966), *op. cit.* p. 271.

2.2.2. O Claustro

O Claustro de um edifício monástico-conventual, normalmente quadrangular, é o local onde normalmente a maioria das dependências convergem, e o Claustro da Casa conventual em estudo não é exceção. Era constituído por dois andares, com galerias cobertas e abertas para o pátio através de arcadas. Tinha-se a acesso ao rés-do-chão do Claustro a partir da portaria de dentro, que comunicava com um alpendre de alvenaria. O Claustro era formado por quatro alas, restando apenas três: o lanço direcionado a Sul tem apenas quatro tramos, ao qual se acede por um lanço de escadas. Também era através deste braço que se tinha acesso à enfermaria e ao coro de baixo da igreja; aquando da demolição do templo, parte deste braço foi também destruído (**Fig.34**):



Fig. 34 O lanço Sul do Claustro.
Fonte: elaboração própria (Novembro de 2013)

Contudo, a galeria mais antiga do Claustro possui cinco tramos, com acesso a várias salas de aula da Escola Primária de S. Mamede, e rematado por quatro enormes contrafortes em pedra granitada. Os cinco tramos são em arco redondo apoiados em pilastras e colunas toscanas de granito, com abóbadas ogivadas (**Figuras 35 e 36**).



Fig. 35 O lanço mais antigo do Claustro.
Fonte: elaboração própria (Novembro de 2013)



Fig. 36 As abóbadas do lanço mais antigo do Claustro.
Fonte: elaboração própria (Novembro de 2013)

A Norte, abre-se uma galeria com seis tramos com arcada dupla, de volta abatida ou de meio canhão, protegidas por botaréis de alvenaria. A sua abóbada é artesoadada e estrelada¹⁴³ e tinha painéis geométricos de estuque decorados por cartelas engrinaldadas, laçarias e outros arabescos usados no final do Renascimento e nos inícios do Barroco (**Fig.38**)

¹⁴³ “Cobertura de um vão entre duas ou mais paredes, tendo normalmente uma forma curva no intradorso e formada pela junção de pedras aparelhadas ou por argamassa sobre cofragem. (...)” – Maria João Madeira Rodrigues, Pedro Fialho de Sousa, Horácio Manuel Pereira Bonifácio, *op. cit.*, p. 12.



Fig. 37 O lanço Sul com abóbadas de cruzamento ogival no seu interior.
Fonte: elaboração própria (Novembro de 2013)

É através deste braço que se tem acesso às antigas instalações da Sala do Capítulo. Segundo Fialho d’Almeida, o Claustro era revestido de azulejos do século XVII, com motivos exóticos, folhagens e monstros¹⁴⁴.

No meio do Claustro situava-se uma cisterna, que abastecia muitas casas dos diversos serviços, como o celeiro, onde armazenavam os produtos da colheita, as dispensas e as amassarias, onde amassavam o pão.



Fig. 38 Lanço Norte do Claustro.
Fonte: elaboração própria (Novembro de 2013)

¹⁴⁴ Fialho d’Almeida (1924), “Em Evora”, in *Estancias d’Arte e de Saudade*, Lisboa: Livraria Clássica Editora, Vol. I, p. 164.



Fig. 39 O lanço Norte com abóbada artesoadada (semelhante à da Casa do Capítulo, hoje ocultas).
Fonte: elaboração própria (Novembro de 2013)



Fig. 40 Pormenor da abóbada do lanço Norte do Claustro.
Fonte: elaboração própria (Novembro de 2013)

3. Da exclaustração das freiras à adaptação do edifício para novas funções

A Lei de 30 de Maio de 1834 promulgada por Joaquim António de Aguiar (também conhecido por *Mata Frades*) considerou extintos todos os conventos, mosteiros, colégios hospícios e quaisquer outras casas das Ordens religiosas regulares sendo os respetivos bens espoliados e integrados na Fazenda Nacional¹⁴⁵.

Segundo o Cónego Fernando Marques, em Évora a decisão recaiu sobre os 22 conventos e mosteiros, 6 colégios e 3 reformatórios existentes no concelho. Os 13 conventos e mosteiros masculinos foram instantaneamente nacionalizados e os seus bens colocados à venda em hasta pública, enquanto os femininos só se extinguiram com a morte da última religiosa¹⁴⁶, estando os noviciados proibidos pelo Decreto de 5 de Agosto de 1833.

Em 1857, a Fazenda Nacional realizou o inventário do imóvel, sendo o convento de Santa Mónica extinto em 1881, com a morte da última freira, D. Ana Rita do Carmo. Após a secularização, o espaço conventual entrou em abandono e progressiva ruína, e por Decreto de 2 de Junho de 1883 foi concedido à Administração do Asilo da Infância Desvalida¹⁴⁷.

Contudo, não tendo sido aplicado ao fim a que foi destinado, um novo Decreto de 18 de Julho de 1887, propôs um outro tipo de função para o antigo convento: transferir a casa de reclusão da cidade para as instalações do convento que tinham capacidade de albergar cerca de 60 presos. Este projeto acabou por não se concretizar porque o Decreto de 28 de Julho de 1887 propunha outras funções para estas instalações: a Casa de Trabalho e a Casa de Correção da Casa Pia. No entanto, também estas instalações não foram utilizadas para esse fim, por falta de rendimentos da própria Casa Pia.

¹⁴⁵ “Nos estudos que dedicou ao tema o historiógrafo Túlío Espanca apurou que só em 1836 saíram dos Conventos de Évora, para Lisboa, 443 pinturas das quais 348 eram telas e 95 em madeira.” – AA.VV (2010), “A questão religiosa e o património”, in *Évora Mosaico – Património, Cultura e Turismo*, dir. José Ernesto d’Oliveira, Évora: Câmara Municipal de Évora, nº7, p. 36.

¹⁴⁶ AAVV, (2010), “A questão religiosa e o património”, in *Património, Cultura e Turismo – Évora Mosaico*, dir. José Ernesto d’Oliveira, Évora: Câmara Municipal de Évora, nº7, p. 36.

¹⁴⁷ “A primeira associação surgida em Portugal para suportar as novas instituições educacionais e caritativas não continha referência, na sua designação às Casas de Asilo embora estas se apresentassem com suas finalidades. Denominava-se Sociedade Promotora das Escolas da Infância ou mais precisamente, Sociedade Promotora das Escolas Gratuitas de Primeira Infância ou, terceira “nuance”, de Primeira Infância Desvalida.” Rogério Fernandes, “Abertura das Casas de Asilo e a Expansão do Movimento”, in *Orientações Pedagógicas das “Casas de Asilo de Infância Desvalida” (1834-1840)*, Lisboa: Universidade de Lisboa, p. 93.

Mais tarde, o Decreto de 23 de Fevereiro de 1899 sugeriu a construção de casas baratas destinadas a famílias de artistas, operários e trabalhadores pobres e para o aproveitamento do restante espaço claustal a adaptação para uma nova Central Leiteira, projeto esse que também nunca foi concretizado.

Nos inícios do século XX, utilizou-se o espaço do piso térreo para a realização de bailes de Carnaval, e também pela Escola do Grupo Amador de Música Eborense. Aquando da demolição da igreja manuelina em 1916 levantou-se uma torre de madeira no piso superior para o exercício da Cooperação dos Bombeiros.

Em 1942, foi instalada no edifício a Escola do Magistério Primário (**Fig. 41**), construindo-se o corpo de entrada no piso superior, ocupando parte da igreja destruída:



Fig. 41 Escola do Magistério Primário nas antigas instalações do convento de Santa Mónica.

Fonte: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1 (Fevereiro de 2014)

Finalmente, as antigas instalações do piso superior foram adquiridas pela Universidade de Évora em 1992, que aí instalou os Serviços Académicos, mantendo-se a Escola Primária de S. Mamede no rés-do-chão. Quanto à Cerca, sob a tutela da Casa dos Duques de Cadaval, foi utilizada para parque de estacionamento; na sequência da aprovação pela Câmara Municipal de Évora de um Projeto de Loteamento a 4 de Fevereiro de 1991¹⁴⁸, este Projeto que veio a realizar-se no ano de 2004, estando a

¹⁴⁸ “ (...) a informação de 13 de Novembro de 1990 do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Sul ao Departamento do Património Arquitectónico, solicitaram os projectistas o apoio ao Instituto Português do Património Cultural/ Direcção Regional de Évora (IPPC/DRE) para a realização de sondagens

maior parte da Cerca ocupada atualmente por um condomínio. Atualmente, as instalações dos Serviços Académicos da Universidade de Évora também são conhecidas como o *Edifício de Santo Agostinho*.

Em suma, desde a sua secularização, o convento de Santa Mónica teve inúmeras propostas de reutilização dos seus antigos espaços. No entanto, só a partir dos inícios do século XX, é que o espaço foi reaproveitado para festas carnavalescas, Escolas e Cooperação de Bombeiros. Nos nossos dias, o espaço é repartido entre a Universidade de Évora, a Escola de S. Mamede e o supracitado condomínio privado.

3.1. A dispersão do património móvel do convento

A estrutura arquitetónica do convento sofreu significativas alterações e demolições: tal como tínhamos referido anteriormente, a igreja foi demolida em 1916, e foi também por esta altura que se deu a destruição da parte superior do Claustro (**Fig. 42**). Dez anos depois (1926), devido a um sismo, o corpo principal do convento foi parcialmente destruído.



Fig. 42 Autor desconhecido, Demolição do claustro superior do convento de Santa Mónica, 1890-1925.

Fonte: Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora

arqueológicas selectivas antes do projecto definitivo, no sentido de ajuizar da viabilidade das opções do estudo prévio relativamente ao valor patrimonial das evidências existentes.

*Dado o IPPC/DRE não dispõe de técnicos para assegurar os trabalhos, foi acordado um orçamento com a Casa dos Duques de Cadaval, para aquisição de serviços técnicos.” – AA.VV, “Antecedentes”, in *Cerca de Santa Mónica – Évora*, Évora: Câmara Municipal de Évora.*

Quanto à secularização dos bens do convento, a maior parte do património móvel perdeu-se, mas sabe-se que uma parte dele foi adquirido/incorporado tanto por instituições religiosas (igrejas e conventos) como por instituições de carácter público (Museus). De referir que algum foi ainda seleccionado pela Sociedade Nacional de Belas Artes, em finais do século XIX, integrando algumas coleções museológicas nacionais. A nível local, as instituições de destino dos bens foram as seguintes:

Igreja e antigo Convento de S. Francisco	Museu de Arte Sacra de Évora	Museu Regional de Évora	Igreja de S. Mamede de Évora	Igreja de Reguengos de Monsaraz
<p>1. Conjunto escultórico do <i>Baptismo de Jesus</i></p>	<p>1. A escultura do <i>Menino Jesus Sorridente</i> 2. A escultura de <i>Santo Agostinho</i> 3. A pintura <i>Nossa Senhora</i></p>	<p>1. Pintura <i>Virgem com o Menino coroada por Anjos</i> 2. Pintura <i>S. Tiago</i> 3. Pintura <i>Santo António</i></p> <p style="text-align: center;">} Triptico da <i>Nossa Senhora das Cerejas</i></p>	<p>1. Pintura de <i>Santo Agostinho</i> 2. Mobiliário (cadeiras e cómoda) 3. Pintura <i>Adoração dos Antigos Reis Magos</i> 4. Pintura da <i>Piedade</i> 5. Pintura de <i>S. Pedro atormentado contempla Cristo na coluna</i> 6. Pintura da <i>Descida da Cruz</i> 7. Pintura de <i>S. Nicolau de Tolentino</i></p>	<p>1. Talha dourada da igreja do convento</p>
<p>Utilização Inicial: 1. Localizava-se na Capela de S. Jordão</p>	<p>Utilização Inicial: 1. Localizava-se no sacrário da igreja do convento 2. Localizava-se na igreja do convento 3. Localização desconhecida</p>	<p>Utilização Inicial: O conjunto localizava-se no refeitório do convento</p>	<p>Utilização Inicial: 1. Localizava-se no refeitório do convento 2. Localização desconhecida 3. Localização desconhecida 4. Localização desconhecida 5. Localizava-se no coro de cima da igreja do convento 6. Localizava-se no coro de cima da igreja do convento 7. Localizava-se no refeitório do convento</p>	<p>Utilização Inicial: 1. Localizava-se na igreja do convento</p>

Fonte: elaboração própria (Janeiro de 2014)

3.2 Estado atual do edifício

Com as novas funções do antigo convento, o tempo encarregou-se de alterar a sua morfologia arquitetónica e a sua coerência funcional, sendo que também a sua quase contínua ocupação permitiu que escapasse à completa ruína.

Atualmente, o primitivo edifício conventual mantém a planta irregular e é constituído por um corpo comprido que se desenvolve ao longo do Largo de S. Mamede (Largo Evaristo Cutileiro) e apresenta a meio uma ala perpendicular, parte que integrava o antigo Claustro. O alçado deste corpo é marcado por uma secção de contrafortes de granito. Na localização da igreja primitiva, no topo do edifício, encontra-se um corpo moderno, que remata o conjunto a Sul.

O acesso ao piso térreo efetua-se pela antiga portaria (portaria de fora) do convento. Logo de imediato têm-se acesso a um átrio revestido de azulejos com desenhos zoomórficos. A partir desta sala, através da portaria de dentro, acede-se a uma galeria de arcos de volta perfeita, que é apresentada no lado Sul do Claustro. É neste tramo que se encontram uma série de salas, hoje utilizadas como espaço de aulas, terminando numa escada de acesso aos pisos superior e à cave. Além disso, estende-se até à parte Norte do edifício, que se abre sobre o pátio de recreio da Escola Primária de S. Mamede e é através de umas escadas exteriores, que se encontram separadas do resto da área abrangida por um muro alto de alvenaria. Este braço é composto por cinco tramos de arcos de volta perfeita sustentados por pilastras e colunas toscanas de granito. Para além disso, no pátio de recreio da Escola Primária está a ser construído um pavilhão Gimnodesportivo.

A galeria a Norte, para onde abre a antiga Sala do Capítulo, ainda conserva os vestígios dos seis tramos, e encontra-se subdividida em duas salas de aula. No entanto, há que referir a intervenção pouco cuidada tanto na escolha dos materiais utilizados, como na aplicação dos mesmos (na montagem de um teto falso), ocultando importantes características artísticas do convento em estudo, nomeadamente abóbadas.

Na cave do edifício encontram-se atualmente a cozinha, a cantina escolar, e as instalações sanitárias, assim como uma porta de acesso ao piso térreo.

O acesso ao piso superior, correspondente às atuais instalações dos Serviços Académicos da Universidade de Évora, faz-se através de uma grande escadaria, que dá acesso a uma ampla sala com um arco em granito. É também deste lado da sala, que se encontram a escadaria de acesso ao piso térreo que o ligam ao espaço Claustal. Na parede interior desta escadaria, entre o piso superior e o piso térreo, encontra-se um grande vão que corresponderá à entrada da igreja demolida.

O corpo de galerias do piso superior, anteriormente mencionado, apresenta uma série de salas ocupadas pela administração dos Serviços Académicos, e cujos ritmos de vãos poderão corresponder à disposição das antigas celas.

Capítulo III – Proposta de Salvaguarda e Valorização do Convento de Santa Mónica enquanto espaço agostinho

1. Contextualização teórica: a salvaguarda e a valorização do património conventual (nacional e internacional)

O termo *monumento* remete-nos para a importância da memória coletiva, no que toca à evolução histórica. Como herança coletiva, tem um duplo valor, que nos permite situar no tempo, estabelecendo uma relação de continuidade entre o passado e o presente.

Nem sempre a noção de *monumento* esteve presente na sociedade. Foi no século XVIII, em pleno Iluminismo – O Século das Luzes – que o conceito apareceu pela primeira vez com os Enciclopedistas e com a criação dos primeiros Museus. No entanto, só nas Revoluções Industriais e no Romantismo, é que o arquiteto francês Eugène Viollet le Duc estabeleceu os primeiros critérios arquitetónicos de restauro, de “reintegração” dos monumentos do passado.

A nível nacional, o Rei D. Fernando II (1816-1885), consorte da Rainha D. Maria II, também conhecido como “rei-artista”, mostrou-se um grande defensor do património construído, garantindo a conservação de obras como o mosteiro da Batalha, o mosteiro dos Jerónimos, o convento de Nossa Senhora e St. António de Mafra e o convento de Cristo de Tomar. Em 1834, D. Fernando convidou o historiador Alexandre Herculano para dirigir as Bibliotecas Reais da Ajuda e das Necessidades, prosseguindo os seus trabalhos de investigação histórica, que viriam a concretizar-se nos quatro volumes de *História de Portugal* (1846-1853).

Ao longo do século XX, firmou-se uma política internacional face aos Monumentos Arquitetónicos e Urbanos, através das *Declarações* e sobretudo das *Cartas* Internacionais como a *Carta de Atenas* e a *Carta de Veneza*, reguladoras dos conceitos de Património e dos respetivos critérios de intervenção, assinadas e aceites por inúmeros países do Mundo.

Para este estudo, destacaremos a *Carta de Atenas* de 1931, fundadora dos conceitos ligados à conservação e salvaguarda do Património, a *Carta de Veneza* de 1964, articulando conceitos e tendências, a *Carta de Washington* de 1987, a *Carta de*

Vila Vigoni de 1994 sobre a Conservação dos Bens Culturais e Eclesiásticos e a *Carta de Cracóvia* de 2000.

O convento de Santa Mónica de Évora integra-se no Património Arquitectónico construído da cidade, classificada desde 1986 como Património Mundial. Este monumento¹⁴⁹ inicialmente com função religiosa é respeitado, para além do seu passado, também pela função que assume na sociedade atual. Cada comunidade tem a sua “memória coletiva” e está consciente do seu passado e nessa medida é responsável pela identificação e gestão do seu Património.

Por outro lado, tenhamos presente que a *Carta de Atenas*¹⁵⁰ fala do restauro dos monumentos e a adaptação destes para novas funções:

*“Na situação em que um restauro surja como indispensável, como consequência de degradação ou destruição, recomenda o respeito pela obra histórica e artística do passado sem banir o estilo de nenhuma época. A Conferência recomenda que se mantenha a ocupação dos monumentos, que se assegure a continuidade da sua vida consagrando-os contudo a utilizações que respeitem o seu carácter histórico ou artístico.”*¹⁵¹

A *Carta de Veneza*, de 1964 acaba por incluir outros conceitos ligados à conservação e a preservação dos monumentos, para serem transmitidos às gerações futuras:

“As obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um património comum, e perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude da sua autoridade.”

No caso do convento de Santa Mónica, localizado no perímetro urbano, suportou desafios vários, como a ampliação de vias públicas, que acabaram por alterar

¹⁴⁹ “A palavra latina “monumentum” remete para a raiz indo-européia “men”, que exprime uma das funções essenciais do espírito (mens), a memória (memini). O verbo “monere” significa “fazer recordar”, donde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. (...) (Le Goff, 1984, p.95) ” – Yacy-Ara Froner (2013) “Património Arquitectónico: Conceitos Contemporâneos nas Cartas do ICOMOS”, in *Oculum Ensaios – Revista de Arquitetura e Urbanismo*, Campinas, p. 244.

¹⁵⁰ Conferência realizada entre 21 a 30 de Outubro de 1931 em Atenas (Grécia).

¹⁵¹ <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartaDeVeneza.pdf> (acesso em IGESPAR a 17 de Fevereiro de 2014).

morfologicamente o espaço conventual. A *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas* adotada pelo ICOMOS, também conhecida como *Carta de Washington* de 1987¹⁵², defendeu que devem ser adotadas medidas preventivas contra as catástrofes naturais e contra quaisquer perturbações, como por exemplo a poluição e as vibrações, para a conservação das cidades históricas como para a segurança e o bem-estar dos seus habitantes. Estes fatores ganham ainda uma maior pertinência numa cidade como Évora, classificada como Património Mundial desde 1986.

Também a *Carta da Vila Vigoni* sobre a Conservação dos Bens Culturais Eclesiásticos¹⁵³, destaca as manifestações de poluição atmosférica e a degradação ambiental, como um meio de ação negativa na proteção dos bens culturais eclesiais, sendo também essencial pensar a relação entre os espaços livres e a envolvente da edificação.

Quanto à *Carta da Cracóvia*¹⁵⁴, propõe “recuperar a memória”, apoiando os seus princípios nas ações de conservação, restauro e manutenção. Assim sendo, destacaremos alguns dos princípios desta Carta:

“(...) A intenção de conservação de edifícios históricos e monumentos, estando estes em contextos rurais ou urbanos, é manter a sua autenticidade e integridade, incluindo os espaços internos, o mobiliário e a decoração de acordo com a sua configuração original. (...) A conservação do património cultural deve ser uma parte integral dos processos de planificação e gestão de uma comunidade, e pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, económico e social desta comunidade. (...)”

2. Propriedade e tutela do edifício

Como atrás referimos, essa tutela é repartida. O primeiro piso do antigo convento ocupado pelos Serviços Académicos da Universidade de Évora é da tutela do Ministério da Educação e Ciência desde 1992. Quanto ao rés-do-chão, utilizado para as instalações da Escola Primária de S. Mamede, é da tutela do Ministério da Educação, exceto o refeitório da Escola que é propriedade da Câmara Municipal de Évora.

¹⁵² Carta de Washington, adotada pela Assembleia Geral do ICOMOS em Washington D.C. em Outubro de 1987.

¹⁵³ Nos dias 27 e 28 de Fevereiro e 1 de Março de 1994, realizou-se em Villa Vigoni (Lago de Como) um encontro promovido pelo Secretariado da Conferência Episcopal Alemã e pela Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja sob o tema “*A conservação do património cultural como dever do Estado e da Igreja*”.

¹⁵⁴ Cracóvia, Polónia, 26 de Outubro de 2000.

Quanto à Cerca do antigo convento, foi comprada pela empresa Porta Larga aos Duques de Cadaval (propriedade privada) para a construção de loteamentos privados.

3. A salvaguarda e a valorização de espaços com funções religiosas iniciais: apresentação de alguns exemplos

Existem muitas casas monástico-conventuais que foram convertidas em espaços de hotelaria e restauração, como por exemplo, o mosteiro de S. Martinho de Tibães. No entanto, estes espaços religiosos também têm vindo a ser reutilizados para outros fins: o convento de Sta. Clara-a-Velha (Coimbra) foi convertido em Centro de Interpretação.

O mosteiro de S. Martinho de Tibães, Casa-mãe da Ordem de S. Bento, potencializou-se através do desenvolvimento de atividades e experiências que promovem o conhecimento do passado, a preservação do Património Cultural, a sensibilização para a cultura e para as artes, através de exposições, eventos e atividades.

Para além desta valorização, o mosteiro foi alvo de três fases de intervenções com o objetivo de recuperar a arquitetura original: a 1ª fase foi entre 1994 e 2001; a 2ª fase entre 1999 e 2006 e a última entre 2005 e 2009¹⁵⁵. A maioria destes espaços do mosteiro são utilizados para fins turísticos (o Museu) mas também para área da hotelaria e da restauração.

Devido à tentativa fracassada de fazer regressar os beneditinos à sua antiga Casa-mãe, fez-se um acordo entre o Ministério da Cultura e a Diocese de Braga para que se encontrasse uma Congregação para gerir as novas instalações. A opção recaiu sobre as Trabalhadoras Missionárias da Imaculada, uma comunidade fundada pelo francês Marcel Roussel-Galle, pouco tempo depois da Segunda Guerra Mundial. Os mais de trinta grupos espalhados pelos cinco continentes dedicam-se ao trabalho nos restaurantes, em *guesthouses*¹⁵⁶, infantários, residências para estudantes universitários, mas também fazendo serviço domiciliário junto de comunidades pobres ou em hospitais.

¹⁵⁵ “A terceira fase de recuperação, (...) incidiu sobre a ala sul do mosteiro e o claustro do refeitório. As estruturas originais, praticamente em ruínas, foram aproveitadas ao máximo, para dar lugar a uma hospedaria, um restaurante e um centro de estudos de ordens monásticas.” – Lucília Monteiro (9/09/10), “Pedaço de Céu”, in *Visão*, dir. de Pedro Camacho, p. 55.

¹⁵⁶ Semelhantes às albergarias.

Quanto ao mosteiro de Sta. Clara de Coimbra, foi fundado em 1283 por iniciativa de D. Mor Dias, uma senhora nobre que se encontrava recolhida no mosteiro de S. João das Donas anexo ao mosteiro masculino de Santa Cruz. Esta fundação originou graves conflitos que determinaram a extinção do mosteiro no ano de 1311. Entretanto, a Rainha Sta. Isabel, esposa do Rei D. Dinis, decidiu reinstalar as clarissas em Coimbra, obtendo a licença da Santa Sé a 10 de abril de 1314. Três anos depois, instalaram-se no mosteiro as primeiras religiosas de Zamora, embora as obras continuassem por mais de uma década, sendo o novo templo sagrado só em 1330 pelo Bispo de Coimbra, D. Raimundo.

Como se situava perto das margens do rio Mondego, o mosteiro foi alvo de muitas cheias, tornando difíceis as condições de vida da comunidade monástica, que se viu obrigada a reformar o mosteiro e alterar os pavimentos. Para terminar com esta situação, o Rei D. João IV, ordenou a construção de um novo mosteiro num ponto mais elevado da cidade de Coimbra, para a qual as religiosas se transferiram em 1677.

A primitiva Casa religiosa passou a ser designada de Sta. Clara-a-Velha. Foi transformada em exploração agrícola, o mosteiro inundado e soterrado, entrou em degradação, chegando ao século XX no estado de ruína. Para a recuperação deste espaço, houve uma profunda intervenção arqueológica e de resgate às águas, que permitiu a criação de um Centro de Interpretação, inaugurado em 2009.

4. Proposta para o Convento de Santa Mónica de Évora

O antigo espaço conventual agostiniano feminino eborense, alvo de poucos estudos, motivou-nos para a elaboração do presente trabalho no sentido de apresentar uma proposta fundamentada visando valorizar e salvaguardar o seu Património histórico e artístico.

Uma das propostas de valorização e salvaguarda do Património conventual incide num roteiro que abrange o Património móvel e documental do antigo convento, que após a secularização foi disseminado por diversas instituições da cidade.

A outra proposta será o aproveitamento de duas salas para a criação de um Centro de Interpretação e de Documentação, com a designação de CID/CSM. Uma dessas salas será dividida em duas partes: uma será reaproveitada para um pequeno

auditório e a outra para atividades integradas no Roteiro. A outra sala será reutilizada para exposições temporárias de objetos sagrados de todos os conventos e mosteiros da Ordem de Santo Agostinho do distrito de Évora.

4.1. Roteiro do património móvel do Convento: visitar documentação escrita, iconográfica e artística do convento

A proposta de um Roteiro do património móvel do convento de Santa Mónica tem como objetivo tornar mais visível a identidade histórica e artística do património móvel do antigo convento; proteger e salvaguardar os aspetos materiais do património religioso, com vista a salvaguardar no edifício os ainda existentes vestígios conventuais e oferecer ao público novas possibilidades de lazer, fomentado o turismo cultural de Évora, Cidade Património Mundial.

Durante a verificação da documentação escrita, iconográfica e artística do convento, deparámo-nos com um espólio bastante diversificado, tais como mobiliário, pintura, escultura, talha dourada e documentação manuscrita¹⁵⁷. Hoje uma minoria desse espólio, sobretudo pintura, escultura e documentação, integra-se nas coleções do Museu Regional de Évora, na do Museu de Arte Sacra (junto à Sé Catedral de Évora) na do Arquivo Regional de Évora e na da Biblioteca Pública de Évora. No entanto, grande parte desse espólio foi transferido para a igreja vizinha de S. Mamede e para a igreja do antigo convento de S. Francisco.

O Roteiro que nos propusemos será destinado a todas as faixas etárias, portanto tem que ser adaptado de forma a ser perceptível às diferentes idades. Durante a visita sugerida no Roteiro, os participantes serão acompanhados por um/a monitor/a, devidamente selecionado para esse propósito, que os guiará nos diferentes espaços, e destacará os objetos do convento durante a visita. Esta visita decorrerá nas últimas Segundas-Feiras de cada mês, e só se concretizará consoante as condições climatéricas, dado que têm que ser feitas deslocações a pé até aos espaços físicos onde se encontra o espólio do antigo convento.

¹⁵⁷ O roteiro pode ainda ser complementado pelo património documental existente na Biblioteca Pública de Évora e no Arquivo Distrital de Évora, sobretudo para especialistas na Ordem agostiniana, para este complemento particularmente no que à Biblioteca Pública de Évora respeita, cf. Anexo 9 – Tabela 3 – Biblioteca Pública de Évora: Fontes para o estudo do Convento de Santa Mónica de Évora, p. xxviii.

Para além disso, os mais novos, terão oportunidade de participar em atividades relacionadas com a história do convento e respetivo espólio: a cada mês será atribuída uma temática. Será uma mais-valia para os pais, que enquanto fazem a sua visita ao roteiro, os filhos poderão participar nessas atividades!

Os espaços a serem utilizados para as atividades, será uma das salas do convento, e na maioria das atividades que ocorrerem no Verão, será utilizado o espaço do Claustro, para um maior aproveitamento do ar livre.

Na seguinte tabela, estão as atividades que decorrerão durante o ano. Estas atividades só ocorrem com um número mínimo de participantes (número mínimo: 5 crianças) no grupo dos 4 aos 10 anos e no grupo dos 11 aos 14 anos:

Grupo dos 4 aos 10 anos	Grupo dos 11 aos 14 anos	Mês
<i>“Vamos contar até três!”</i>	<i>“Os três Reis Magos”</i>	Janeiro
<i>“Os três elementos: fogo, água, ar e terra”</i>	<i>“Ouvir as Imagens”</i>	Fevereiro
<i>“O Arco-Íris”</i>	<i>“A biografia das cores”</i>	Março
<i>“Objetos cintilantes”</i>	<i>“O ouro e a prata na Arte”</i>	Abril
<i>“A procura da geometria perdida!”</i>	<i>“A geometria ao teu redor”</i>	Maió
<i>“O Menino Jesus Sorridente”</i>	<i>“Quem foi Púbia Hortênsia de Castro?”</i>	Junho
<i>“S. João, S. João dá cá um balão para eu brincar!”</i>	<i>“Santo António – o Santo ‘namoradeiro’”</i>	Julho
<i>“A botica”</i>	<i>“As ervas medicinais”</i>	Agosto
<i>“O Outono”</i>	<i>“A vindima”</i>	Setembro
<i>“De que cor são as cerejas? E as laranjas e as castanhas?”</i>	<i>“A Virgem e as Cerejas”</i>	Outubro
<i>“Verão de S. Martinho são três dias e mais um bocadinho”</i>	<i>“No dia de S. Martinho, come-se castanhas e bebe-se vinho”</i>	Novembro
<i>“A estrela cadente”</i>	<i>“S. Nicolau – O Pai Natal”</i>	Dezembro

Fonte: elaboração própria (Fevereiro de 2014)

A participação no roteiro e nas atividades, só podem ser realizadas consoante um pagamento:

Faixa etária	Roteiro	Atividades	Descontos
Crianças (dos 0 aos 4 anos)	Gratuito	Gratuito	-----
Crianças (dos 5 aos 12 anos)	Gratuito	Gratuito	-----
Jovens (dos 13 aos 17 anos)	2,50 €	(só até aos 14 anos) 1,25 €	-Portadores de deficiência: Gratuito - Portadores do Cartão Jovem: 50 % (a partir dos 12 anos) - Portadores do comprovativo de morada*
Adultos	3,00 €	-----	-Portadores de deficiência: Gratuito -Portadores do Cartão Jovem: 50 % (até aos 30 anos) -Portadores do comprovativo de morada*
Séniore (igual e superior a 65 anos)	Gratuito	Gratuito	-----

* Com apresentação do comprovativo como reside em Évora (Gratuito)

Fonte: elaboração própria (Fevereiro de 2014)



o de Santa Mónica.


Fonte: Miguel Pedrosa de Lima (1996), *O Recinto Amuralhado de Évora*, Lisboa: Estar Editora



Iniciaremos a visita no Claustro do convento com uma breve história desde a sua fundação até à sua secularização.

Após terminarmos a breve visita pelas antigas instalações do convento, seguimos até à belíssima igreja de S. Mamede de 1302, onde se encontram duas pinturas nas paredes laterais do corredor da igreja. Estas duas pinturas pertenceram outrora ao antigo espólio do convento de Santa Mónica:



Igreja de S. Mamede

	Denominação	<i>A Adoração dos Antigos Reis Magos</i>
	Autor	Antiga Escola da Pintura Portuguesa
	Data	Meados do século XVI
	Suporte	Tábua
	Técnica	Óleo
	Dimensões (cm)	160 cm x 111 cm
	Descrição	<p>Localiza-se na nave da igreja de S. Mamede, é uma das pinturas que pertenceu ao espólio do antigo convento. <i>A Adoração dos Antigos Reis Magos</i> foi pintada a óleo sobre tábua, mede 1,60 m x 1,11m e terá pertencido à Antiga Escola de Pintura Portuguesa. É adornada por uma moldura dourada de estilo barroco-joanino datada do ano de 1740.</p> <p>Pictoricamente, o espetador poderá apreciar no primeiro plano cinco figuras: a Virgem com o Menino Jesus ao colo e os três Reis Magos. A dividir a composição, (do lado direito: A Virgem e o Menino, do lado esquerdo os Três Reis Magos) existe uma coluna de estilo clássico, da ordem jónica e com fuste canelado. No segundo plano, existe edifícios e personagens, na qual desconhecemos a identidade. Finalmente no terceiro e último plano, é representado uma paisagem constituída por arbustos, um monte de grande elevação e uma estrada com pessoas que caminham na direção à Virgem e ao Menino.</p>



	Estado	Em bom estado de conservação
	Denominação	<i>S. Pedro atormentado contempla Cristo na coluna</i>
	Autor	Escola Estremenha de Luís Morales
	Data	Século XVII
	Suporte	Tela
	Técnica	Óleo
	Dimensões (cm)	180 cm x 145 cm
	Descrição	É adornada por uma moldura dourada de estilo barroco-joanino datada de 1740. De tonalidades muito escuras, a composição centra-se na coluna, que acaba por ligar as duas personagens: Jesus e S. Pedro. No segundo plano da composição, no canto superior esquerdo, encontra-se uma figura (cujo o nome se desconhece) na vertical, com as mãos postas como se estivesse a rezar.
	Estado	Em bom estado de conservação
	Denominação	<i>Descida da Cruz</i>
	Autor	Escola Maneirista Eborense
	Data	Século XVII
	Suporte	Tela
	Técnica	Óleo
	Dimensões (cm)	180 cm x 145 cm
	Descrição	Esta pintura tem uma moldura marmoreada de talha dourada. A composição apresenta tonalidades muito escuras, com quatro planos: No primeiro, no canto inferior esquerdo, encontram-se três mulheres: A Virgem Maria, Maria mulher de Cléopas e Maria Madalena. No segundo plano, encontra-se José de Arimateia e Nicodemos a transportar o corpo de Jesus Cristo. No terceiro, são apresentadas quatro figuras, cuja
	Estado	Em bom estado de conservação

		identidade é desconhecida. Além disso, também a cruz e duas escadas são apresentadas neste plano, como símbolo da verticalidade, da ascensão ao Céu. E por último, e não menos importante, a paisagem constituída por planaltos e edificações época.
	Estado	Em bom estado de conservação

Fonte: elaboração própria (Fevereiro de 2014)


Ao terminarmos a visita à igreja de S. Mamede, seguimos para o Museu Regional de Évora, que acolhe o Tríptico da *Virgem com as Cerejas*:



		<i>Museu Regional de Évora</i>
	Denominação	<i>Virgem com o Menino, coroada por Anjos</i> (Tábua central do Tríptico da <i>Virgem com as Cerejas</i>)
	Autor	Discípulo de Pierre Coeck D'Alost
	Data	1530-1535
	Suporte	Tela
	Técnica	Óleo
	Dimensões (cm)	72 cm x 55,5 cm
	Descrição	A composição centra-se na Virgem com o Menino sentado nos seus joelhos. Na parte superior da pintura, de cada um dos lados, dois anjos, virados para o centro, que seguram uma coroa sobre a cabeça da Virgem. O fundo é formado por uma paisagem cuja cor azul vai clareando da parte inferior para a parte superior da pintura.

	Estado	Encontra-se muito degradada.
	Denominação	<i>S. Tiago</i>
	Autor	Discípulo de Pierre Coeck D'Alost
	Data	Século XVI
	Suporte	Madeira
	Técnica	Óleo
	Dimensões (cm)	73 cm x 24 cm
	Descrição	S. Tiago é retratado de corpo inteiro que segura na mão esquerda o bastão de peregrino, o chapéu e uma bolsa. Na mão direita segura um livro contra o peito. O santo, de barba e cabelos castanhos, veste uma túnica vermelha que deixa descoberto os seus pés descalços, e sobre os seus ombros tem um manto azul, que cai até ao chão.
	Estado	Em bom estado de conservação.
		Denominação
Autor		Discípulo de Pierre Coeck D'Alost
Data		1502-1550
Suporte		Madeira
Técnica		Óleo
Dimensões (cm)		73 cm x 24 cm
Descrição		St. António, vestido com o hábito da Ordem de S. Francisco, segura na mão direita um crucifixo de madeira e no esquerdo um livro de capa vermelha. Sobre o livro, encontra-se sentado o Menino Jesus que segura um pintassilgo, ave que simboliza a Paixão de Cristo, e que se pode relacionar com o crucifixo do santo.
Estado		Em bom estado de conservação.

Fonte: elaboração própria (Fevereiro de 2014)

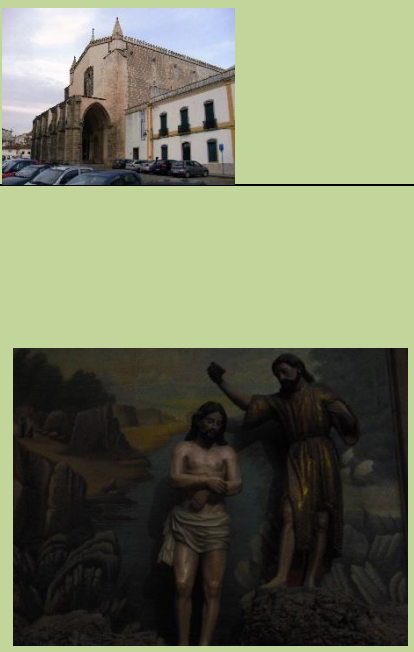
Ao lado do Museu Regional, encontra-se o Museu de Arte Sacra anexo à grande Sé Catedral (igreja de Sta. Maria) de Évora. Este pequeno Museu tem espólios das diversas casas religiosas da cidade, incluindo o convento de Santa Mónica. E aqui que se encontra a famosa miraculosa imagem do *Menino Jesus Sorridente*:

<i>Museu de Arte Sacra</i>		
	Denominação	<i>Menino Jesus Sorridente</i>
	Autor	Autor Desconhecido
	Data	Século XVI
	Suporte	Madeira
	Técnica	Policromado
	Dimensões (cm)	(aprox.) 100 cm de altura
	Descrição	<p>Uma das imagens mais importantes da história do convento é o <i>Menino Jesus Sorridente</i>. Apresenta-se com traços orientalizantes (olhos pequenos em “bico”), com um sorriso, e extremamente rosado nas suas faces. Tem uma coroa adornada com pequenas pérolas e um vestido de veludo verde com flores bordadas a ouro.</p> <p>Na mão direita segura uma esfera que simboliza o Mundo, e a mão esquerda faz o sinal “à maneira grega”, na qual dois dedos aparecem com significados simbólicos, das duas naturezas de Jesus: Divina e Humana.</p>
Estado	Peça superficialmente degradada, nas mãos e no nariz.	
	Denominação	<i>Santo Agostinho</i>
	Autor	Autor Desconhecido
	Data	Século XVII – XVIII

	Suporte	Madeira estofada com folhas de ouro
	Técnica	Policromado
	Dimensões (cm)	(aprox.) 150 cm de altura
	Descrição	Santo Agostinho, fundador da Ordem Regular, é apresentado como Bispo de Hipona (Norte de África). Na cabeça tem uma mitra e as vestes são em tons dourados e pretos. Na mão esquerda tem um coração que simboliza o amor divino, e na direita um ceptro dourado.
	Estado	Bom estado de conservação
	Denominação	<i>Nossa Senhora</i>
	Autor	Autor Desconhecido
	Data	Século XVIII
	Suporte	Tela
	Técnica	Óleo
	Dimensões (cm)	?
	Descrição	Composição que representa o Nascimento de Jesus Cristo. A Virgem é apresentada como se fosse uma rainha do século XVIII: vestuário vermelho com arabescos dourados, com uma peruca branca aos cachos e com uma grande coroa. O Menino dorme no seu leito, e a colcha é igual ao padrão do vestido da Virgem. A ladear estas duas figuras, estão dois anjos com velas, para iluminar o Menino da escuridão. A figura de S. José encontra-se no lado esquerdo da composição, perto da Virgem. Também ele tem uma túnica igual ao vestuário da Virgem e à colcha do Menino.
Estado	Bom estado de conservação	

Fonte: elaboração própria (Fevereiro de 2014)

Terminamos na famosa igreja do convento de S. Francisco. Logo à entrada da nave, do lado esquerdo, situa-se a capela Batismal onde se encontra o conjunto escultórico do *Batismo de Jesus*:

<i>Igreja de S. Francisco</i>		
	Denominação	<i>Batismo de Jesus</i>
	Autor	Autor Desconhecido
	Data	Século XVIII
	Suporte	Madeira e cortiça
	Técnica	Policromado
	Dimensões (cm)	(aprox.) 150 cm de altura
	Descrição	Representação uma cena bíblica: Jesus Cristo é batizado pelo seu primo S. João Batista no rio Jordão. Os dois santos são representados com cabelo comprido e barba. Jesus tem apenas um pequeno rodilho, que lhe tapa as partes íntimas, enquanto S. João Batista veste uma túnica castanha e dourada.
	Estado	Bom estado de conservação.

Fonte: elaboração própria (Fevereiro de 2014)

4.2. O Centro de Interpretação e Documentação (CID/CSM)

a) Porquê um Centro de Interpretação e de Documentação?

Como recurso indispensável ao desenvolvimento do Turismo, o Património necessitou ser explicado ao visitante. Quando se fala de interpretação do Património, está-se a referir ao modo como a história, as tradições, os artefactos, a arte, entre outros, são apresentados, seja num Museu ou numa atração patrimonial como o antigo convento

de Santa Mónica. Assim, o principal objetivo de um Centro de Interpretação é aumentar a compreensão do património e a sua respetiva preservação¹⁵⁸.

A ideia da criação de um Centro de Interpretação e Documentação no antigo convento de Santa Mónica foi devido à disponibilidade de duas salas vazias no espaço conventual. Essa reutilização desses espaços para novas funções (eventos e exposições), determinaria uma maior preservação, conservação e valorização por parte da comunidade eborense e turística, das antigas instalações conventuais e do respetivo espólio.

O CID/CSM (Centro de Interpretação e de Documentação do Convento de Santa Mónica) fica localizado na freguesia de S. Mamede em pleno coração da cidade de Évora, numas antigas salas instalações do convento de Santa Mónica. O Centro de Interpretação e Documentação, visa promover, de modo interativo, lúdico e inclusivo, a história do convento de Santa Mónica, a partir de exposições temporárias sobre o espólio dos antigos conventos da Ordem de Santo Agostinho da região; conferências e colóquios relacionados com a Arte, História das Religiões, Arqueologia, Teologia e Documentação manuscrita (disponibilizada na Biblioteca Pública de Évora e no Arquivo Distrital de Évora); um Roteiro que alberga em parte do espólio que terá sido integrado em várias instituições públicas e privadas (Arquidiocese) de Évora.

b) Porquê interativo, lúdico e inclusivo?

O CID/CSM terá uma sala de exposições temporárias, apostando em tecnologias inovadoras: uma mesa muti-toque (que pode ser utilizada através de múltiplos toques em simultâneo no ecrã), onde se encontra digitalmente um livro sobre a história do convento de Santa Mónica.

As peças que irão integrar-se na exposição temporária, serão colocadas dentro de vitrinas informativas, onde as peças podem ser vistas, sem correrem qualquer risco de degradação (fatores externos e internos: toque, humidade (respiração humana) iluminação...) ou até mesmo de vandalização, tendo em conta que os vidros das vitrinas são anti-vandálicos. Estas vitrinas detetam a posição onde o utilizador toca e consequentemente são apresentadas num monitor lateral as informações e imagem do

¹⁵⁸ João Costa, Patrícia Martins, “A Interpretação do Património e o Turismo”, in *O Algarve: A Interpretação do seu Património Arqueológico*, coord. de Alexandra Rodrigues Gonçalves, Faro: Universidade do Algarve: Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo, p. 15.

respetivo objeto. A este tipo de tecnologia, designada de tecnologia capacitiva, responde ao toque, pois aposta no uso de uma película constituída por micro filamentos elétricos que respondem às cargas elétricas que transmitimos quando tocamos.

Quanto à inclusividade do CID/CSM, permite que os deficientes (invisuais e motores) adiram ao Centro de Interpretação e Documentação como as pessoas sem qualquer problema visual ou motores. Instalar-se-ão no Centro rampas (em vez de utilização de escadas) de acesso a cada sala, para visitantes com problemas motores. Quanto ao acesso físico da pessoa deficiente visual, também é proporcionado mediante um gravador portátil disponível ao visitante na receção do Centro de Interpretação cuja informação se reporta à descrição do recinto expositivo (nas exposições temporárias e no próprio Roteiro)¹⁵⁹. O acesso à informação também é facultado de uma forma económica, prática e lúdica dado que o Centro adquirirá uma máquina de *Swell Paper*¹⁶⁰, possuindo ainda um programa informático do Microsoft Word com o tipo de letra em *Braille*¹⁶¹.

c) A Sala de Atividades

A sala de atividades é adaptada para um espaço dedicado aos mais pequenos. É um espaço com mesas móveis (que podem ser transportadas para qualquer espaço), e com um espaço de multimédia com quatro computadores portáteis que podem ser utilizados perante a autorização do/a monitor/a. Também será disponibilizado um equipamento de nome *Mimio*, isto é, um quadro interativo que projeta diretamente a imagem na parede, sem a utilização qualquer tipo de suporte (por exemplo a tela). Podemos interagir com esse “quadro” a partir de uma caneta interativa do *Mimio*, sem haver o risco de danificar a parede.

Para além disso, também será necessário outros tipos de materiais para a realização das respetivas atividades:

- Papel cavalinho;

¹⁵⁹ Patrícia Isabel Sousa Roque Martins (2008), *A Inclusão pela Arte: Museus e Públicos com deficiência visual*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Museografia pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa: Lisboa.

¹⁶⁰ Este tipo de papel é composto por micro-cápsulas de álcool que incham em contato com o calor.

¹⁶¹ Braille é um sistema de leitura para cegos, que é utilizado o tato. Foi inventado pelo francês Louis Braille, em 1827, em Paris.

- Papel de impressão de várias gramagens;
- Papel vegetal;
- Papel de lustro;
- Canetas de filtro/ Lápis de cor/ Lápis de cera/ Aguarelas/ Guaches;
- Materiais reciclados;
- Outros

d) O Auditório

Um dos espaços será reaproveitado para um auditório. Esse espaço terá um retroprojetor de grande capacidade de projeções, e um anfiteatro com a capacidade para cerca de 60 pessoas. Neste espaço poderá ocorrer Colóquios, Conferências e Workshops sobre Pintura, Escultura Arquitetura e sobre as Artes Menores. Também poderá ocorrer sobre História (incluindo a História das Religiões), Arqueologia (sobre as escavações arqueológicas realizadas na cerca do convento), Teologia e sobre a documentação manuscrita do antigo convento de Santa Mónica.

e) Sala de Exposições Temporárias

A sala de exposições temporárias, de pequenas dimensões, tem como objetivo divulgar o Património móvel e imóvel da Ordem de Santo Agostinho presente no distrito de Évora. Isto é, a temática das exposições temporárias incidirá em objetos que outrora pertenceram às Casas religiosas da *Regra de Santo Agostinho*, como o convento de Nossa Senhora das Mercês (Évora), o convento de Nossa Senhora da Graça (Évora), o mosteiro de Santa Cruz e Luz (Vila Viçosa), o convento de Santo Agostinho (Vila Viçosa), o convento de Nossa Senhora da Consolação (Estremoz), o convento de Nossa Senhora da Conceição (Montemor-o-Novo), o convento de Nossa Senhora da Orada (Monsaraz), e o convento de Nossa Senhora do Alcance (Mourão).

Para visitar a exposição temporária tem que se fazer um pagamento consoante a faixa etária:

Faixa etária	Exposição Temporária	Descontos
Crianças (dos 0 aos 4 anos)	Gratuito	-----
Crianças (dos 5 aos 12 anos)	Gratuito	-----
Jovens (dos 13 aos 17 anos)	2,00 €	-Portadores de deficiência: Gratuito - Portadores do Cartão Jovem: 50 % (a partir dos 12 anos)
Adultos	2,50 €	-Portadores de deficiência: Gratuito -Portadores do Cartão Jovem: 50 % (até aos 30 anos)
Séniore (igual e superior a 65 anos)	Gratuito	-----

Fonte: elaboração própria (Março de 2014)

f) Meios de divulgação e patrocinadores:

Para a divulgação haverá um *website* e folhetos que serão distribuídos pelas diversas instituições culturais do distrito de Évora. Os apoios para a realização deste Centro serão benéficos e vantajosos, vindos da Arquidiocese de Évora, da Câmara Municipal de Évora, do Ministério da Cultura, do Turismo de Portugal e da Direção Geral do Património Cultural.

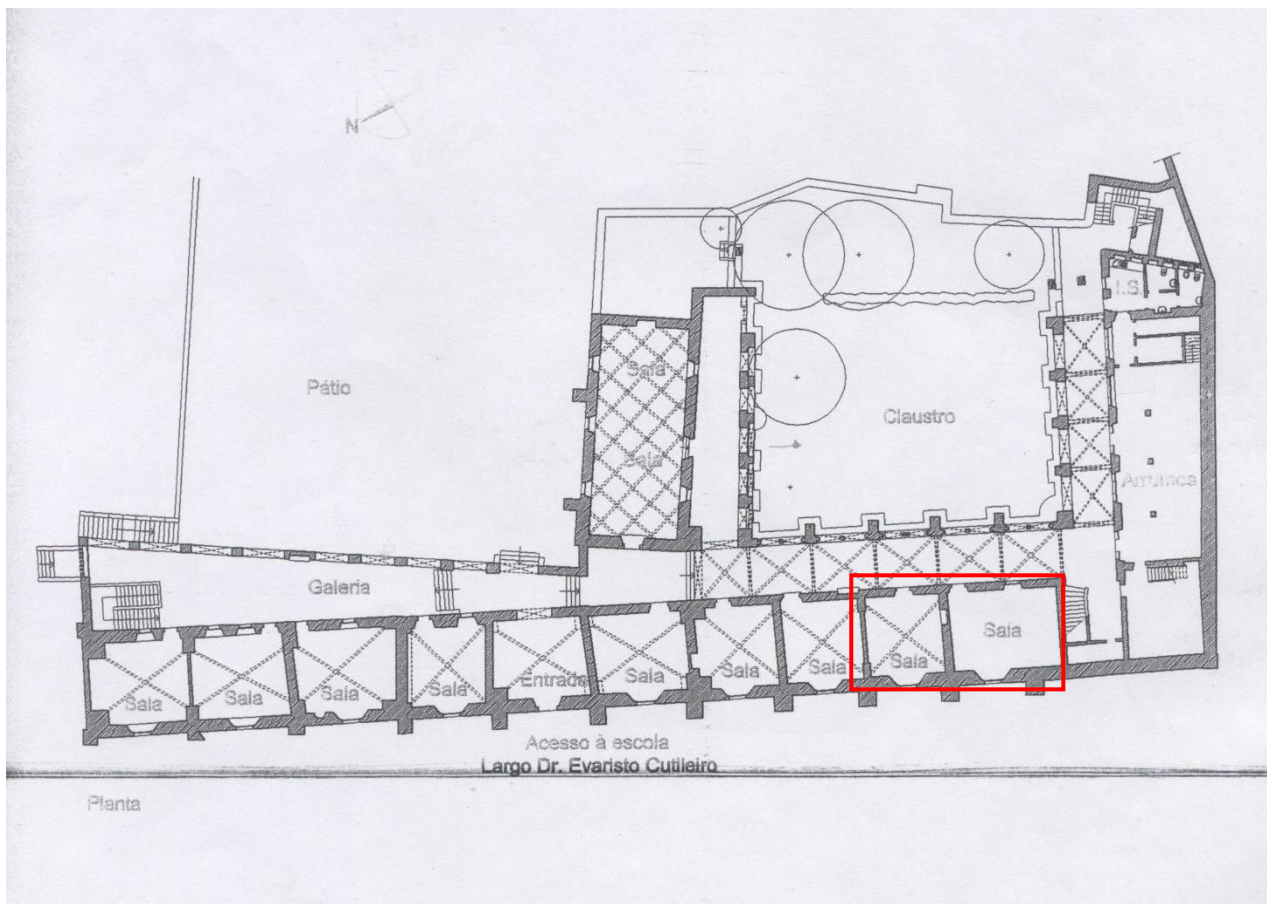


Fig. 44 Localização espacial das duas salas do antigo convento de Santa Mónica.
Fonte: Elsa Caeiro (2005), *Os Conventos do Termo de Évora*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Universidade de Sevilha: Escola Técnica Superior de Arquitectura, p. 161.

Considerações Finais

Em virtude dos fatos mencionados, concluímos que a investigação mais aprofundada para esta dissertação foi imprescindível para uma melhor abordagem do contexto histórico do convento, da *Regra* da casa religiosa e finalmente para o objetivo final: a salvaguarda e a valorização do antigo espaço Claustal e do seu respetivo espólio.

As casas dos cónegos da Ordem de Santo Agostinho, um dos primeiros ramos da Ordem a surgir em território português, instalaram-se sobretudo na zona Norte de Portugal. Porquê? A resposta a esta pergunta é simples: com as invasões muçulmanas na Península Ibérica iniciadas a partir do ano de 711, escaparam visigodos para o Norte da Península, mais propriamente para as Astúrias. A partir desse pequeno território, os cristãos (hispano-godos e lusitano-suevos) acantonados nas serranias do Norte e Noroeste da Península Ibérica, foram gradualmente formando novos Reinos, que se estenderam para o Sul: os Reinos de Castela e Leão (de onde derivou mais tarde, o Condado Portucalense e, subsequentemente Portugal) e Aragão.

Com cristianizaram esses territórios do Norte da Península Ibérica? Através da introdução igrejas e Casas religiosas dependentes de uma Ordem Mendicante. É importante salientar, que antes das invasões muçulmanas já tinha sido introduzido os ditames da *Regra de Santo Agostinho*, isto é, os primeiros aderirem, foram os Cónegos Regrantes da Ordem de Santo Agostinho.

Assim, também é importante salientar que a primeira Casa religiosa a ser instalada em território português foi o mosteiro de S. Salvador de Grijó de *Gale* ou *Cale* (Vila Nova de Gaia) dos Cónegos Regrantes da Ordem de Santo Agostinho, em 922, vindo só adotar o hábito da *Regra de Santo Agostinho* em 938, persistindo esta Casa religiosa até à extinção das Ordens religiosas.

Quanto ao convento de Santa Mónica de Évora, foi a primeira Casa feminina do ramo dos Eremitas Calçados a surgir em Portugal, tendo em conta que já existia uma Casa religiosa feminina em território português: o convento de S. João das Donas da Congregação de Santa Cruz (Coimbra), das Cónegas Regrantes.

Do convento em estudo, concluiu-se que existe pouca informação gráfica da antiga traça do edifício. As plantas, que retratariam muito bem a sua arquitetura original, desapareceram, persistindo até aos nossos dias a planta do atual edifício (Escola Primária de S. Mamede e Serviços Académicos da Universidade de Évora), que

a arquiteta Elsa Caeiro utilizou para a sua Dissertação de Doutoramento em Arquitetura, intitulada *Os Conventos do Termo de Évora*. Embora não consigamos obter essa informação gráfica que seria importante para completar este estudo, conseguimos obter através do Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora, três películas fotográficas. Destacarei uma delas, pelo simples facto de retratar a igreja do convento de Santa Mónica, com o portal ladeado por volutas e rematado por um enorme corpo quadrangular, que poderá ter sido utilizado mais tarde para a Corporação de Bombeiros. No entanto, as descrições de Túlio Espanca e Gabriel Pereira que relatavam concisamente o estilo artístico desse templo, infelizmente já não persistem nessa fotografia. Também o Instituto de Informação para o Património Arquitetónico do Forte de Sacavém disponibilizou no *website* um espólio fotográfico do antigo convento, onde se destaca uma delas, a de parte do edifício enquanto Escola do Magistério Primário, uma das instituições a ser instalada na antiga estrutura conventual em 1942. Nesta fotografia vê-se claramente que o portal da igreja ainda existia, e para facilitar o acesso, abriu-se o portal principal com escadaria, que ainda hoje existe para dar acesso aos Serviços Académicos da Universidade de Évora.

Quanto ao registo fotográfico conseguido aquando da visita ao espaço, concluímos que onde se encontram mais vestígios arquitetónicos do convento é no rés-do-chão. A portaria dá acesso a um espaço quadrangular, que corresponde ao Claustro. Este espaço é o que conserva mais vestígios arquitetónicos: as colunas, as abóbadas e a própria estrutura do Claustro, que definem a verdadeira função inicial deste espaço.

Perante esta realidade, uma questão fulcral se impõe: Porquê a valorização e salvaguarda deste espaço, que apenas conserva alguns vestígios da sua função inicial, e que tantas adulterações conheceu ao longo da história?

No decorrer da Dissertação, apercebi-me que a maior parte da comunidade se limita a olhar para o convento de Santa Mónica como se fosse um edifício contemporâneo construído de raiz para as instalações da Escola Primária de S. Mamede e para os Serviços Académicos da Universidade de Évora. Uma das primeiras falhas de divulgação deste “espaço religioso” foi a falta de sinalização interpretativa, como vemos por exemplo, no convento de Nossa Senhora da Graça, que está devidamente identificado com uma pequena síntese histórica. Por outro, o pouco que resta da antiga estrutura, só um público informado o consegue identificar como sendo um convento.

Assim, a proposta de salvaguarda e valorização do Património apresentada, especialmente a dedicada ao aproveitamento de duas salas para a criação de um Centro

de Interpretação e Documentação, pretende informar e divulgar não só acerca da função primacial do conjunto como do seu Património móvel à comunidade escolar, turística e académica.

A proposta complementa-se com o Roteiro, que, além de sublinhar o Património móvel que pertenceu à comunidade agostinha feminina, acaba por mobilizar os visitantes para outros espaços culturais e religiosos (Museus e igrejas) da cidade, apostando no seu entendimento também em termos de evolução da malha urbana e do papel fulcral que aí tiveram as instituições conventuais da cidade.

Fontes

Manuscritas

Arquivo Distrital de Évora (A.D.E.)

- ❖ COSTA, José da (1794-1809) Manuscrita do cartório notarial de Évora – Convento de Santa Mónica de Évora, nº 1182
- ❖ Manuscrita do cartório notarial de Évora – Convento de Santa Mónica de Évora
- ❖ RODRIGUES, Manuel (1621), Manuscrita do cartório notarial de Évora – Convento de Santa Mónica de Évora, nº 391

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.)

Escrituras

- ❖ Reforma das Gavetas, Gav. nº 2, Maç nº 11, nº 20

Extinção

- ❖ Ministério das Finanças, Convento de Santa Mónica de Évora, cx. 1922
- ❖ Ministério das Finanças, convento de S. José de Évora, cx. 1930, capilha 2

Biblioteca Pública de Évora (B.P.E.)

Inventário das peças do convento de Santa Mónica

- ❖ Fundo do Convento de Santa Mónica, *Livro das obrigações deste convento de Santa Monica desta cidade de Evora, inventario das pessas da sanchristia do mesmo reformado em nove de Novembro de 1652 Annos, Evora, nº 48*

História do convento de Santa Mónica

- ❖ *Convento de Santa Mónica – Séculos XVII-XVIII, códice CXXXII/nº13*
- ❖ *Évora Illustrada, com noticias antigas e modernas sagradas e profanas. Manuscrito, contem e dá as noticias de todos Conventos de Relegiozas e Religiozos, Recolhimntos Collegios e Comunidades de Molheres, Meninas e Meninos. Ajuntase a Sancta Caza da Caza da Mizericordia, e os Hospitales, Freguesias e Hermidas, que há na Cidade e seu Termo, Tomo IV, BDA – 01 (2) MF04 – Códice CXXX/nº1 – 11*

Testamentos

- ❖ Fundo Manizola, “Transladado de carta régia relativa a determinações do testamento da rainha D. Catarina, solicitado pelas freiras do mosteiro de Santa Mónica de Évora” – *Cartas Régias*, Códice CCCXVII, nº 24
- ❖ Fundo Manizola (1679), “Santa Monica d’Evora”, Códice XIX
- ❖ Fundo Manizola, “Santa Monica d’Evora”, Códice LXXVI, nº 15
- ❖ Fundo Manizola, “Santa Mónica d’Evora”, Códice LXXXII, nº 9

Impressas

Biblioteca Pública de Évora (B.P.E.)

- ❖ FONSECA, Padre Francisco da, (1728), “Evora Gloriosa parte quarta. Evora Religiosa. Conventos de Evora suas fundações e progressos: Varões ilustres, que nelles floreceraõ. Mosteyro de S. Monica”, in *Evora Gloriosa – Epilogo dos quatro Tomos da Evora Illustrada, que compoz o R.P.M Manoel Fialho da Companhia de JESU*, Roma: Officina Komarekiana
- ❖ PURIFICAÇÃO, Frei António da (1642), *Chronica da Antiquissima Provincia de Portugal, da Ordem dos Eremitas de S. Agostinho Bispo de Hippônia, e principal Doutor da Igreja*, Parte Officina de Domingos Lopes Rosa, Parte Primeira

Biblioteca da Universidade de Évora (B.U.E.)

- ❖ FRANCO, Padre António (1945), “Capítulo II – Convento de Santa Mónica, chamado de Menino Jesus de Freiras de Santo Agostinho, fundado no ano de 1421”, in *Évora Illustrada – Extraída da obra do mesmo nome do Padre Manuel Fialho*, Évora: Edições Nazareth

Bibliografia

Instrumentos Auxiliares

- ❖ AA.VV (2010), “Agostinhos”, in *Dicionário Histórico das Ordens – Institutos Religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal*, dir. de José Eduardo Franco, Lisboa: Gradiva Publicações, 1ª edição
- ❖ AA.VV, *Enciclopedia Vniversal Ilvstrada – Evropeu-Americana*, Madrid: Espasa-Calpe, S.A., Tomo III
- ❖ AA.VV, “Vicariato”, in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada, Vol. XXXV
- ❖ ALONSO, Carlos (2006), “Agostinhos”, in *Dicionário de história religiosa de Portugal*, dir. por Carlos Moreira Azevedo, Lisboa: Temas e Debates, Vol. I
- ❖ MARTÍNEZ, Hipólito (1980), “Agostinhos: 1. Eremitas de Santo Agostinho”, in *Dicionário da História da Igreja em Portugal*, dir. de António Alberto Banha de Andrade, Lisboa: Editorial Resistência, Vol. I
- ❖ COSTA, Avelino de Jesus da (1981), “Agostinho, Ordem de Santo”, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, Porto: Livraria Figueirinhas, Vol. I
- ❖ FONTES, João Luís Inglês (2010), “1 – Origem da Ordem sua organização e textos normativos”, in *Dicionário Histórico das Ordens – Institutos Religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal*, dir. de José Eduardo Franco, Lisboa: Gradiva Publicações, 1.ª edição
- ❖ GERHARDS, Àgnes (1998), “AUGUSTINS (ermites de Saint Augustin)”, in *Dictionnaire historique des ordres religieux*, Fayard
- ❖ IDEM (1998), “AUGUSTIN (saint), 354-430.”, in *Dictionnaire historique des ordres religieux*, Fayard
- ❖ LEMAÎTRE, Nicole; QUINSON, Marie-Thérèse; SOT, Véronique (1999), *Dicionário Cultural do Cristianismo*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1.ª edição
- ❖ MOURRE, Michel (1998), “Protestantismo”, in *Dicionário de História Universal*, Boavista: Edições Asa, Vol. III

- ❖ MATTOSO, José (2008), “Premonstratenses”, in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa: Editorial Verbo, Vol. XV

Convento de Santa Mónica

- ❖ AA.VV (2001/2002), *Cerca de Santa Mónica – Évora, Relatórios dos trabalhos arqueológicos*, ARKHAIOS: Profissionais de Arqueologia e Paisagem, Lda.
- ❖ ALMEIDA, Fortunato de (2011), “Convento de Santa Mónica”, in *Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal (1256-1834) – Edição da Coleção de Memórias de Fr. Domingos Vieira*, OESA, Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa/ Universidade Católica Portuguesa, Vol. VIII
- ❖ CAEIRO, Elsa (2005), *Os Conventos do Termo de Évora*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Universidade de Sevilha: Escola Técnica Superior de Arquitectura: Sevilha, Vol. I
- ❖ D’ALMEIDA, Fialho (1924), “Em Evora”, in *Estancias d’Arte e de Saudade*, Lisboa: Livraria Clássica Editora, Vol. I
- ❖ ESPANCA, Túlio (1966), “Convento de Santa Mónica (Escola do Magistério Primário) ”, in *Inventário Artístico de Évora – Concelho de Évora*, Lisboa: Academia de Belas-Artes, Tomo VII, Vol. I
- ❖ IDEM (1973), “Destroçar do Mosteiro de Santa Mónica de Évora”, in *Cadernos de História de Arte Eborense – Destroçar do Mosteiro de Santa Mónica de Évora, a Comenda de Vera Cruz de Marmelar, Real Convento de S. Francisco de Estremoz, Figuras Gradadas, Casario Antigo do Arruamento de Vila Viçosa*, Évora: Livraria Nazareth, Vol. XXIX
- ❖ PEREIRA, Gabriel (1934), “As Caudas das Freiras”, in *Estudos Diversos – Arqueologia, História, Arte, Etnografia*, Coimbra: Imprensa da Universidade
- ❖ QUEIMADO, José Manuel (1975), “O Convento de Santa Mónica”, in *Évora suas Ruas e seus Conventos – Uma Achega para a História de Évora*, Évora: Edição de Autor

Ordem de Santo Agostinho

- ❖ ALMEIDA, Fortunato de (1910), “58. Cónegos regrantes de Santo Agostinho”, in *História da Igreja em Portugal*, Coimbra: Imprensa Académica, Tomo I
- ❖ IDEM (1967), “Eremitas calçados de Santo Agostinho”, in *História da Igreja em Portugal*, Porto: Portucalense Editora, Vol. II

- ❖ ARAÚJO, António de Sousa (2006), “Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho”, in *Ordens Religiosas em Portugal – Das Origens a Trento – Guia Histórico*, dir. de Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa: Livro Horizonte, 2.^a edição
- ❖ AZEVEDO, Carlos Alberto Moreira (2011), “As origens da Ordem”, in *Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal (1256-1834) – Edição da Coleção de Memórias de Fr. Domingos Vieira*, OESA, Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa/ Universidade Católica Portuguesa, Vol. VIII
- ❖ IDEM (2011), “Breve panorâmica da vida monástica, no território português, anterior à chegada da regra beneditina”, in *Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal (1256-1834) – Edição da Coleção de Memórias de Fr. Domingos Vieira*, OESA, Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa/ Universidade Católica Portuguesa, Vol. VIII
- ❖ IDEM (2011), “Catálogo dos Priores Provinciaes”, in *Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal (1256-1834) – Edição da Coleção de Memórias de Fr. Domingos Vieira*, OESA, Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa/ Universidade Católica Portuguesa, Vol. VIII
- ❖ CAEIRO, Francisco da Gama (1973), “A assistência em Portugal no século XIII e os Cónegos regrantes de Santo Agostinho”, in *A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*. Actas –1.^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, Lisboa
- ❖ DONINI, Ambrogio (1980), “As duas cidades de Santo Agostinho”, in *História do Cristianismo – Das Origens a Justiniano*, Lisboa: Edições 70, Vol. X
- ❖ FERNANDES, Aires Gomes (2011), *Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho no Norte de Portugal em finais da Idade Média: dos alvares de trezentos à congregação de Santa Cruz*, Dissertação de Doutoramento em Letras pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: Coimbra
- ❖ GOMES, Saul António (2000), “A religião dos Clérigos: vivências espirituais, elaboração doutrinal e transmissão cultural. Doutrina e Cultura Cristãs. Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho”, in *História Religiosa de Portugal*, dir. por Carlos Moreira Azevedo, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Vol. I
- ❖ PIERRARD, Pierre (1992), “Os três pólos do humanismo cristão: Ambrósio, Jerónimo, Agostinho”, in *História da Igreja Católica*, Lisboa: Planeta Editora
- ❖ SILVA, Severino Emanuel Cruz da (2003), *O convento de São João Novo dos Eremitas de Santo Agostinho, Instituição, Património e Arte na cidade do Porto*,

Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto

Outros estudos

- ❖ AA.VV (2007), *Évora Desaparecida – Fotografia e Património 1839...1919*, Évora: Câmara Municipal de Évora/ CIDEHUS/ Centro de História de Arte
- ❖ ABREU, Laurinda, *Hospício e Irmandade de Nossa Senhora da Piedade: uma experiência de reclusão e controlo de pobres em Portugal* - <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4877.pdf> acesso na Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- ❖ ALMEIDA, Tereza Caillaux de (2010), “Capítulo I – Os Factos Históricos – 1.2.1. El Rei Junot”, in *Memória das ‘Invasões Francesas’ em Portugal (1807-1811) – Uma perspectiva inovadora no bicentenário da GUERRA PENINSULAR*, Lisboa: Ésquilo
- ❖ BRAGA, Paul Drumond (2002), “Reformar antes que fosse tarde”, in *D. João III*, Lisboa: Hugh Editores
- ❖ BRANCO, Maria João Violante (2005), “A morte do rei e reio morto: epílogo para um rei que já depois de morto ainda era tratado como se estivesse vivo. Da confusão sobre o dia da morte às recomendações pontifícias ao rei morto”, in *D. Sancho I – O Filho do Fundador*, colecção Reis de Portugal, dir. por Roberto Carneiro, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Vol. II
- ❖ CARVALHO, Maria do Rosário Salema de (2006), “Igreja de São Salvador (matriz de Moreira) e convento (de regantes de Santa de Coimbra)”, in *Portugal Património – Viana do Castelo, Braga, Porto*, coord. Por Duarte Álvaro de Almeida, Duarte Belo, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Vol. I
- ❖ CONDE, Maria Antónia Marques Fialho Costa (2004), *Cister a Sul do Tejo: o mosteiro de S. Bento de Cástris e a Congregação Autónoma de Alcobaça (1567-1776)*, Dissertação em História apresentada à Universidade Évora, Évora
- ❖ DINIS, Beatriz Susana Baptista (2012), *Convento de Santo António de Portalegre – Uma Proposta de Valorização*, Dissertação do Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural apresentada à Universidade de Évora: Évora

- ❖ ESPANCA, Túlio (1973), “Convento de Nossa Senhora do Paraíso”, in *Cadernos de História de Arte Eborenses*, Évora: Livraria Nazareth, Vol. XXVII
- ❖ IDEM (1966), “Convento de Santa Helena”, in *Inventário Artístico de Évora – Concelho de Évora*, Lisboa: Academia de Belas-Artes, Tomo VII, Vol. I
- ❖ IDEM (1973), “Convento de Nossa Senhora do Paraíso”, in *Cadernos de História de Arte Eborenses*, Évora: Livraria Nazareth, Vol. XXVIII
- ❖ IDEM (1966), “Convento de N^a S^a da Graça monumento Nacional)”, in *Inventário Artístico de Portugal – Concelho de Évora*, Évora: Academia de Belas-Artes, Tomo VII, Vol. I
- ❖ FIGUEIREDO, Adriano (2006), “Antigo Convento da Graça (de agostinhos descalços) / Pousada”, in *Portugal Património – Beja, Faro*, coord. de Duarte Álvaro de Almeida, Duarte Belo, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Vol. VIII
- ❖ IDEM (2006), “Igreja e Convento de Santa Cruz / Museu de Arte Sacra”, in *Portugal Património – Portalegre, Évora*, coord. de Duarte Álvaro de Almeida, Duarte Belo, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Vol. VIII
- ❖ IDEM (2006), “Igreja e Mosteiro de Santa Cruz”, in *Portugal Património – Aveiro, Coimbra, Leiria*, coord. de Duarte Álvaro de Almeida, Duarte Belo, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Vol. III
- ❖ FONTES, João Luís Inglês; SERRA, Joaquim Bastos; ANDRADE, Maria Filomena (2010), “Congregação de Santa Cruz de Coimbra”, in *Inventário dos Fundos Monástico-Conventuais da Biblioteca Pública de Évora*, Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS/UE
- ❖ IDEM; SERRA, Joaquim Bastos; ANDRADE, Maria Filomena (2010), “Convento de Nossa Senhora da Graça de Évora”, in *Inventário dos Fundos Monástico-Conventuais da Biblioteca Pública de Évora*, Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS/UE
- ❖ GASPAR, Jorge (2002), “Os espaços conventuais e o metabolismo da cidade”, in *Conversa à volta dos conventos*, coord. Virgínia Fróis, Évora: Casa Sul Editora
- ❖ GOMES, Delphim (1890), *A Extinção das Ordens Religiosas – Encyclopedia Social Sciencias – Politica – Artes – Letras*, Coimbra: Typographia União
- ❖ GRANDI, D., A. Galli (1964), “As heresias”, in *História da Igreja*, Lisboa: Edição Paulista, 3.^a edição

- ❖ HOLMES, Derek J., Bernard W. Bickers (2006), “Os primórdios da história da Igreja cristã: das origens até 461”, in *História da Igreja Católica*, Lisboa: Edições 70
- ❖ LEANDRO, Sandra (2006), “Igreja de São Bartolomeu (paroquial do Beato) e Convento de Nossa Senhora do Amparo ou do Grilo”, in *Portugal Património – Lisboa*, coord. de Duarte Álvaro Ribeiro, Duarte Belo, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Vol. VII
- ❖ IDEM (2006), “Igreja (paroquial) e Convento de Nossa Senhora da Graça”, in *Portugal Património – Lisboa*, coord. de Duarte Álvaro de Almeida, Duarte Belo, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Vol. VII
- ❖ LIMA, Miguel Pedroso de (1996), “A Cerca Nova”, in *Recinto Amuralhado de Évora*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico pela Universidade de Évora: Évora/Lisboa: Estar Editora
- ❖ MARTINS, Patrícia Isabel Sousa Roque (2008), *A Inclusão pela Arte: Museus e Públicos com deficiência visual*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Museografia à Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, Lisboa
- ❖ MATOS, Fernando Mota de (2010), “Convento Novo de Santa Teresa de Jesus (ou Mosteiro de São José ou da Esperança) ”, in *Portugal Património – Portalegre, Évora*, coord. de Duarte Álvaro de Almeida, Duarte Belo, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Vol. VIII
- ❖ IDEM (2010), “Igreja e Convento de Santa Clara”, in *Portugal Património – Portalegre, Évora*, coord. de Duarte Álvaro de Almeida, Duarte Belo, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Vol. VIII
- ❖ IDEM (2010), “Igreja e Convento do Salvador (ou do Salvador do Mundo) / Torre do Salvador”, in *Portugal Património – Portalegre, Évora*, coord. de Duarte Álvaro de Almeida, Duarte Belo, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Vol. VIII
- ❖ MATTOSO, José (1982), “Coimbra, novo centro do Condado Portucalense (1131) ”, in *Memória de Portugal – O milénio português*, Rio de Mouro: Círculo de Leitores
- ❖ IDEM (1982), “Sobrevivência do Monaquismo Frutuosiense em Portugal durante a Reconquista”, in *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda

- ❖ ORLANDIS, José (1993), “O Cristianismo e os Povos Bárbaros”, in *História Breve do Cristianismo*, Lisboa: Rei dos Livros, 2.^a edição
- ❖ PEREIRA, José Fernandes (2009), “1 – Os encomendadores e os artistas – Estética Barroca I: Arquitectura e Escultura”, in *Arte Portuguesa – Da Pré-História ao Século XX*, coord. Dalila Rodrigues, Lisboa: Fubu Editores
- ❖ PEREIRA, Paulo (2004), “Igreja de Santa Cruz: Coimbra”, in *Enigmas, Lugares Mágicos de Portugal – Idades do Ouro*, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Vol. III
- ❖ RAU, Virgínia (1941), *D. Catarina de Bragança – Rainha de Inglaterra*, Coimbra: Tipografia de Coimbra Editada Limitada, Vol. XCVIII
- ❖ SARAIVA, José Hermano (2004), *História de Portugal*, Mem Martins: Publicações Europa-América, 7.^a edição
- ❖ SERRA, Narciso Luís Esteves (2011), O mosteiro de S. Fins. Classificar para Valorizar? Estudo de Caso, Dissertação de Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural à Universidade de Évora, Évora
- ❖ SILVA, Maria Beatriz Nizza da (2006), “4. A rainha e sua casa – Práticas devotas e divertimentos”, in *D. João V* colecção Reis de Portugal, dir. de Roberto Carneiro, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Vol. XXIV
- ❖ SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (2009), “Idade Média (Séculos XI-XV). Do Condado Portucalense à monarquia portuguesa (séculos XI-XII): Afonso Henriques – de príncipe a rei”, in *História de Portugal*, coord. de Rui Ramos, Lisboa: A Esfera dos Livros, Vol. I
- ❖ SOUSA, Frei Luís de (1977) “A fundação do mosteiro de Santa Catarina de Sena”, in *História de São Domingos*, Porto: Lello Editores, Vol. II
- ❖ TEIXEIRA, Maria Lucília Teixeira (2009), *O Convento de S. José da Esperança – Évora. Proposta de valorização histórico-arquitectónica*, Dissertação de Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural, Universidade de Évora.
- ❖ TOURAULT, Philippe (1996), “A época áurea dos padres da Igreja”, in *História Concisa da Igreja*, Mem Martins: Publicações Europa-América
- ❖ IDEM (1996), “A resposta oficial da Igreja Católica: a obra do concílio de Trento (1545-1563): Um concílio perturbado”, in *História Concisa da Igreja*, Mem Martins: Publicações Europa-América

- ❖ VALENTE, Vasco Pulido (2007), *Ir prò Maneta – A Revolta contra os Franceses (1808)*, Lisboa: Aletheia Editores
- ❖ VALLA, Margarida (1999), “O Urbanismo Medieval, Séculos XIII e XIV. As cidades medievais planeadas. A regularidade dos traçados”, in *O Urbanismo Português – Séculos XIII – XVIII Portugal – Brasil*, dir. Manuel C. Teixeira, Lisboa: Livros Horizonte
- ❖ VEIGA, Carlos Margaça (2006), “De adjuvante de D. Catarina a regente do reino”, in *Cardeal D. Henrique, o Casto – Dinastia de Avis (1578-1580)*, Lisboa: Quidnov
- ❖ VERDETE, Carlos (2010), “Imitação de Cristo: ascetismo e monaquismo”, in *História da Igreja – Das origens até o Cisma do Oriente (1054)*, dir. por Padre Senra Coelho, Lisboa: Paulus, Vol. I

Periódicos

- ❖ AA.VV (2010), “A questão religiosa e o património”, in *Património Cultura e Turismo – Évora Mosaico*, dir. José Ernesto d’Oliveira, Évora: Câmara Municipal de Évora, n°7
- ❖ AA.VV (1992), “Um bulário medieval da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho”, in *Lusitania Sacra – Revista do Centro de Estudos de História Religiosa*, dir. por Carlos Moreira Azevedo, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa/ Estudos de História Medieval, 2.ª série, Tomo IV
- ❖ CONDE, Antónia Fialho (2007), “Convento de Santa Mónica – De Cerca a Edifício de Santo Agostinho”, in *REVUÉ*, Évora: Universidade de Évora, Ano IV, n° 7
- ❖ COSTA João, Patrícia Martins, “A Intepretação do Património e o Turismo”, in *Algarve: A Interpretação do seu Património Arqueológico*, coord. de Alexandra Rodrigues Gonçalves, Faro: Universidade do Algarve: Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo
- ❖ FERNANDES, Rogério, “Abertura das Casas de Asilo e a Expansão”, in *Orientações Pedagógicas das “Casas de Asilo da Infância Desvalida” (1834-1840)*, Lisboa: Universidade de Lisboa

- ❖ FRANER, Yaca-Ara (2013), “Património Arquitectónico: Conceitos Contemporâneos nas Cartas do ICOMOS”, in *Oculum Ensaios – Revista de Arquitetura e Urbanismo*, Campinas
- ❖ GUITERREZ, David (1982), “La reforma de la provincia agustiniana de Portugal en los años 1535-1540”, in *Archivo Agustiniano*, Valladolid, 66
- ❖ MONTEIRO, Lucília (9/09/10), “Pedaços de Céu”, in *Visão*, dir. de Pedro Camacho
- ❖ PEREIRA, Gabriel (18/02/1881), “Convento de Santa Mónica”, in *Manuelinho de Évora*
- ❖ ROSÁRIO, António do, Carlos Alonso (1979), “Actas inéditas de diez capítulos generales les [1419-1460]”, in *Anacleto Augustiniana*, Roma, nº42
- ❖ URBANO, Luís (2007), “a propósito de Évora: Ideologia religiosa e arquitectura nos conventos femininos”, in *Monumentos*, Lisboa: DGEMN, nº 26

Webgrafia

- ❖ <http://www.agostinianos.org.br>, acesso na Ordem de Santo Agostinho – Vicariato Agostiniano Nossa Senhora da Consolação do Brasil – História da Ordem, a 11 de Novembro de 2013
- ❖ <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/72358/>, acesso em Ermida da Senhora do Monte ou de São Gens, Lisboa – IGESPAR- Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, a 20 de Novembro de 2013

Cartas e Convenções

- ❖ Carta de Atenas
- ❖ Carta de Veneza
- ❖ Carta de Washington
- ❖ Carta de Villa Vigoni

Anexos

Índice de Anexos

Anexo 1 – Mapa 1 – Distribuição dos Conventos e Mosteiros da Ordem de Santo Agostinho em território português	I
Anexo 1 – Tabela 1 – Lista dos Conventos e Mosteiros da Ordem de Santo Agostinho em território português	II
Anexo 2 – Documento 1 – A Ordem de Santo Agostinho em Portugal	IX
Anexo 3 – Tabela 2 – Outras Casas Monástico-Conventuais	XI
Anexo 4 – Documento 2 – Carta Régia	XIII
Anexo 5 – Documento 3 – Escritura do contrato	XIV
Anexo 6 – Documento 4 – Extinção do convento de Santa Mónica	XVIII
Anexo 6 – Documento 5 – Extinção do convento de Santa Mónica	XXI
Anexo 6 – Documento 6 – Espólio do convento de Santa Mónica	XXIII
Anexo 7 – Fig.1, Fig.2, Fig. 3	XXVI
Anexo 8 – Fig. 4	XXVII
Anexo 9 – Tabela 3 – Biblioteca Pública de Évora: Fontes para o estudo do Convento de Santa Mónica de Évora	XXVIII

Anexo 1

Mapa 1 - Distribuição dos Conventos e Mosteiros da Ordem de Santo Agostinho em território português

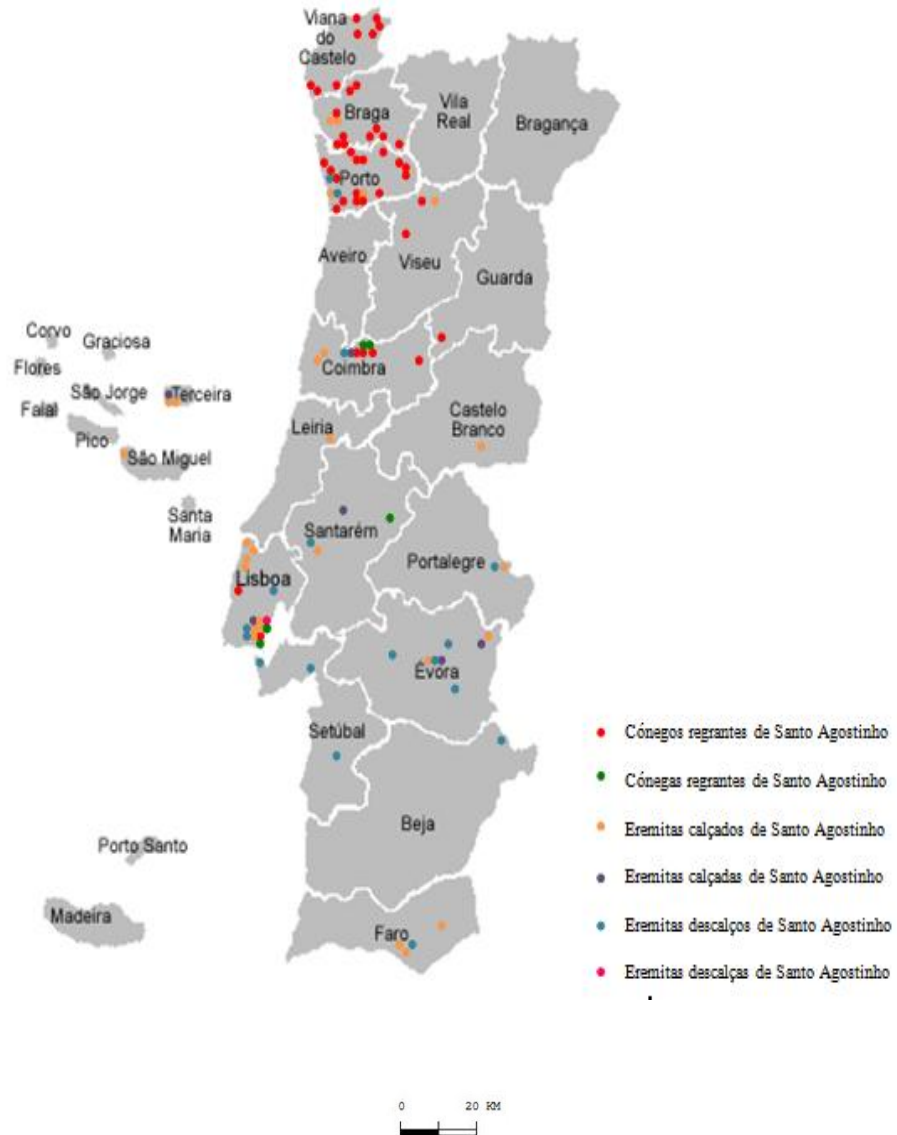


Tabela 1

Lista dos Conventos e Mosteiros da Ordem de Santo Agostinho em território português

Cónegos Regrantes de Santo Agostinho		
Fundação	Local	Data (fundação-extinção)
Mosteiro de S. Salvador (S. Rufo de Avinhão)	Grijó, Vila Nova de Gaia, Porto	922-1834
Mosteiro de S. Estêvão	Vilela, Paredes, Porto	c.980-1612
Mosteiro de S. Salvador (S. Rufo de Avinhão – incorporado na Congregação de Santa Cruz de Coimbra)	Moreira, Maia, Porto	c.1027-1770
Mosteiro de S. Salvador (por morte do último religioso, D. Sebastião determinou que fosse incorporado na Congregação de Santa Cruz de Coimbra)	Paderne, Melgaço, Viana do Castelo	1033-1770
Mosteiro de S. Torcato	S. Torcato, Guimarães, Braga	1049-1833
Mosteiro de S. Salvador	S. Salvador de Souto, Guimarães, Braga	1059-1454
Mosteiro de S. Simão (S. Rufo de Avinhão)	Junqueira, Vila do Conde, Porto	[1069-1082]-1770
Mosteiro de S. Miguel	Vilarinho, Santo Tirso, Porto	1070-1834
Mosteiro de Sta. Maria de Vila Boa do Bispo (anexado à Companhia de Jesus)	Vila Boa do Bispo, Marco de Canaveses, Porto	1079-1740
Mosteiro de S. Salvador	Bravães, Ponte da Barca, Viana do Castelo	1080-1434

Convento de S. Jorge	Ceira, Coimbra	1080-1770
Mosteiro de S. Cristóvão	Requião, Vila Nova de Famalicão, Braga	c.1085-1433
Mosteiro de S. Salvador	Valdreu, Vila Verde, Braga	[1085-1089]-século XVI
Mosteiro de Sta. Maria de Oliveira de Vermoim	Sta. Maria de Oliveira de Vermoim, Vila Nova de Famalicão, Braga	c.1168-1612
Mosteiro de S. Pedro (anexado ao Colégio de Jesuítas em Braga)	Roriz, St.Tirso, Porto	2.º metade do século XII -1573
Mosteiro de S. Salvador	Valdreu, Vila Verde, Braga	[1085-1089]-século XVI
Mosteiro de S. Pedro	Folques, Arganil, Coimbra	c.1086-1610
Mosteiro de S. Martinho	Caramos, Felgueiras, Porto	1090-1770
Mosteiro de S. Salvador (doado por D. João III a São Gonçalo de Amarante)	Freixo de Baixo, Amarante, Porto	c.1090-1420
Mosteiro de Sta. Maria (unido à Congregação de Sta. Cruz de Coimbra em 1564, extinto em 1770. Mais tarde, voltou a ser habitado até à extinção das ordens religiosas.)	Refóios do Lima, Ponte de Lima, Viana do Castelo	1094-1834
Mosteiro de Sta. Maria dos Anjos	Landim, Vila Nova de Famalicão, Braga	1096-1612
Mosteiro de Sta. Maria	Vila Nova da Muía, Ponte da Barca, Viana do Castelo	c.1097-1612
Mosteiro de S. Salvador	Lordelo, Paredes, Porto	século XII -1475
Mosteiro de St. André	Ancede, Baião, Porto	c.1120-1540

Mosteiro de S. Martinho	Mancelos, Amarante, Porto	1120-1540
Convento de St. Vilarinho Cruz (Congregação de Sta. Cruz - São Rufo de Avinhão)	Sta. Cruz, Coimbra	1131-1834
Mosteiro de Sta. Maria	Cárquere, Resende, Viseu	1131-1562
Mosteiro de S. Martinho	Crasto, Ponte da Barca, Viana do Castelo	1136-1834
Mosteiro de S. Romão	Seia, Guarda	1138-1834
Mosteiro de S. Vicente de Fora (S. Rufo de Avinhão)	S. Vicente de Fora, Lisboa	1147-1834
Mosteiro de S. Cristóvão	Rio Mau, Vila do Conde, Porto	c.1151-1442
Mosteiro de Sta. Marinha da Costa (unido à Ordem de S. Jerónimo em 1528)	Costa, Guimarães, Braga	1156-1528
Mosteiro do Divino Salvador ou Mosteiro de St. André	Banhos, Vila Cova, Barcelos, Braga	[1156-1169]-1441
Mosteiro de Sta. Eulália	Sta. Eulália de Rio Côvo, Barcelos, Braga	c.1166 – ?
Mosteiro de Telões	Telões, Amarante, Porto	1173-1475
Mosteiro da Ermida (Premonstratenses)	Ermida de Paiva, Castro Daire, Viseu	1178-1312
Mosteiro de Sta. Eulália (Premonstratenses)	Vandoma, Paredes, Porto	1180 -1570
Convento de S. Pedro	Ferreira, Paços de Ferreira, Porto	c.1182-século XV
Mosteiro de S. João de Longos Vales	Longos Vales, Monção, Viana do Castelo	c.1199-1551
Mosteiro de Salvador da Serra ou Mosteiro de St. Agostinho da Serra	Santa Marinha, Vila Nova de Gaia, Porto	1536-1834

Mosteiro de St. Agostinho/ Colégio de Sapiência	Almedina, Coimbra	1593-1834
Mosteiro de St. Teotónio	Monserrate, Viana do Castelo	1630-1769
Mosteiro de Sta. Maria e de St. António	Maфра, Lisboa	1717-1737
Cónegas regrantes de Santo Agostinho		
Convento de S. João das Donas (Congregação de Sta. Cruz)	Sta. Cruz, Coimbra	c.1137-1527
Convento de S. Miguel das Donas	São Vicente de Fora, Lisboa	1160-[1481-1495]
Convento de Sta. Ana da Ponte ou Convento de Celas da Ponte	Sta. Clara, Coimbra	[1162-1176]-1561
Convento de Sta. Maria (Congregação de Santa Cruz)	Chelas, Marvila, Lisboa	1192-1878
Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação	S. João, Abrantes, Santarém	?-?
Eremitas calçados de Santo Agostinho		
Mosteiro de S. Lourenço dos Francos	Bolardo, Lourinhã, Lisboa	?-1555
Ermida da Senhora do Monte ou de S. Gens	Graça, Lisboa	1147 [1271]-1834
Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção	A. dos Cunhados, Pena- Firme, Torres Vedras, Lisboa	1226-1755
Convento de Nossa Senhora da Graça	Graça, Lisboa	1291-1834
Convento de St. Agostinho	Conceição, Vila Viçosa, Évora	1270-1834
Convento de St. Agostinho	S. Pedro e S. Tiago, Torres Vedras, Lisboa	1367-1887

Mosteiro de St. Agostinho	Marvila, Santarém	1376-1884
Convento de Nossa Senhora da Graça	Sé e S. Pedro, Évora	1512-1834
Mosteiro de Nossa Senhora dos Anjos	Montemor-o-Velho, Coimbra	1494-1834
Convento de St. António	São Sebastião, Loulé, Faro	1517-1834
Mosteiro de Nossa Senhora da Graça	Castelo Branco	1526-1835
Convento de Nossa Senhora da Graça	Sta. Maria, Tavira, Faro	1544-1834
Colégio de Nossa Senhora da Graça	Sta. Cruz, Coimbra	1543-1834
Convento de Nossa Senhora da Luz	Assunção, Arronches, Portalegre	1570-1834
Mosteiro de St. Agostinho	Leiria	1576-?
Convento de Nossa Senhora da Graça	S. Clemente, Loulé, Faro	1574-1834
Mosteiro de Nossa Senhora da Graça	Angra do Heroísmo, Ilha Terceira (Arquipélago dos Açores)	1584-1834
Mosteiro de S. João Bom ou de St. Agostinho	Porto	1592-1834
Colégio de St. Agostinho, ou Colégio de St. Antão, ou Coleginho de Lisboa	Lisboa	1594-1834
Convento de Nossa Senhora do Pópulo	S. João de Souto, Braga	1597-1834
Convento de Nossa Senhora da Penha da França	Penha de França, Lisboa	1603-1937

Mosteiro de S. Pedro	Cete, Paredes, Porto	1613-1834
Mosteiro da Graça	S. Pedro, Ponta Delgada, ilha de S. Miguel (arquipélago dos Açores)	1618 -1832
Mosteiro de Nossa Senhora da Graça	Almacave, Lamego, Viseu	1630-1844
Convento de Nossa Senhora do Desterro (Fonte Real)	S. Bartolomeu dos Galegos, Lourinhã, Lisboa	1677-?
Mosteiro de Vila da Praia	Ilha Terceira, Açores	?-?
Eremitas calçadas de Santo Agostinho		
Convento de Sta. Mónica ou do Menino Jesus	S. Mamede, Évora	1460-1889
Mosteiro de Sta. Cruz e Luz	S. Bartolomeu, Vila Viçosa, Évora	1529-1884
Mosteiro de Nossa Senhora da Graça	S. João, Abrantes, Santarém	1541-1891
Convento de Sta. Mónica	S. Vicente de Fora, Lisboa	1586-1864
Convento de Sant'Ana (anteriormente terá pertencido às Cónegas de St. Agostinho)	Sé Nova, Coimbra	1610-1885
Mosteiro de S. Tomás de Vila Nova ou Mosteiro de Sta. Mónica	Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Açores	1584 -?
Eremitas descalços de Santo Agostinho		
Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção	Sobreda, Caparica, Almada, Setúbal	1668 -1834
Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade	Salvador, Santarém	1668-1834

Convento de Nossa Senhora da Consolação	St. André, Estremoz, Évora	1671-1835
Mosteiro de Sta. Maria	Sé, Portalegre	1673-1834
Mosteiro de Arruda	Arruda dos Vinhos, Vila Franca de Xira, Lisboa	1675- ?
Convento de Nossa Senhora das Mercês	Sé e S. Pedro, Évora	1676-1830
Convento de Nossa Senhora da Conceição	Montemor-o-Novo, Évora	1679-1834
Mosteiro de Loulé	Loulé, Faro	1695-?
Convento da Boa-Hora	Setúbal	1700-1843
Convento de Nossa Senhora da Orada	Monsaraz, Reguengos de Monsaraz, Évora	1700-1834
Convento de Nossa Senhora do Alcance	Mourão, Évora	1717-1834
Mosteiro de Nossa Senhora dos Anjos	Grândola, Setúbal	1727-?
Convento de Jesus e Maria	Coimbra	1731-?
Mosteiro de Nossa Senhora do Bom Despacho de Mão Poderosa	Ermesinde, Valongo, Porto	1745-1833
Convento de Sta. Rita	S. Sebastião da Pedreira, Lisboa	1748-1834
Convento de Nossa Senhora da Boa Hora	Ajuda, Lisboa	1758-1834
Convento dos Grilos ou Colégio de S. Lourenço	Porto	1780-1832
Eremitas descalças de Santo Agostinho		
Convento de Nossa Senhora do Amparo ou do Grilo	Xabregas, Beato, Lisboa	1664-1829

Fonte: AA.VV (2010), *Portugal Património*, coord. de Duarte Álvaro de Almeida, Duarte Belo, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Vols. III, VII, VIII; Túlio Espanca (1973), *Inventário Artístico de Évora – Concelho de Évora*, Lisboa: Academia de Belas-Artes, Tomo VII, Vol. I

Anexo 2

Documento 1

A Ordem de Santo Agostinho em Portugal

Biblioteca Pública de Évora, Frei António da Purificação (1642), “*Chronica da Antiquissima Provincia de Portugal, da Ordem dos Eremitas de S. Agostinho Bispo de Hippônia, e principal Doutor da Igreja, Parte Primeira*, fl. 14 v – fl.18



“ (...) *Quando aquelle illustre Africano S. Profuturo, sendo Arcebispo de Braga fundou em seu Arcebispado esta Provincia no anno da Redenpção do mundo de 393 logo começamos, como legitimos filhos de tal pay, a entender com hereges, prègando, e disputando contra elles em toda a parte, aonde os avia, principalmente em Braga, e seus arredores, aonde andava a seita dos Priscillianistas mais ateadada, e ventildada por ser naquelles tempos aquella cidade principal, e huma das mais populosas de toda a Hespanha, e a ver sido Priscilliano natural de Galiza, que ficava ali perto: na qual elle começára a semear os erros, que delle tomaraõ o nome, e que Marcos, e Elpidio Egypcios avião ensinados Naõ era ainda de todo bem extirpada esta infernal zizania, quando por castigo de peccados de Portugal permitio Deos, que Remismundo seu Rey, sendo Catholico, no anno de 461 se contaminasse com a presidia Ariana, que os Godos muitos annos avia tinhaõ metido no restante de Hespanha, e levasse apos si muita parte do Reyno. Contra esta heregia tambem continuamos em todo o tempo que durou, que foy por espaço de 102 annos, depois dos quaes fomos tomando alento, e descançando com a pureza da Fé, que o Reyno todo tinha recobrado. (...) E se nos arrazavão huns mosteiros, nõs de novo levantávamos outros em lugares desviados, e desertos, aonde em hum dezerto junto à costa do mar, defronte na firme, que he em hum dezerto junto à costa do mar defronte da Villa de Torres Vedras, fundado por Sancto Ancirado no anno de Christo nosso Redemptor pouco mais ou menos de 840 e ainda hoje se conserva. Outro fundou o mesmo Sancto pouco depois no termo da Villa da Lourinhaã em Lumitrisinho nos desfizemos em tempo del Rey Dom Ioão o 3 governando esta Provincia o Sancto P. F. Luis de Montoya. Mas ainda a Igreja està em pè, e serve de Parrochia aos moradores daquelle valle, e seus arredores. Tambem em tempo destes Barbaros edeficamos alguns outros mosteiros em diversas partes dezertas do Reyno, como do discurso desta obra se verá, nos quaes, e nos que dantes tínhamos, a que o barbaro furor quiz perdoar ou não pode chegar, nos fomos conservando atè o tempo daquelle Sancto è o tempo daquelle Sancto Rey D. Affonso Henriquez, em que Portugal tornou de novo a ter Reys Catholicos, como dantes tinha. (...) Nas partes do Oriente verdade he, que entrarão primeiro algumas Religiões, a de S. Francisco no anno de 1518 da Companhia de Iesu no ano de 1514, e a de S. Domingos no de 1548, e conquistaraõ pera Deos Reynos inteiros, e infinitas multidões de almas. Comtudo era a empresa tão grande pelas muitas, e vastas regiões, aonde faltava a noticia do Evangelho, muitas, e vastas regiões, que nos pareceo conveniente ilos ajudar em taõ sancto trabalho. Fomos no anno de 1572 e naõ nos achamos enganados; porque alem de muitas cidades e fortalezas, onde lhe fizemos companhia, outros muitos Reynos, e Protincias avia, que Deos tinha guardados para nõs, como Mombassa, Sinde, Gorgistaõ, e outras Regiões, nas quaes atè hoje naõ ouve outros Religiosos, senaõ os da nossa Ordem. E o mesmo podemos dizer de Ormuz, porque ainda que a esta terra foraõ primeiro os Religiosissimos padres de S. Domingos, e da Companhia: huns, e outros obrigados dos muitos companheiros, que lhe adoeciaõ, e morria pela*



inclimencia daquelles ares, a deixarão em breve tempo, antes de chegarem a fundar casa. E sô nós, foy Deos servido, que podessemos com o rigor della; e assi a habitamos desde o primeiro anno, em que chegamos â India atè o de 1622 em que os Persas tomaraõ esta ilha com ajuda dos Ingrezes, e extinguirão nella a memoria do nome Christão(...) Antes, porque tambem as ilhas desse imenso Oceano nos conhessem, naõ deixamos de fundar nellas conventos, como em parte temos dit. Aos quaes acrecentamos os dous, que hoje perseveram nas ilhas dos Assores: os quaes todos sejãopara gloria de Deos, e honra de nossa sagrada Religiaõ (...) //

Anexo 3

Tabela 2.

Outras Casas Monástico-Conventuais

Fundação	Breve Descrição	Importância	Fotografia
<p>Ermida da Senhora do Monte ou de S. Gens, Graça, Lisboa (masculino)</p> <p>(1147-1834)</p>	<p>Erguida numa das colinas da cidade em 1147 após a reconquista de Lisboa aos Mouros, terá tido grande devoção, por causa da cadeira de mármore de S. Gens, primeiro arcebispo dessa mesma cidade.</p>	<p>Os primeiros eremitas Calçados da Ordem de Santo Agostinho em território português.</p>	
<p>Convento de Nossa Senhora da Graça, Graça, Lisboa (masculino)</p> <p>(1291-1834)</p>	<p>Em 1271, a comunidade de eremitas instalada na ermida de S. Gens foi transferida para um antigo local conhecido como Almofala, para um novo convento com instalações para cinquenta monges, sendo as obras de construção desta instituição patrocinadas pelo rei D. Afonso III. Vinte anos mais tarde, os eremitas de Santo Agostinho são de novo transferidos, mas desta vez para um convento dedicado a Santo Padre Agostinho. Inicialmente, o convento era dedicado ao padroeiro da Ordem mas a partir de 1305 mudou-se a invocação para Nossa Senhora da Graça.</p>	<p>Em 1447, com a criação da província portuguesa totalmente autónoma da província castelhana, o convento de Nossa Senhora da Graça tornou-se a sede da Congregação dos Eremitas Calçados da Ordem de Santo Agostinho em Portugal.</p> <p>Chamados de Gracianos</p>	
<p>Convento de St. Agostinho, Conceição, Vila Viçosa, Évora (masculino)</p> <p>(1351-1834)</p>	<p>No reinado de D. Afonso III iniciou-se as obras de construção do convento de Santo Agostinho em Vila Viçosa. O rei D. Dinis e o condestável Nuno Álvares Pereira, patrocinaram as obras de acrescentamento do convento e a reedificação da</p>	<p>Foi a primeira casa conventual da Congregação dos Eremitas Descalços da Ordem de Santo Agostinho de frades a surgir no Alentejo.</p>	

<p>Convento de St. Agostinho, Conceição, Vila Viçosa, Évora (masculino)</p> <p>(1351-1834)</p>	<p>No reinado de D. Afonso III iniciou-se as obras de construção do convento de Santo Agostinho em Vila Viçosa. O rei D. Dinis e o condestável Nuno Álvares Pereira, patrocinaram as obras de acrescentamento do convento e a reedificação da capela-mor da Igreja. Além disso, o convento possuiu também a proteção especial dos Duques de Bragança, que apoiaram em muitos trabalhos de embelezamento e de enobrecimento do templo. No decorrer da Guerra da Restauração, o futuro rei D. João IV, beneficiou com uma profunda revolução arquitetónica que se arrastou por muitos anos. Durante esta fase, o mestre da pedraria Diogo Fernandes Mocho, foi o responsável pelas obras do convento.</p>	<p>Foi a primeira casa conventual da Congregação dos Eremitas Descalços da Ordem de Santo Agostinho de frades a surgir no Alentejo.</p>	
<p>Convento de Nossa Senhora do Amparo do Monte Olivete ou do Grilo, Xabregas, Beato, Lisboa (feminino)</p> <p>(1664-1829)</p>	<p>Em 1664, nasceu a primeira casa conventual da Congregação dos Agostinhos Descalços, com o apoio da rainha D. Luísa de Gusmão, à qual, desejando retirar-se para uma vida de clausura, fundou o convento de Nossa Senhora do Amparo do Monte Olivete na calçada do Grilo, nos arredores de Lisboa, onde veio a falecer em 1666. Contudo, um incêndio destruiu quase por completo as dependências do convento, em 1746, deu-se o início a uma nova campanha de reedificação. O terramoto de 1755, que se afetou sobretudo a região de Lisboa, não causou danos graves no edifício, tendo sido efetuadas simples reparações. Atualmente, a casa conventual apresenta um bom exemplar de arquitetura religiosa do século XVIII.</p>	<p>O convento de Nossa Senhora do Amparo do Monte Olivete ou do Grilo tornou-se a sede da Congregação dos Eremitas Descalços da Ordem de Santo Agostinho em Portugal.</p> <p>Chamados de Grilos</p>	

Fonte: AA.VV (2010), *Portugal Património*, coord. de Duarte Álvaro de Almeida, Duarte Belo, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Vols. III, VII, VII

Anexo 4

Documento 2

Carta Régia

Biblioteca Pública de Évora, Manizola códice CCCXVII, nº 24

Cartas Régias - Data de Produção: 1583

Ambito e Contéudo: Traslado de carta régia relativa a determinações do testamento da rainha D. Catarina, solicitado pelas freiras do mosteiro de Santa Monica de Évora.

Dom Phelippe per graça de deus Rey de Portugal e dos Algarves da quem e dalem mar em Africa Senhor de Guiné, e da conquista, navegação, e comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da Judia este faca saber aos que esta minha Carta virem, que por parte dos tistamenteiros da Rainha donna Catherina minha Senhora que Sancta Gloria aja me foi apresentada hua carta do Senhor Rey Dom Henrique meu tio que deus tem, per elle assinada, e passada por sua chancellaria de Confirmação e aprovação do compromisso que a dita Senhora Rainha deixou ordenado em seu testamento sobre as vinte freiras que ordenou que ouvesse em alguns Mosteiros destes Regnos, e dote dellas, da qual carta e treslado he o seguinte. E Dom Henrique per graça de deus Rey de Portugal e dos Algarves da quem, e dalem Mar em Africa senhor de Guiné, e da conquista navegação, e comercio de Ethiopia, Arabia, Persia, e da Judia. Etc faço saber aos esta minha carta de confirmação, e a provação de compromisso Virem que a Senhora Rainha Dona Catherina minha Jrmão que Sancta Gloria aja deixou ordenado em seu testamento que de seiscentos mil reis de Juro de seu dote (?) fossem de todas, e sustentadas para sempre vinte freiras, dandosse para sustentação de cada huma a razão de trinta mil reis em cada hum anno aos mosteiros onde fossem recebidas. E para execução do que assy tinha ordenado mandou fazer hum regimento estatutos pellas pessoas que deixou por seus testamenteiros, e em seu testamento lhes deu tambem poder para a fazerem e elles o fizerão e ordenarão na maneyra seguinte.

Capittulo Primeiro do Juro que hade aver cada hum dos mosteiros em que as freiras foram recebidas

Primeiramente os moesteiros em que as vinte freiras desta instituição forem recebidas averão do juro para ellas aplicado o que a cada hum pertencer conforme ao numero das freiras que nelle receberem, a razão de trinta mil reis em cada em cada [SIC] hum ano por cada huma das ditas freiras, como as condições neste compromisso e no Contratto que com os ditos moesteiros se fizer, declaradas. E arrecadação da ditto contia de Juro pertencera aos ditos moesteiros, e as preladas e officiaes delles, que horasão, ou pello tempo forem, a quem pertence arrecadação da fazenda dos ditos moesteiros. E para effecto do sobredito terá cada hum dos ditos moesteiros o Padrão da contia do que lhe pertencer do dito juro com esta carta de compromisso no seu cartorio. O qual juro he perpetuo, sem pacto de rectro, e assentado na Renda da sisa da casa das Carnes de Lisboa.

Jeronimo Pirez

(?) d'Amaral//

Anexo 5

Documento 3

Escritura de contrato

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Reforma das Gavetas, Gav. nº 2, Maç nº 11, nº 20, fl. 274-fl.278 v.

“Escriptura de contracto que El Rei Dom Filippe 1º fez com a Abadessa, e Religiozas de Santa Monica da Cidade de Evora para que naquele Convento entrasse Dona Margarida de Medonça em lugar de huma das vinte Freiras que a Rainha Dona Catharina dotou em seu Testamento com o juro anual de trinta mil reis cada huma.

Em Nome de Deos Amen. Saibão os que este Estormento de dotação e obriguação virem que no anno de Nascimento de Nosso Senhor Jezu Christo de mil quinhentos oitenta e tres, em vinte e tres dias do mez de Novembro, na Cidade de Evora no Mosteiro de Santa Monica das Freiras da Ordem do Gloriozo Padre Santo Agostinho, na Caza deputada paras os Santos Autos, sendo ahi presentes da banda de dentro as muitas devotas, e virtuozas Senhoras, a saber Lianor Cerveira Prioressa, Lianor de Mello Sobprioressa, Ines de Meira, Maria de Villa Lobos, Mecia de Payva, Izabel de Canha, Joanna d’Affonseca, Dona Maria de Mendonça, Felipa Correa, Dona Felipa de Brito, todas Freyras professas e conventoaes do dito Mosteiro comgreguadas em Cabido, e Cabido fazendo chamadas a elle por som de campaã tangida, segundo seu honesto, e antiguo costume, especialmente para este casos seguintes, de huma parte, e da outra sendo presente o Senhor Doutor Mateus Masquarenhas do Desembarguo d’El Rey Nosso Senhor, e por o dito Senhor commetido a elle este contrato, e o effeito delle por huma Provizão do dito Senhor Rey, como parece da dita Provizão, ho trelado da quoa de verbo adverbium he o seguinte = Eu El Rey Faço saber a vós Doutor Mateus Masquarenhas do meu Desembarguo, Corregedor da Comarqua, e Correição da Cidade d’Evora, que a Raynha Dona Catherina minha Senhora que Deus tem, deixou ordenado em seu Testamento, que ouvesse perpetuamente em alguns Moesteiros de Freyras destes Reynos vinte Freyras, e trinta mil reis de juro cada hum anno pera dote de cada humma dellas, as quaes conforme ao mesmo Testamento me pertence apresentar, pello que por este vos dou poder que em meu nome vos contrateis com a Abadessa, e Freyras do Mosteiro de Santa Monica da dita Cidade para nelle receberem huma das ditas Freyras da instituição da dita Senhora Raynha, que será a que lhe eu nomear, e apresentarão os ditos trinta mil reis de juro para seus dotes, os quais ficarão perpetuamente do dito Moesteiro com obriguação, e declaração que averá sempre nelle a dita Freyra por mim nomeada e apresentada conforme aa instituição da dita Senhora, e quoa contrato fareis conforme ao treslado d’outro, que com este vos será dado, que a dita Senhora Raynha fez com a Abadessa, e Freiras do Moesteiro de Nossa Senhora da Esperança desta Cidade em sua vida, e do contrato que asy fizerdes se tirarão tres trelados, dous dos quaes entregareis aos Testamenteiros da dita Senhora, hum pera lhes ficar em poder, e ho outro pera se lançar na Torre do tombo, e outro trelado ficaraa no Cartorio do dito Moesteiro pera a todo o tempo constar disso. Antonio Rodrigues o fez em Lisboa a vinte e dous de Julho de mil e quinhentos oitenta e tres. Simão Borrallho o fez escrever = Jeronimo Pereira = Melchior do Amaral = Pagou nada = E treslada assim como dito he, o dito Doutor Mateus Masquarenhas loguo por

elle foi dito perante mim publico Notayro, e das testemunhas ao diante escritas em nome do dito Senhor Rey per sua comissão mandado e autoridade, como consta da dita Provizão dirigida a elle, que por quanto a Raynha Dona Caterina, que Santa Gloria aja, deixou ordenado em seu Testamento que fossem pera sempre sustentadas vinte Freyras aa custa de seiscentos mil reis de juro perpetuo, que se desmembrou, e separou em sua vida do seu dote, e arras pera aver cada huma das ditas Freyras a rezão de trinta mil reis em cada hum anno pera sua sustentação e alimentos necessário, pera effeito do quoad deixou por Padroejros desta instituição aos Reys, que pelo tempo foram destes Reynos, reservando a eles in solidum a provisam dos lugares das ditas Freyras, com mais larguamente se contem no Testamento da dita Senhora Raynha Dona Caterina, que aja Gloria, e pera dar ha execução, e effeito e por ella ordenado, e instituído o dito Senhor Rey ouve por bem que no dito Moesteiro de Santa Monica desta Cidade fosse recebida Dona Marguarida de Mendonça, filha de Alvaro de Mendonça, e de Dona Izabel de Mendonça, sua molher conteuda em huma Provizão dos Testamenteiros da dita Senhora Raynha Dona Caterina, que no fim deste contrato hira trellada, por quanto a dita Dona Marguarida presente, e a sobcessora depoz della, e deste lugar hora aqui Sua Magestade avia por bem que ao dito Moesteiro se dotase, por bem do quoad pera effeito deste contrato disseram as ditas Senhoras Prioressa e Freyras do dito Moesteiro de Santa Monica que por este publico estormento se obrigarão, como de feito se obrigarão em nome do dito Convento, e Madres delle, presentes, futuras ao diante de receber nelle a dita Dona Marguarida de Mendonça asima declarada pera Freyra professa conventual do dito seu Moesteiro, como são as Rellegiosas delle, a qual se obrigarão manter, e sustentar de todo o que lhe for necessario conveniente, e comodamente como he ordem sua, e como em comunidade se mantem as mais Relligiosas do dito Convento, de modo que possam escuzar devertirem-se de sua quietação pera averem de buscar remedio em algumas necessidades, e pera que ha mantença, e sustentação da dita Dona Marguarida presente, e as socessoras do seu lugar se possa fazer mais comodamente e que não padeçam necessidades nos seus vestidos, se daraa há dita Dona Margarida, e aas que apoz ella socederem no dito lugar em cada hum anno vinte cruzados pera delles se proverem de vestido, e calçado necessario, os quaes vinte cruzados, que asy hão de dar a cada huma se lhe darão do rendimento do juro, que se aplica pera a sustentação das ditas Freyras em cada hum anno, como dito he, de modo que lhe não fique por entregar de hum anno pera outro parte alguma dos ditos vinte cruzados, e todo o mais que lhe for necessario, asy estando saãs, como doentes lhe será dado da Comunidade como aas outras Relligiozas, por quanto pera isso ha de aver o dito Moesteiro a contia de juro abaixo declarada, e que se declara na dita Provizão de Sua Magestade, que são trinta mil reis em cada hum anno, e esta Freyra, que se ora recebe, e ao diante em seu lugar receberem no dito Moesteiro duraraa o lugar a porção do dito juro pera sempre, de modo que tanto que cada huma dellas fallecer, o dito Senhor Rey, ou seus Sobcessores, que pelo tempo forem, poderão nomear outra, que entre em seu lugar, e será recebida com effeito sem duvida, que a isso ponhão nem demora alguma, pera que sempre no dito Moesteiro estea a dita Freyra, tendo as callidades, e guardando-se as condiçoens, e vontade da dita Senhora Raynha, segundo em sua instituição sam declaradas, o que tudo ellas Senhora Prioressa e Madres se obrigarão cumprir inteiramente pera o que obrigarão os bens, e rendas do dito seu Moesteiro avidos, e por aver; e por ho dito Doutor Mateus Masquarenhas foi dito em nome de Sua Magestade, que aceitava, e de feito aceita este contrato, e obrigaçoens das ditas Senhoras Prioressa, e Madres, e se obriga que o dito

Senhor Rey fará que se deem os ditos trinta mil reis de juro perpetuo pera o dito Moesteiro, asentados nas rendas de Sua Magestade da Casa das Carnes da Cidade de Lisboa, honde a dita Senhora Raynha, que Santa Gloria aja, tinha assentado parte do seu juro, dos quaes trinta mil reis se lhe mandara fazer Padrão em forma, pera que o dito juro venha loguo a ella Senhora Prioressa, e ha seu Convento do primeiro dia do mez de Janeyro do anno que em boa ora viraa, de oitenta e quatro, e como tal o poderão mandar arrecadar como renda perpetua, que he o dito Moesteiro, e que lhe pertence para sempre pella obriguacão com que o dito Moesteiro fica de receber a dita Dona Marguarida Freyra, e as que apoz ella vierem e as sustentar como atras fica declarado, sem a Fazenda de Sua Magestade ser por isso mais obriguada a couza alguma, que do paguamento do dito juro, o quoaal juro tanto que a emtrada desta Freyra for comprida, dahi por diante sempre o dito juro lhe pertenceraa inteiramente, ainda que o dito lugar da dita Freyra estee vago algum tempo por não ser provida a pessoa que ha de entrar no lugar da que falecer pella ordem que no dito Compromisso se declara, e dos rendimentos dos ditos trinta mil reis de juro poderão as ditas Senhoras Prioressa, e mais Relligiozas dispor, como das mais remdas do dito Moesteyro, comprindo inteiramente a obriguacão da sustentacão da dita Dona Marguarida, e das que apoz ella vierem juntamente, como as mais Religiozas em modo que sejam bem providas, e socorridas com suas necessidades, e enfermidades com amor, e caridade dando a cada huma dellas em cada hum anno os vinte cruzados atras declarados, pera seu vestido, e calçado, guardandose nisto a ordem, e modo, que conforme a sua Relligião costumão guardar como as mais Relligiozas, que per outra via tem tenças pera ajuda de serem melhor providas, e a dita Dona Marguarida de Mendonça Freyra será recebida, ainda que não leve outro dote algum sem lhe ser posto a isso alguma hobriguacão, somente levarão as contias, que costumão levar as outras Relligiozas das emtradas, e guastos das proffissoens, porque a estas cousas não será o dito Moesteyro obriguado, mas antes cada huma das ditas Freyras, asy esta, como as que apoz ella vierem, levarão pera isso ho que for necessario, conforme ao costume do dito Moesteyro, que por ser couza pouca se poderaa facilmente suprir da parte das que ouverem d'entrar em Relligião; porque da mais datação são dotadas pelo dito juro, que Sua Alteza pera isso applicou. E porquanto a tenção da dita Senhora Raynha foi que as que ouverem d'entrar no numero das ditas Freyras sejam pobres em modo que não tenham tanto de seu que com ho que tiverem possam viver conforme a sua callidade, ou emtrar em Relligião, e se tiverem de seu alguma fazenda, que lhes pertencer por herança, ou doaçoes depois de serem recebidas, e professas no dito Moesteyro por qualquer via que lhes pertencer se adquiriraa outros pera o dito Moesteyro, e por serem dotadas pello dito juro nam perderaa ho dito Moesteyro de sempre o comprirem, e de não impetrem, nem aceitarem sobre isto licença dos Summos Pontifices, nem de seus Prellados, por quanto alem da obriguacão, que disto tornão por este contrato foi asy acordado por todo o Convento, e outrosy se obriguão comprir, e guardar o Compromisso da dita Senhora Raynha que lhe loguo foi entregue, confirmado e asinado por sua Magestade, e desta maneira diserão ellas Senhoras Prioressa, e Madres em seus nomes, e do dito Moesteyro, e com licença, que tinham do Senhor Arcebispo Dom Theotonio de Barguança seu Prellado, a quem tem dado obediencia a elle Doutor Mateus Masquarenhas em nome do dito Senhor Rey, que se avião por comutados, e pedem ao Santo Padre Nosso Senhor assy e aja por bem, e lhes confirme este contrato em todo, e por todo como nelle se contem pello serviço que a Nosso Senhor se faz; e em testemunho de verdade asy o outorguárão, e mandarão ser feito este estormento nesta minha nota, e della

das os tres treslados, que comprirem que elles partes pedirão, e aceitei; e eu Notayro ho aceitei em nome dos ausentes, a que tocar o deste estormento como pessoa publica, estipulante, e aceitante; e ho trelado da nomeação he o seguinte = Os Testamenteiros da Raynha Nossa Senhora, que estaa em Gloria, assinarão a Dona Marguarida de Mendonça, filha d'Alvaro de Mendonça, e de Dona Izabel de Mendonça sua molher, hum luguar pera Freyra no Moesteyro de Santa Monica da Cidade d'Evora das vinte que a dita Senhora deixou nomeadas ante de seu fallecimento por ser feito contrato com o dito Moesteyro pera nelle poder entrar com trinta mil reis de juro como na instituição, e compromisso, que a dita Senhora fez, he declarado, a quoa Dona Marguarida se recolheraa com effeito de feitura deste a douz mezes, de que emviaraa certidão da Prioressa do dito Moesteyro de como fica recolhida, e tomada por Freyra na dita caza. João de Pina o fez em Lisboa a vinte e nove de Setembro de mil quinhentos oitenta e tres. Eu Sebastião d'Affonseca o fiz escrever = Francisco Cano = Paulo Affonso = Para se recolher por Freyra no Moesteiró de Santa Monica em a Cidade de Evora Dona Marguarida de Mendonça = Testemunhas que presentes forão, Francisco Dias Capellão do dito Moesteiro, e Braz Luiz, Beneficiado na Igreja de São Mamede, e Francisco Guodinho, aquí moradores, e Diogo Rodrigues Capateiro, e as ditas Senhoras por suas mãos assinarão seus sinaaes de suas letras. E eu Francisco Gonçalves pruviquo Taballiam d'El Rey Nosso Senhor na dita Cidade que este estormento em minha nota tomei, e della com licença que pera ello do dito Senhor tenho, fiz tresladar, e com ella o comcertei, sobescepvi, e assiney de meu pruviquo sinal, que tal he = Lugar do Sinal publico = Pagou nichii//”

Anexo 6

Documento 4

Extinção do convento de Santa Mónica

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério das Finanças, Convento de Santa Mónica, cx.
1922

“Ministerio do Negocio da Fazenda Gabinete do Ministro

Ilustríssimo Senhor Excelentíssimo Senhor

25-7-88

Tenho a honra de participar a Vossa Excelência que tendo o edificio do convento de Santa Monica, em Evora, sido concedido á Casa Pia d’aquella cidade não pode ser destinado para outra applicação, que parece querer dar-lhe o Ministério da Guerra, visto ter ate mandado proceder a estudos.

Deus Guarde a Vossa Excelência Ministerio dos Negocios da Fazenda Gabinete do Ministro

Em 24 de julho

Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor Ministro Secretari de Estado dos Negocios de Guerra

Marianno Grillo de Carvalho”

“Secretaria da Guerra Direcção Geral 1º Repartição

Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor

Em execução do determinado, no officio da 1º repartição d’essa secretaria d’estado de 8 de dezembro de 1886, propuz no meu officio de 19 de Janeiro de 1887, citando outros, que se procedesse ao arranjo d’uma casa de reclusão com capacidade de conter até 60 praças reclusas e convenientes condições de salubridade. Cousa alguma porem, se tem feito. A actual casa de reclusão, em Evora, é uma péssima enxovia, só com uma janella rez do chão. Há 2 annos houve ali febres thyfoides. No presente anno nada afianço, porque essa casa não pode mudar de condições; é por baixo do quartel de infantaria; mas pouco reinante, e por isso com pouca luz. No meu citado officio de 19 de janeiro de 1887, indiquei o edificio do extinto convento de Santa Monica d’esta cidade, que está devoluto; qual eu e o inspector d’engenharia, n’esta divisão, achamos nas condições de poder servir para casa de reclusão que se refere o artigo 119 do decreto de outubro de 1884, e a conveniencia de ser requisitado esse idificio ao ministerio da fazenda, propondo tambem que fosse ordenado ao comando geral de engenharia mandasse proceder a orçamento das obras precisas para a transformação do referido convento, na parte escolhidas em casa de reclusão, com moradia para o comandante, e praças n’ellas empregadas, e casa de guarda. Tendo como já foi por mim proposto, as sallas e capacidade precisa para, termo medio, 60 prezos, com janelas altas, e com um só porta de comunicação exterior. Reitero com instancia esta exposição a Vossa Excelencia para diguar-se apresenta-la a Sua Excelencia o ministro de guerra, em vista do ultimo período do officio da 5º repartição da referida secretaria d’estado de 26 de junho ultimo

– Deus Guarde a Vossa Excelencia Quartel General em Evora 5 de julho de 1888. Ilustrissimo Excelentissimo Senhor Director Geral da Secretaria da Guerra – O General commandante da divisão

a) João Leandro Valladas

Está conformé

Secretaria d'Estado dos negócios da guerra em 12 de julho de 1888

O chefe da repartição

Manuel da Silva”

“Ministerio da Fazenda Direcção Geral da Estatistica e dos Proprios Nacionaes Repartição Central

A Camara Municipal da cidade de Evora representou ao Governo pela Direcção Geral dos Proprios Nacionaes, pedindo a concessão dos edificios dos conventos de Santa Catharina de Sena e Santa Monica, d'aquella cidade afim de transformar aquella n'uma praça para ali edificar um mercado coberto nas condições e necessidades modernas segundo as reclamações do povo não tendo podido até hoje realizar este melhoramento por falta de largos e praças centraes e este para ser transformado em construcções de casas baratas para famílias de artistas, operarios e trabalhadores pobres.

(...)

O convento de Santa Monica foi concedido à Administração do Azylo de Infancia desvalida por carta de lei de 2 de junho de 1883 e decreto de 8 de maio de 1884, tendo sido suprimido em 11 de fevereiro de 1881.

Mas não tendo sido applicado ao fim a que foi destinado, ficou sem effeito a concessão e por decreto de 28 de julho de 1887, foi este convento como o de S. Jose concedidos provisoriamente à Administração da Casa Pia para estabelecer alguns serviços de beneficencia dependentes d'estes estabelecimento.

Esta concessão foi cumprida tão somente pelo que diz respeito ao convento de S. Jose, no qual foi installado o azylo de Mendicidade que está annexo à Casa Pia.

O convento de Santa Monica que pelo decreto citado a 28 de julho de 1887 foi destinado para casa de trabalho e de correcção de menores, não chegou a ter applicação por falta de rendimentos propios da Casa Pia.

Quando há annos houve rebate de Cholera de Elvas, foi este edificio destinado pela Camara Municipal para o Hospital dos Cholericos, tendo aquella corporação dispendido em camaratas e outras obras 4 ou 5 contos de reis.

Actualmente apesar de continuar na posse da camara, embora sem diploma legal que auctorise, está ao abandono tendo sido retiradas materiaes e as camaratas mandadas construir pela Camara Municipal para Hospital dos Cholericos, tendo aquella corporação dispendido em camaratas e outras obras 4 ou 5 contos de reis.

Actualmente apesar de continuar na posse da camara, embora sem diploma legal que auctorise, está ao abandono tendo sido retiradas materiaes e as camaratas mandadas construir pela Camara Municipal, estão na posse de sociedades particulares que se tem utilizado das galerias e barracões destinados ao pretendido Hospital dos Cholericos.

Nestas circunstancias attendendo ao estado de ruina em que está o edificio do convento de Santa Catharina de Sena e as ruinas e abandono em que se acha o de Santa Monica, ambas situadas na cidade de Evora e tendo em vista o fim da utilidade publica e de hygiene para que a Camara Municipal destina os alludidos edificios dos mencionados conventos à Camara Municipal da cidade de Evora, com a clausura de lhes dár o destino para que são concedidos e ficando esta concessão dependente da confirmação do poder legislativo.

Superiormente porem será resolvida esta pretensão como fôr mais justa e legal.

Repartição Central da Direcção Geral da Estatística e dos Proprios Nacionaes 18 de janeiro de 1899.//”

Documento 5

Extinção do convento de Santa Mónica

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério das Finanças, Convento de S. José de Évora, cx. 1930, capilha 2

“Este Caderno contem a descrição e avaliação do Edefício do Convento de Santa Monica Descrição das Pratas Alfaias, Paineis, Livros e todos os documentos de importancia que se encontrarão no Cartorio do dito Convento.

Auto de descrição e avaliação do Edefício e mais pertenças do Convento de Santa Monica desta Cidade d’Evora, na freguezia de S. Mamede.

Aos vinte e oito dias do mez d’Outubro do anno de mil oitocentos cincoenta e sete nesta Cidade d’Evora, e Edefício do Convento de Santa Monica na freguezia de S. Mamede, onde eu Manoel Joaquim Bugalho Aspirante da Repartição de Fazenda deste Districto encarregado da escripta dos Inventarios das Cazas Religiozas, se achava com o Excellentissimo Deão de Santa Sé, José Antonio da Matta e Silva, e os muitos Reverendos Conegos Diogo de Faria e Silva e Deziderio Julio Castão Farto, comissionados pelo Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Arcebispo d’Evora, para tractarem do Inventario das predictas Cazas Religiozas, comparecerão a chamado dos mesmos Commissionados, em observancia da Portaria do Ministerio dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiças de vinte de Julho do corrente anno, os peritos José Maria do Nascimento mestre Pedreiro, e José Maria do Nascimento mestre Pedreiro, e José Rozado Callado mestre Carpinteiro, e lhes foi ordenado que vissem e examinassem bem o dito Edefício, e nas pertenças, para a conhecer qual o seu valor, ao que logo procederão na presença de mim e de todas as mais pessoas que alem dos ditos Commissionados e não as Excellentissimas Prioreza e Escrivã do dito Convento, e por elles peritos foi declarado o seguinte que o Edefício de que se tracta é situado no Largo de S. Mamede para onde tem a porta da serventia, confronta este pelo Norte com a Fabrica de Solla de Joaquim José de Soure Ramalho e Antonio Manoel Gançoço, pelo Sul com o Buraco dos Collegiaes, pelo Nascente com a Muralha da Cidade, e pelo Poente com o dito Largo de S. Mamede, compõe-se este Edefício d’um alpendre de Cantaria, em seguida a Caza da Portaria de fóra, segue-se a esta a Caza da Portaria de dentro, que da entrada para a Claustra que é boa e grande, com uma fonte e sisterna no meio, segue-se um longo corredore que dá serventia a muitas Cazas de diversos misteres como Celleiro, Despenças, Amaçaria, e muitas outras, no fim deste corredor está a Cerca que é muito grande, compõe-se esta dum bello Olival e muitas arvores de fructo, com sua Nora e tanque, onde semeião e colhem muitas orteliças, e annexo a esta Cerca tem dois quintaes tambem com arvores, e voltando á Claustra dá esta entrada para o Côro de baixo que é bom, e tem estes todos os objectos proprios, á tambem nesta Claustra o Refeitorio, Caza de Capitulo, e Enfermaria, subindo-se ao andar superior tem este um bello terraço rodeado de muitas Cazas onde habitão as Religiozas, tem um grande e bello dormitorio, tem mais um bom mirante com dois sinos, e um bello Côro com boas e bem conservadas pinturas todo esteirado, e com Cadeiras de bella madeira fixas e todos os mais objectos proprios de tal lugar que o Edefício (...)

Auto da posse do edificio do extinto convento de Santa Monica d’esta cidade, cerca e mais pertenças = Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e oitenta e sete aos

oito dias do mês de fevereiro, n'esta cidade d'Evora, freguezia de São Mamede, no edificio do extinto convento de Santa Monica, sendo presente o administrador d'este concelho o Bacharel Martinho Pedro Pinto Bastos, commigo escrivão de fazenda (?) abanico nomeado, acompanhados do official de diligencias de administração Francisco dos Santos Freitas, comparecem o major de cavallaria Leopoldo Cesar de Noronha Gouveia, na qualidade de presidente da Direção do Asylo d'Infancia Desvalida d'esta cidade, e bem assim as testemunhas no fim d'este auto mencionadas = E declarando o referido magistrado que vinha tomar posse d'este edificios e suas dependencias em virtude das ordens superiores que lhe foram transmitidas em officio numero vinte e cinco, expedido pela terceira seeção da Repartição de fazenda d'este Districto, em consequencia, digo, Districto, em data de dezenove de Janeiro ultimo, em consequencia do Asylo d'Infancia Desvalida (...)//

Documento 6
Espólio do convento de Santa Mónica

Relação dos objectos pertencentes ao culto, existentes no Convento de Santa Mónica, que se acham a cargo do Asylo d'infancia desvalida, os quaes foram entregues pelo M^o Sr. José Maria Gutierrez em 23 de Junho de 1884.


N.º da ordem	 Designação	Evalu- ação	Observações
5	Quatro toalhas muito velhas	200	Estão na Igreja
7	Um sacrario de madeira dourada	400	Idem
8	Uma armazém de madeira, para o	080	Idem
10	Uma Capella de madeira dourada, sem imagens	2,400	Abençoaria de laico
11	Capella de S ^{ta} . do Rosario, de madeira dourada, sem imagens	12,000	No Claustro do Convento
24	Imagem de N. S ^{ra} . Senhor Jesus Christo, de madeira em ponto grande	13,500	na Igreja
27	Um Crucifixo em ponto grande, sem preceito	2,000	Idem
28	Imagem do Senhor morto equestre enquisito e coroado sobre que acento	2,000	Idem
29	Imagem de Santo Antonio sem meninos	1,200	Idem
31	Dito de Santo Agostinho	2,000	Idem
32	Dito de S. Pedro	1,000	Idem
34	Dito de Santa Mónica	2,000	Idem
35	Dito de Santo Agostinho	2,000	Idem
36	Dito de N. S ^{ra} . do Loreto, com meninos	2,000	Idem
38	Um quadro representando a Epiphania	500	Idem
41	Um quadro cujo assumpto e' descuberto	400	Está em casa de laico
42	Um quadro representando o Beato Antonio	500	Está na Igreja
43	Um quadro representando S. Guilherme e S. Nicolau	500	Idem
44	Um quadro representando a Senhora do Bom Conselho	500	Idem
45	Um quadro representando Santo Agostinho	1,000	Idem
47	Um quadro representando S. Brás	600	Idem
48	Um quadro representando Santa Barbara	300	Idem
49	Um quadro representando o esparto de Alarcão	200	Idem
50	Um quadro representando S. Paulo	100	Idem
52	Um quadro representando a Senhora do Rosario	100	Idem
54	Um quadro representando a Ceia do Senhor	300	Idem
		46,780	

fig. 1 Espólio do convento de Santa Mónica que terá pertencido ao Asilo de Infância.

Numero e ordem	Designação	avalia- ção	Observação
	Transporte	46.780	
55	Um quadro representando o Senhor dos Passos Calvado	200	Este no Egreji
56	Um quadro representando o Senhor dos Passos e a Terceira	200	Idem
57	Um quadro representando S. João Evangelista	100	Idem
58	Um quadro representando o Senhor junto ao Poço	100	Idem
59	Um quadro representando o Espírito Santo	100	Idem
60	Um quadro representando a Ceia de Emauz	100	Idem
61	Um quadro representando Santo Agostinho	200	Idem
62	Um quadro representando o Senhor no Horto	100	Idem
63	Um quadro representando a Tentação	100	Idem
64	Um quadro representando a Vanidade	100	Idem
65	Um quadro representando a Conceição	200	Idem
66	Um quadro representando Santa Theresa	200	Idem
67	Um quadro representando os doze Apóstolos	100	Idem
68	Um quadro representando o Bom Pastor	100	Idem
69	Um quadro representando o S. Sacramento	100	Idem
70	Um quadro representando o Senhor preso a columna	100	Idem
71	Um quadro representando o Senhor dos Passos	100	Idem
72	Um quadro representando o Bom Jesus	100	Idem
73	Um quadro representando Santa Espirita	100	Idem
74	Um quadro representando o Senhor dos Passos	100	Idem
75	Um quadro representando o Clavo P. ellygal	200	Idem
76	Um quadro representando Santo Agostinho	100	Idem
77	Um quadro representando S. Thome	100	Idem
78	Um quadro representando S. João Evangelista	100	Idem
79	Um quadro representando o Senhor dos Passos	100	Idem
80	Um quadro representando S. José	100	Idem
81	Um quadro representando S. Agostinho, S. Antonio e S. Jeronimo	100	Idem
82	Um quadro representando S. Agostinho, S. Antonio e S. Sebastião	100	Idem
83	Um quadro representando os Meninos Jesus e Baptista	100	Idem
		52.220	

Fig. 2 Espólio do convento de Santa Mónica que terá pertencido ao Asilo de Infância.

Número e ordem	Designação	avalia- ção	Observação
	Transporte	52.220	
88	Um quadro representando Santo Agostinho. P. Anton	600	Esta na Igreja
90	Um quadro representando a Ceia do Senhor	1.000	Idem
91	Um quadro representando Santa Theresia	500	Idem
92	Um quadro representando Santo Agostinho	500	Idem
93	Um quadro representando o beium entre os Doutores	2.000	Idem
94	Um quadro representando o Batizimo de Christo	2.000	Idem
95	Um quadro representando a Senhora e o menino	1.000	Idem
97	4 Quadros que estão no Orgão da Igreja cujo annuário se descrevee	4.000	Idem
98	Uma moldura com o hymno de Santa Barbara	080	Idem
101	Um quadro representando a Viridade	1.000	Idem
102	Um quadro representando um Santo e o menino	1.000	Idem
103	Um quadro representando o Senhor dos Passos	1.000	Idem
104	Um quadro representando o Presépio	400	Idem
		67.300	

Leopoldo Cesar de Noronha Junior

Fig. 3 Espólio do convento de Santa Mónica que terá pertencido ao Asilo de Infância.

Anexo 7



Fig.1 Igreja de S. Brás de Évora com os contrafortes e os coruchéus cilíndricos.
Fonte: <http://www.atlasdeladiversidad.net/es/node/171> (Janeiro de 2014).



Fig. 2 Igreja Matriz de Viana do Alentejo de estilo Manuelina
Fonte: www.monumentos.pt (Março de 2014)



Fig. 3 Igreja de Sta. Bárbara de estilo Manuelina
Fonte: <http://deportaberta.blogspot.pt/2010/04/pelas-ruas-de-beja-uma-visita-turistica.html> (Março de 2014)

Anexo 8

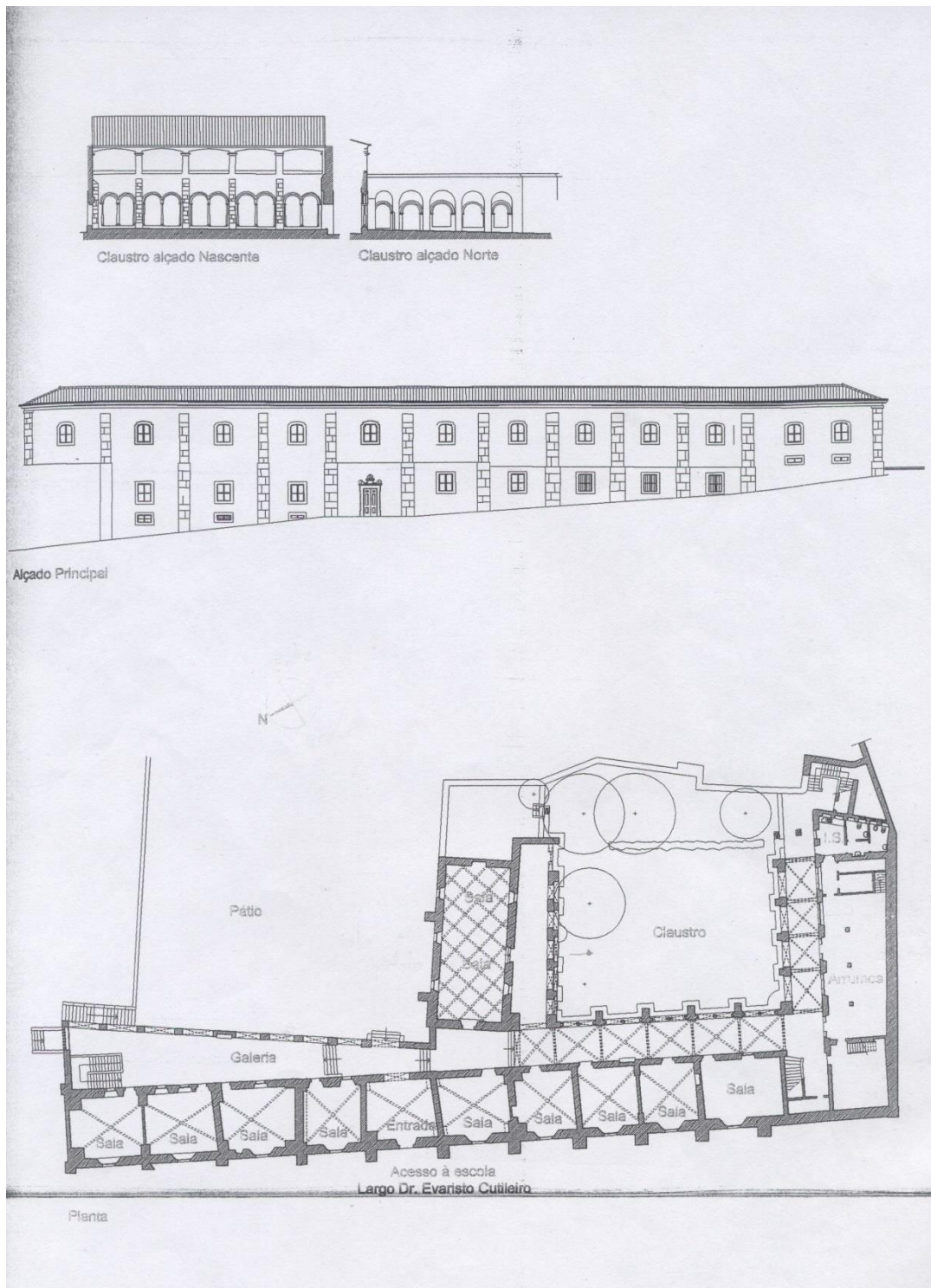


Fig.4 Plantas do convento de Santa Mónica (corte transversal e corte de cima).

Fonte: Elsa Caeiro (2005), *Os Conventos do Termo de Évora*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Universidade de Sevilha: Escola Técnica Superior de Arquitectura, p. 191 (acesso a 7 de Março de 2014)

Anexo 9

Tabela 3.

Biblioteca Pública de Évora: Fontes para o estudo do Convento de Santa Mónica de Évora

Data	Conteúdo	Livro
Século XVII-XVIII	Fundação do convento de Santa Mónica	Coleção <i>Manizola</i> , códice 82, n.º13
1583	Carta régia	Coleção <i>Manizola</i> , códice 317, n.º19
1557-1861	Documentos vários	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º1
1755-1836	Padrão de juro	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 2
1600-1629	Escritura	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 3
1508-1598	Escritura/Inventário da prata da igreja	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 4
1593-1773	Escritura	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 5
1553-1703	Escritura	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 6
1568-1723	Escritura	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 7
1540-1830	Escritura	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 8
1575-1727	Escritura	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 9
1698-1741	Escritura	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 10
1812	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 11
1776	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 12
1708-1712	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 13
1712-1715	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 14
1786	Receita e despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 15
1711-1713	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 16
1761-1763	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 17
1768-1771	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 18
1797-1800	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 19
1728-1731	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 20
1751-1755	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 21
1746-1749	Receita	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 22
1816-1819	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 23
1674-1695	Salários	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 24
1844-1845	Receita	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 25
1828-1831	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 26
1822-1828	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 27

1767-1768	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 28</i>
1770-1773	Receita	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 29</i>
1773-1776	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 30</i>
1779-1782	Receita	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 31</i>
1791-1794	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 32</i>
1779-1782	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 33</i>
1734-1737	Receita	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 35</i>
1803-1806	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 36</i>
1813-1816	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 37</i>
1867-1868	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 38</i>
1800-1803	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 39</i>
1838-1840	Receita e despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 40</i>
1843-1844	Receita e despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 41</i>
1859-1870	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 42</i>
1782-1783	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 43</i>
1719-1722	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 44</i>
1758-1761	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 45</i>
1776-1777	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 46</i>
1694-1697	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 47</i>
1652-1819	Inventário da Sacristia	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 48</i>
1677-1680	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 49</i>
1785-1788	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 50</i>
1596-1618	Rendas em dinheiro	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 51</i>
1659-1673	Receita e despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 52</i>
1691-1694	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 53</i>
1740-1743	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 54</i>
1740-1743	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 55</i>
1840-1843	Receita e despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 56</i>
1686-1691	Receita e despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 57</i>
1694-1697	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 58</i>
1755-1758	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 59</i>
1755-1758	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 60</i>
1649-1671	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 61</i>

1682-1842	Documentos vários	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 62
1859-1860	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 63
1860-1861	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 64
1875-1876	Receita e despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 65
1876-1877	Receita e despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 66
1722-1724	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 67
1761-1764	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 68
1822-1828	Receita	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 69
1764-1767	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 70
1746-1799	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 71
1725-1728	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 72
1734-1737	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 73
1749-1752	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 74
1758-1761	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 75
1702-1705	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 76
1705-1708	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 77
1528-1579	Escrituras	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 78
1834-1837	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 79
1614-1817	Escrituras	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 80
1791-1794	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 81
1718-1721	Receita e despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 82
1691-1694	Receita e despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 83
1728-1731	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 84
1797-1801	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 85
1764-1767	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 86
1708-1711	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 87
1715-1719	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 88
1767-1768	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 89
1773-1776	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 90
1785-1788	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 91
1752-1755	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 92
1768-1770	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 93
1806-1809	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora</i> , livro n.º 94

1880-1881	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 95</i>
1881-1900	Extinção	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 95</i>
1814-1825	Receita e Despesas	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 96</i>
1831-1834	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 97</i>
1770-1773	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 98</i>
1586-1872	Profissões e Óbitos	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 99</i>
1649-1673	Escrituras	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 100</i>
1879-1880	Receita e Despesas	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 101</i>
1828-1831	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 102</i>
1716-1719	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 103</i>
1697-1702	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 104</i>
1702-1705	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 105</i>
1722-1725	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 106</i>
1729-1732	Receita e despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 107</i>
1731-1734	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 108</i>
1749-1752	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 109</i>
1810-1813	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 110</i>
1865	Receita e despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 111</i>
1877-1878	Receita e despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 112</i>
1861-1862	Receita e despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 113</i>
1834-1837	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 114</i>
1788-1791	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 115</i>
1810-1813	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 116</i>
1862-1863	Receita e despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 117</i>
1674-1702	Receita e despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 118</i>
1674-1677	Receita e despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 119</i>
1794-1797	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 120</i>
1731-1734	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 121</i>
1809-1812	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 123</i>
1830	Mapas dos dinheiros a juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 123</i>
1837-1840	Receita e despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 124</i>
1813-1816	Receita	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 125</i>
1819-1822	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 126</i>

1809-1816	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 127</i>
1782-1785	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 128</i>
1737-1740	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 129</i>
1725-1728	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 130</i>
1590-1770	Escrituras	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 131</i>
1788-1791	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 132</i>
1806-1809	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 133</i>
1743-1746	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 134</i>
Século XVIII	Livro da fazenda	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 135</i>
1743-1746	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 136</i>
1779-1799	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 137</i>
1794-1797	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 138</i>
1819-1822	Despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 139</i>
1845-1849	Receita e despesa	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 140</i>
1845-1857	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 141</i>
1857-1862	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 142</i>
1855-1863	Rendas, foros e juros	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 143</i>
1822-1880	Ordenados	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 144</i>
1791-1881	Documentos Vários	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 146</i>
1760-1881	Recibos	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 147</i>
Século XIX	Livro litúrgico	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 147</i>
1537-1858	Documentos vários	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 148</i>
1695-1858	Documentos vários	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 149</i>
1572-1882	Documentos vários	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 150</i>
Século XVII	Livro de fazenda	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 151, n.º 1</i>
1726-1819	Livro de fazenda	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 151, n.º 2</i>
1651-1839	Documentos vários	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 152</i>
1547-1879	Documentos vários	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 153</i>
1633-1900	Documentos vários	<i>Conventos de Santa Mónica de Évora, livro n.º 154</i>
1711-1876	Documentos vários	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 155</i>
1590-1823	Documentos vários	<i>Convento de Santa Mónica de Évora, livro n.º 156</i>

Fonte: elaboração própria (23 de Março de 2014)

